

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANDRESSA RAQUEL DE OLIVEIRA SOUZA

QUANDO A VIDA ENSINA A SER RESILIENTE:
UM ESTUDO SOBRE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA- PB

JOÃO PESSOA – PB
2018

ANDRESSA RAQUEL DE OLIVEIRA SOUZA

QUANDO A VIDA ENSINA A SER RESILIENTE:
UM ESTUDO SOBRE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA- PB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de pesquisa Educação Popular, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
ORIENTADORA: Profa. Dra. Elisa Pereira Gonsalves.

JOÃO PESSOA – PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729q Souza, Andressa Raquel de Oliveira.

Quando a vida ensina a ser resiliente: um estudo sobre mulheres vítimas de violência no município de João Pessoa- PB / Andressa Raquel de Oliveira Souza. - João Pessoa, 2018.

117 f. : il.

Orientação: Elisa Pereira Gonsalves.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação Popular. 2. Resiliência - violência. 3. Violência - mulher. 4. Emoções em ato. 5. Vítimas - João Pessoa/PB. I. Gonsalves, Elisa Pereira. II. Título.

UFPB/BC

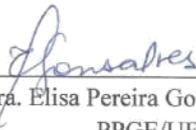
ANDRESSA RAQUEL DE OLIVEIRA SOUZA

QUANDO A VIDA ENSINA A SER RESILIENTE: UM ESTUDO SOBRE
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA- PB

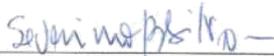
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de pesquisa Educação Popular, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.
ORIENTADORA: Profa. Dra. Elisa Pereira Gonsalves.

Aprovada em: 27 de março de 2018

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Elisa Pereira Gonsalves (Orientadora)
PPGE/UFPB



Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva (Membro Interno)
PPGE/UFPB



Prof. Dr. Fabrício Possobon (Membro Externo)
PPGCR/UFPB

À minha mãe, Erika Souza, por me apoiar em cada passo e por ser para mim, a primeira e maior referência de amor.

AGRADECIMENTOS

É certo que emergir em um mestrado acadêmico exige recolhimento, reflexões e escritas solitárias. No entanto, trata-se de um caminho que não se percorre sozinha. Sendo assim, sou grata à todas/os que de uma forma ou de outra me ajudaram a construir este trabalho.

Agradeço primeiramente à minha mãe, Erika Souza, por ter me ensinado a ser quem sou. Certamente sem seu apoio e amor incondicional nada seria possível.

Agradeço também à minha tia, Rosineide Souza, quem também me orienta nos momentos em que a incerteza se faz presente.

À minha orientadora, Professora Dra. Elisa Gonsalves, por acreditar em mim, pelos ensinamentos, pela paciência, pelo cuidado e por me acompanhar de perto durante todos esses anos de academia, sempre com o olhar atento, amoroso, me ensinando que é preciso sentir para fazer pesquisa.

À Anniely Melo, grande amiga que a universidade me apresentou e que hoje me acompanha na vida. Certamente esses dois anos de mestrado se tornaram mais fáceis sendo compartilhados com alguém que caminha na mesma direção.

Aos amigos Jefferson Silva e Pedro dos Anjos, pela parceria e pelo apoio.

Ao meu namorado Flávio Freitas, por compreender as ausências e os momentos de estresses na reta final da elaboração do trabalho, estando sempre presente e disposto a me ouvir.

Aos professores membros da Banca Examinadora, pelo convite aceito, pelo olhar atento, pela leitura comprometida e pelas contribuições no desenvolvimento deste trabalho.

Aos membros do Núcleo de Educação Emocional pelas horas de estudos e pesquisas que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Aos professores/as e funcionários/as do PPGE que foram indispensáveis neste processo.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro.

Que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça o esforço dos condicionamentos a enfrentar.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo está inserido no debate sobre a violência contra a mulher e o desenvolvimento da sua capacidade de libertação dessa situação de opressão. A pesquisa buscou compreender a capacidade de resiliência de mulheres vítimas de violência doméstica e que foram atendidas pelo Centro de Referência da Mulher (CRM) no Município de João Pessoa-PB. A violência contra a mulher foi considerada neste estudo um fenômeno presente em todos os espaços da sociedade, independente de classes sociais, constituindo-se um fator estrutural que emerge de uma construção histórica de modelos de sociedade que subalternizam a condição feminina. O conceito de resiliência é compreendido como uma capacidade individual de enfrentamento e ressignificação de situações adversas tendo em vista o bem estar subjetivo. Configura-se, portanto, como uma capacidade aprendida no interior de processos sociais complexos e dinâmicos, que mobilizam a resistência à destruição do Ser e o fortalecimento da pessoa. Registrou-se neste estudo que a resiliência é desencadeada no processo de violência vivenciado pelas mulheres e mostra-se como indispensável para o enfrentamento da mesma, assim como as emoções da surpresa, do medo e da raiva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho fenomenológico, realizada através de entrevistas guiadas com mulheres vítimas de violência. A pesquisa destacou interlocuções de Gonsalves (2015), Beauvoir (1980), Bisquerra (2000), Libâneo (2001), Mira y López (2012) Atanné (2011), Treiner (2011), Saffioti (1976) e Freire (1979). Ao final da pesquisa pode-se afirmar que diante da situação de violência a mulher desenvolve a capacidade resiliente, aliada às emoções da surpresa, do medo e da raiva. Tais emoções contribuem para o enfrentamento da situação de opressão, acionando mecanismos internos subjetivos de ordem emocional que colaboram para que a mulher assuma a função de protagonista de sua vida, promovendo as mudanças sociais que garantam sua libertação, conseqüentemente, uma melhoria significativa na sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Popular; Resiliência; Violência; Mulher; Emoções.

ABSTRACT

The present study is inserted in the debate on violence against women and the development of their capacity to release of this situation of oppression. The research aimed to understand the resilience capacity of women victims of domestic violence attended by the Women's Reference Center in the city of João Pessoa-PB. Violence against women was considered in this study a phenomenon present in all areas of society, independent of social classes, constituting a structural factor that emerges from a historical construction of models of society that subalternates the feminine condition. The resilience concept is understood as an individual capacity to confront and re-signify adverse situations in view of subjective well-being. It is configured, therefore, as a capacity learned within a complex and dynamic social processes that mobilize resistance to the destruction of Being and the strengthening of the person. It was registered in this study that resilience is triggered in the process of violence experienced by women and is shown as indispensable for coping with it, also the emotions of surprise, fear and anger. This is a qualitative research of phenomenological nature, conducted through guided interviews with women victims of violence. The research highlighted the interlocutions of Gonsalves (2015), Beauvoir (1980), Bisquerra (2000), Libâneo (2001), Mira y López (2012) Atanné (2011), Treiner (2011), Saffioti (1976) and Freire (1979). At the end of the research it was possible to affirm that when facing situations of violence, the woman develops the resilient capacity, allied with the emotions of surprise, fear and anger. Such emotions contribute to coping the situation of oppression, activating subjective internal mechanisms of emotional order that collaborate so that the woman became the protagonist of her life, promoting the social changes that guarantee their release, consequently, a significant improvement in women quality of life.

Keywords: Popular Education; Resilience; Violence; Woman; Emotions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Dissertações sobre Resiliência na área de Educação	19
Quadro 2:	Teses e dissertações sobre Resiliência na área de Psicologia	20
Quadro 3:	O conceito de Resiliência	42
Quadro 4:	Componentes da Resiliência	45
Quadro 5:	Perfil das mulheres entrevistadas	53
Quadro 6:	Passos procedimentais para a constatação da saturação teórica	54

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDEF	Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI	Conselho Universitário
CRM	Centro de Referência da Mulher
DA	Diretório Acadêmico
FUNAD	Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência
GRUPEE	Grupo de Pesquisa em Educação Emocional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MNU	Movimento Negro Unificado
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PROLICEN	Programa de Licenciatura
SIM	Sistema de Informação sobre Moralidade
SUS	Sistema Único de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 DOS CAMINHOS PERCORRIDOS NA ACADEMIA E NA VIDA	13
1.1 O âmbito da investigação	18
1.1.1 Violência de gênero e educação popular	23
1.1.2 Resiliência: para além da superação das adversidades	38
1.2 O desenho teórico-metodológico da pesquisa	46
1.2.1 O trabalho de campo	50
1.2.2 Organização e análise dos dados	53
2 MARCAS ANCESTRAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	57
2.1 Tempos de violência e territorialidades implicadas	57
2.2 Violência contra mulher no Brasil: dados locais, traços globais	70
3 VIOLÊNCIA E RESILIÊNCIA: A VOZ DAS MULHERES	78
3.1 Violências e emoções em ato	81
3.2 Violência moral e a emoção da raiva	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107

APRESENTAÇÃO

O trabalho de dissertação aqui apresentado, intitulado “Quando a vida ensina a ser resiliente: Um estudo sobre mulheres vítimas de violência no município de João Pessoa- PB” tem como tema a violência contra mulher e a resiliência. Objetivando investigar a capacidade resiliente de mulheres que foram vítimas de violência doméstica e que estão sendo atendidas pelo Centro de Referência da Mulher (CRM) do Município de João Pessoa-PB.

O texto está estruturado em três capítulos: Dos caminhos percorridos na academia e na vida; Marcas ancestrais da violência contra as mulheres e Violência e resiliência: a voz das mulheres.

O primeiro capítulo possui um caráter introdutório e se inicia com a descrição dos caminhos acadêmicos e pessoais que percorri, no intuito de mostrar as origens da minha aproximação com a questão da resiliência e da violência contra mulheres. Ainda no primeiro capítulo apresento o desenho teórico-metodológico da pesquisa, o campo teórico da Resiliência, a problematização do tema violência contra as mulheres e resiliência, e sua interface com a Educação Popular, identificando o que está sendo discutido sobre a temática, no campo da Educação, bem como na Psicologia, de onde emerge o construto Resiliência.

O segundo capítulo é dedicado à história de submissão e subordinação da mulher, discutindo a violência contra as mulheres a partir das desigualdades pautadas nas relações de gênero, apresentando um panorama histórico e global.

O terceiro capítulo versa sobre os dados locais da pesquisa, analisando os tipos de violência existentes e vivenciados pelas participantes, estabelecendo-se relações com as emoções que são desencadeadas nesses processos de violência e que constituem-se como fatores inerente à capacidade resiliente.

1 DOS CAMINHOS PERCORRIDOS NA ACADEMIA E NA VIDA

Este capítulo objetiva expor o âmbito da investigação e o desenho teórico-metodológico da pesquisa. Para tanto, problematiza o tema da violência contra as mulheres e o processo de resiliência e suas interlocuções com a Educação Popular. Como toda trajetória acadêmica inicia-se na vida de quem a faz, inicio as reflexões deste capítulo com a descrição da trajetória percorrida por mim, no intuito de mostrar como se deu meu encontro com o tema pesquisado.

Pensar sobre o meu encontro com o tema exige um mergulho em minha trajetória pessoal para recuperar memórias que me fizeram despertar o olhar para a questão da violência doméstica e para a capacidade de enfrentar e vencer os obstáculos da vida. Revisitar minha história permite a percepção mais ampliada das aprendizagens que fiz, dando novos significados às experiências vividas.

Ao recordar minha história, percebo que meu contato com o tema não é algo que nasce há 7 anos, quando ingresso na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para cursar Licenciatura Plena em Pedagogia - curso majoritariamente feminino, repleto de histórias de superação de mulheres. Tampouco emerge nos últimos dois anos, quando me vejo na condição de mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação, na linha de Educação Popular. No entanto, é na condição de aluna do Mestrado em Educação, da linha de Educação Popular que compreendo a dimensão das histórias de lutas e de resistências que são realidades cada vez mais próximas, passíveis de serem encontradas todos os dias, independentemente da classe social em que a pessoa esteja inserida.

Compreendendo que “a pesquisa é um conjunto de processos sistemáticos, críticos e empíricos aplicados no estudo de um fenômeno” (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO 2013, p. 30), a partir de um sujeito cognoscente, a escolha de um tema a ser pesquisado pode emergir do local de trabalho, do ambiente comunitário, por meio de bibliografia, buscando em livros e publicações acadêmicas (GRAY, 2012). O tema a ser pesquisado também pode ter a origem mais profunda na vida da própria pesquisadora, que tendo que enfrentar as adversidades da vida, fortaleceu-se. Assim, minha trajetória estará, inevitavelmente, implicada nas minhas opções epistemológicas e teóricas.

Meu contato com essa capacidade de metamorfosear-me a partir das adversidades da vida faz parte de uma história de mulheres paraibanas fortes, que se

colocam diante da vida como sinônimos de superação e de enfrentamento: as mulheres da minha família.

Nasci na Paraíba, na cidade de João Pessoa, no ano de 1994. No entanto, ainda nos primeiros meses de vida, passei a morar em Santa Rita, município localizado na região metropolitana de João Pessoa- PB.

Nascida em uma família de classe média baixa, fui criada por minha mãe, Érika Souza, lidando com a ausência de meu pai desde meus primeiros anos de vida. Minha mãe trabalhou durante muitos anos como recepcionista. Atualmente, aos 39 anos, trabalha como copeira no Hospital e Maternidade da cidade de Santa Rita. Há 8 anos casou novamente e teve o segundo filho, Wictor Souza. Meu irmão é uma criança inteligente, curiosa, que gosta de estudar e que, apesar da pouca idade, já aprendeu que a educação é o caminho para alcançar seus objetivos. Acredito que minhas longas horas de estudo em casa e os frutos que colho até então são exemplos importantes para ele.

Desde cedo, fui cuidada e educada não só por minha mãe, mas também por outra mulher forte, minha tia Rosineide Souza. Minha tia é concursada na prefeitura de Santa Rita e trabalha como vigilante de um Posto de Saúde da Família da cidade. Aos 53 anos, traz consigo histórias de lutas e de superação, cuidando de três filhos. Minha tia, assim como minha mãe com suas histórias de vida, me ensinaram que o lugar da mulher na sociedade precisa ser reconhecido sem condicionamento à presença de uma figura masculina.

Desde criança e de mãos dadas com essas duas mulheres, pude aprender a superar as adversidades da vida, com a certeza de que as fases ruins também passam. Como afirmam Harris e Nolte (1954, p. 15) “as crianças são como esponjas. Absorvem tudo o que fazemos, tudo o que dizemos. Aprendem conosco o tempo todo, mesmo quando não nos damos conta de que estamos ensinando”. Foi neste cenário onde as imagens femininas são sinônimos de fortaleza que cresci, me tornando mulher, como diz Simone de Beauvoir (1980).

Nascida e criada em uma família nutrida de amor, onde se preza pelo respeito ao próximo, e carregada de fortes princípios do cristianismo e da fé, fui aprendendo a importância de ajudar o outro sem esperar nada em troca, bem como de me colocar no lugar do outro sem muitos julgamentos.

Estudei a vida toda em escola pública e aprendi a importância que tem a educação.

Aprendi a tomar decisões sem medo. Desde pequena tinha metas a serem alcançadas, sabia o que queria e o que precisava ser feito para chegar ao meu objetivo. Sempre obediente, e ao mesmo tempo sem me conformar com tudo que me era posto como regra, adorava estudar, pois sabia que era o único caminho para chegar onde quero: ser professora universitária.

Quando pequena, fui uma criança alegre, que adorava brincar na rua, subir em árvores, jogar bola, soltar pião. Crescendo com a presença de três primos homens, adorava as brincadeiras ditas “para meninos”, frequentava com eles os campos de futebol. E assim, fiz minhas primeiras amizades todas do sexo masculino.

Fui uma adolescente com poucos amigos. Dediquei a maior parte do meu tempo aos estudos e aos momentos de lazer com a família. Grande parte do meu tempo estive no âmbito familiar, que continua sendo para mim, o melhor lugar para estar.

No ano de 2010, aos 15 anos, concluí o Ensino Médio e em 2011, aos 16 anos, estava matriculada na Universidade Federal da Paraíba, no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Minha intenção inicial não era ingressar no curso de Pedagogia. Iniciei o curso com o pensamento de migrar para Psicologia, uma vez que tinha em mente que a Pedagogia se restringia ao ato de ensinar crianças, área com a qual nunca tive muita afinidade.

Após iniciar o curso, compreendi que “a pedagogia de fato, se ocupa com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante” (LIBÂNEO, 2001, p. 6). O autor afirma que a Pedagogia possui um caráter explicativo e praxiológico da realidade educativa, uma vez que investiga teoricamente o fenômeno, desenvolve orientações para a prática a partir da própria prática educativa.

Nas palavras de Libâneo:

Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais. Não há sociedade sem práticas educativas. Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. O campo educativo é bastante vasto, uma vez que a educação ocorre em muitos lugares e sob variadas

modalidades: na família, no trabalho, na rua, na fábrica, nos meios de comunicação, na política, na escola (LIBÂNEO, 2001, p.6).

Compreender o campo de atuação da Pedagogia e a que esta área da educação se destina me fez permanecer no curso. Decidi pela área de aprofundamento em Educação Especial e aprofundei meus estudos realizando uma formação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD). Aos poucos, minha inclinação para determinados temas na Pedagogia se delineavam, mas desde o início apontavam para a situação de vulneráveis.

No ano de 2015 tive a experiência de participar do movimento estudantil, onde fiquei à frente de uma das coordenações do Diretório Acadêmico (DA) do Curso de Pedagogia. As experiências vivenciadas me permitiram representar e defender os interesses da categoria estudantil do curso, interesses estes que versam sobre uma transformação social mais ampla.

Acredito que a pouca idade nunca fez com que eu deixasse de aproveitar cada momento de aprendizagem durante o curso, onde tive aprendizagens significativas para a minha vida, com excelentes professores. E foi assim, no rol de professores excelentes que tive, ainda no terceiro período do curso, na disciplina de Pesquisa em Educação, tive o primeiro contato com a Profa. Dra. Elisa Gonsalves.

No período seguinte, ao término da disciplina, ainda em 2013, fui convidada pela referida professora para fazer parte do Grupo de Pesquisa em Educação e Emocionalidades, agora denominado Grupo de Pesquisa em Educação Emocional (GRUPEE), que é vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq/UFPB), funcionando com a coordenação da professora mencionada. O GRUPEE busca contribuir para o desenvolvimento teórico-metodológico da Educação Emocional, através do auxílio à formação dos profissionais da Educação. Considera em suas pesquisas as tendências mundiais na organização de propostas curriculares nas duas últimas décadas, que culminaram em diferentes experiências e programas no mundo envolvendo a Educação Emocional, compreendendo a necessidade da sociedade em criar novos vínculos entre as pessoas para o enfrentamento da violência.

Foi no GRUPEE que passei a ser bolsista no Programa de Licenciaturas-PROLICEN e depois no Programa de Iniciação Científica- PIBIC, ambos orientados pela professora Dra. Elisa Gonsalves. No PROLICEN, fui bolsista do projeto intitulado “Educação e Emocionalidades”, no ano de 2014. Com o projeto aprendi sobre as

principais contribuições teóricas existentes sobre o tema da Educação Emocional, ampliando a construção e fundamentação de hipóteses sobre a prática do professor.

No ano de 2015 fui bolsista PIBIC, no projeto intitulado “O Estado da Arte em Educação Emocional”, que buscou compreender as possibilidades teóricas e metodológicas do campo da Educação Emocional no que se refere ao desenvolvimento integral da pessoa, além de analisar a aplicabilidade de instrumentos específicos para o desenvolvimento da emocionalidade das pessoas.

Particpei de eventos científicos, aprendendo desde a elaboração de *banners* para serem apresentados, como escrever artigos científicos, até como lidar com determinadas emoções em situações acadêmicas. Desta aprendizagem científica resultaram trabalhos interessantes elaborados em coautoria com participantes do GRUPEE: artigo “Currículo e Educação Emocional”, apresentado no VIII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, em 2014, na Bahia; a publicação do artigo intitulado “Educação, Vivência Emocional e Processo Libertador”, na Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas, no ano de 2015, bem como a apresentação dos trabalhos “A Educação Emocional como Fator de Prevenção à Violência na Escola Pública” e “Violência doméstica e Resiliência: um estudo sobre as percepções de mulheres que sofrem violência no município de João Pessoa”, ambos apresentados no II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, no ano de 2016, em Campina Grande-PB.

Também tive oportunidade de contribuir na coletânea “O Livro das Emoções”, publicado pela Editora CRV, no ano de 2015, publicando 3 artigos, em autoria com a professora Dra. Elisa Gonsalves. Os títulos dos artigos são: “Sem ter medo da própria sombra”, “Raiva: perdi as estribeiras, e agora?” e “Gratidão é moeda de troca?”.

Durante esses anos de GRUPEE também foram desenvolvidos projetos onde se trabalhava a Educação Emocional como fator de prevenção à violência. Particpei no ano de 2015 do Projeto Escola que Protege, coordenado pela professora Dra. Elisa Gonsalves. Este projeto era voltado para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além do enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar, que teve como principal estratégia de ação a formação continuada de profissionais da educação da rede pública de Educação Básica. Durante os encontros deste projeto foram surgindo discursos de violência contra mulher, o que despertou em mim o olhar para questões ligadas às ações da Educação Popular e sua interface com a resiliência e a violência doméstica.

Em novembro de 2015 concluí a graduação. Ainda eufórica, cheia de incertezas sobre os próximos passos, pensando em como seria a vida a partir daquele dia, decido fazer a seleção do mestrado em educação na UFPB. Com um período de tempo curto do dia da inscrição para o dia da prova, tive que superar adversidades, mantendo o foco, a dedicação e a disciplina para atingir minha meta.

Aprovada na seleção, em março de 2016 inicio o mestrado com o desafio de compreender o que faz com que as mulheres consigam superar situações de violência. Para compreender e discutir essa questão, o conceito de resiliência apresentou-se como fundamental.

Para mim, falar da superação de mulheres para lidar com adversidades da vida é falar da minha história e da história de muitas outras mulheres, afinal, como diz Kamada (2010), a identidade feminina é coletiva.

1.1 O âmbito da investigação

O tema da presente pesquisa é violência contra mulher e resiliência, tendo como foco investigar a capacidade de resiliência de mulheres que foram vítimas de violência no município de João Pessoa- PB.

Com a intenção de conhecer as discussões existentes acerca da capacidade de resiliência diante da violência contra mulher, realizou-se inicialmente um levantamento dos estudos existentes acerca do tema, utilizando como campo de busca a Biblioteca Digital Domínio Público. A busca foi realizada considerando a área de educação, empregando como descritor a palavra resiliência, por considerar esta o constructo teórico fundamental da pesquisa. Considerando o número restrito de trabalhos sobre o tema, optou-se por não delimitar período de tempo na busca.

Dos resultados obtidos pode-se afirmar que, quando se trata dos trabalhos desenvolvidos no campo da Educação e que abarcam a resiliência, não foram localizadas teses de doutorado. Foram encontrados oito trabalhos de dissertação de mestrado, sendo que nenhum deles está direcionado para a questão da violência contra mulher. Os trabalhos identificados foram agrupados no quadro a seguir:

Quadro 1- Dissertações sobre Resiliência na área de Educação

TÍTULO	AUTOR/AUTORA	ANO/INSTITUIÇÃO
Educar para a vida: uma pedagogia da resiliência na escola	BEZERRA, Gilson Medeiros	2005/UFRN
AIDS, resiliência e escola	PIZARRO, Maria Antonia Ribeiro Pinto.	2006/UNIJUÍ
O processo de construção dos vínculos afetivos e de resiliência em crianças abrigadas: um aspecto da educação não formal	DECHANDT, Vilmara Sabin.	2006/UEPG
Famílias especiais: resiliência e deficiência mental	SILVA, Adriana Nunes da.	2007/PUC/RS
A resiliência na formação do policial militar	BLASIUS, Luciano.	2008/UFPR
Resiliência: o emprego desse conceito nas áreas de educação e psicologia da educação no Brasil (2002 a 2007)	RACHMAN, Vivian Carla Bohm.	2008/PUC/SP
Ritos terapêuticos: uma abordagem do sofrimento à resiliência na terapia familiar sistêmica	SILVA, Ana Neri Nascimento da.	2008/EST
Resiliência e sucesso escolar: um estudo de caso com afrodescendente no ensino público	JUNIOR, Jair Fortunato Borges.	2009/CUML

FONTE: A autora (2017)

Dos oito trabalhos destacados, cada um deles trata da resiliência com um foco diferente: resiliência em crianças com HIV; a resiliência no cotidiano profissional de policiais militares; a resiliência em rituais terapêuticos; emprego do conceito nas áreas de educação e psicologia entre 2002 a 2007; resiliência e discriminação racial; capacidade resiliente de crianças abrigadas; relação entre resiliência e saúde mental e resiliência na escola. Nenhum deles, como já se afirmou, trata da violência contra mulher. Outra observação a ser registrada é a de que, do total de trabalhos apresentados com o tema resiliência, 5 são da região Sul, 2 da região Sudeste e apenas 1 é da região Nordeste.

Considerando que a temática também é discutida de forma especial no campo da Psicologia, procedeu-se a busca na base de dados da biblioteca digital Domínio Público com a palavra-chave resiliência. Foram encontrados os seguintes trabalhos:

Quadro 2- Teses e Dissertações sobre Resiliência na área de Psicologia

TESES		
TÍTULO	AUTOR/AUTORA	ANO/INSTITUIÇÃO
Promoção do processo de resiliência em enfermeiras: uma possibilidade?	BELANCIERI, Maria De Fátima.	2008/PUC/SP
Resiliência e controle do stress em juízes e servidores públicos	OLIVEIRA, Juliana Barros De.	2008/PUCCAMP
Resiliência em professores do ensino fundamental de 5ª a 8ª série: validação e aplicação do Questionário do Índice de Resiliência: Adultos - RS/Barbosa	BARBOSA, George Souza.	2006/PUC/SP
Resiliência e socialização organizacional de novos servidores: um estudo transcultural	CARVALHO Virgínia Donizete de.	2009/UFRN
Senta a pua! Resiliência em ambiente de aviação: a experiência do grupo de aviação de caça do Brasil na segunda guerra mundial	PEREIRA, Maria Luiza Pigini Santiago.	2007/PUC/SP
DISSERTAÇÕES		
Da relação educação/resiliência: o projeto Mestre Pastinha	LEITE, Rita de Cássia Nascimento.	2004/UFBA
Características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas	DALBEM, Juliana Xavier.	2005/UFRGS
O que é resiliência humana? uma contribuição para a construção do conceito	BARLACH, Lisete.	2006/USP
Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência	OLIVEIRA, Verusca Couto.	2007/UNB
Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade	POLETTI, Michele.	2007/ UFRGS
Fatores de risco e de proteção na promoção de resiliência no envelhecimento	COUTO, Maria Paula Pinheiro.	2007/ UFRGS
Tradução e validação da escala de resiliência para crianças e adolescentes de Sandra Prince-Embury	BARBOSA, Renata Jordani.	2008/PUC/SP
Resiliência: significados e usos do conceito por psicólogos na área da infância e adolescência	NAVIO, Victor Luis Ramos.	2008/UFBA
Manejo de stress, coping e resiliência em motoristas de ônibus urbano	ZANELATO, Luciana Silva.	2008/UNESP/BAURU
Individuação e expatriação: resiliência da esposa acompanhante	BORBA, Daniela.	2008/PUC/SP
Fatores de risco e mecanismos de proteção nas narrativas das famílias em situação de violência conjugal	SEIDL, Marisol Lurdes De Andrade.	2008/UNISINOS
A resiliência em pessoas com lesão medular que estão no mercado de trabalho: uma abordagem psicossomática	MASIERO, Cristina Martins Torres.	2008/PUC/SP
Resiliência e espiritualidade em pacientes oncológicos: uma abordagem junguiana	CHEQUINI, Maria Cecília Menegatti.	2009/PUC/SP
Resiliência: de que se trata? O conceito e suas imprecisões	BRANDÃO, Juliana Mendanha.	2009/UFGM
Rede de apoio social, resiliência e marcadores imunológicos em idosos cuidadores de pacientes com demência	LAMPERT, Simone Steyer.	2009/PUC/RS
Ludoterapia com crianças em situação de risco e resiliência: Estudo de casos	SILVA, Regis Maliszewski da	2009/UNISINOS

Sobreviver ao câncer de mama: vivências de mulheres fora de tratamento e o fenômeno da resiliência	FORGERINI, Mariana.	2010/UNESP/BAURU
Resiliência e velhice: um estudo de fatores de risco e de proteção na saúde do idoso	FERREIRA, Camomila Lira.	2010/UFRN
Percepção de suporte organizacional, afeto positivo, afeto negativo e resiliência: antecedentes da confiança do empregado na organização	BATISTA, Rosimeire Luiza.	2010/UFU
O papel do suporte social no trabalho e da resiliência no aparecimento de Burnout: um estudo com bombeiros militares	LOPES, Vanessa Rodrigues.	2010/UFU

FONTE: A autora (2017)

Dos 5 trabalhos de tese localizados, temos a seguinte composição temática: resiliência em ambiente de aviação; capacidade de resiliência em servidores federais, resiliência em professores do ensino fundamental; resiliência de juízes no cotidiano profissional e capacidade resiliente de profissionais da enfermagem. Nenhuma das teses trata da questão da mulher. Outro dado a ser observado é que, do total de trabalhos localizados com o tema resiliência, 4 são da região Sudeste e apenas 1 é da região Nordeste.

De 20 trabalhos de dissertações destacados, temos a seguinte síntese: três tratam da resiliência em crianças sujeitas à situações de risco, três da resiliência e o envelhecimento, três da resiliência em crianças e adolescentes, dois da capacidade resiliente no trabalho de modo geral. Os demais versam sobre capacidade resiliente de bombeiros, capacidade resiliente de motoristas de ônibus em seu dia a dia, da capacidade resiliente de mulheres em situação de pobreza, relação entre resiliência e deficiência, capacidade de resiliência de mulheres com câncer de mama, resiliência em mulheres hispano-americanas, relação entre resiliência e espiritualidade, resiliência em relações conjugais e revisão de literatura acerca da resiliência. É importante destacar que do total de 25 trabalhos sobre o tema resiliência na área de Psicologia, 13 são da região Sudeste, 8 da região Sul, 3 da região Nordeste e apenas 1 da região Centro-Oeste.

De todas as dissertações encontradas nesta base de dados, apenas três delas se aproximam da temática estudada: “Fatores de Risco e Mecanismo de Proteção nas Narrativas das Famílias em Situação de Violência Conjugal” (SEIDL, 2008), “Resiliência: de que se trata? O conceito e suas imprecisões” (BRANDÃO, 2009) e “Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência” (COUTO-OLIVEIRA, 2007).

O primeiro trabalho é uma dissertação de mestrado, defendida na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, no Programa de Pós Graduação em Psicologia, em julho de 2008, que tem como autora Marisol Lurdes de Andrade Seild e é intitulada “Fatores de Risco e Mecanismo de Proteção nas Narrativas das Famílias em Situação de Violência Conjugal”.

A dissertação de SEILD (2008) busca identificar a capacidade de resiliência em famílias com história de violência conjugal. Trata-se de uma narrativa onde foram investigadas duas famílias com histórico de violência conjugal, identificando as formas de comunicação no que diz respeito aos eventos violentos, bem como mecanismos de proteção e situações de risco em diferentes contextos. Quando se trata de fatores de risco, a autora identifica o papel da mulher como mantenedora da família, bem como a passividade desta diante do marido. A autora afirma também que o fenômeno da violência aparece na pesquisa sob uma ótica social, o que confirma a influência da sociedade na maneira hierarquizada com que é mantida a violência do homem sobre a mulher. Quanto ao processo de resiliência, a autora destaca como aspectos que favorecem este processo as histórias de afeto, cuidado e proteção dos filhos por parte das duas famílias (SEIDL, 2008).

A dissertação de BRANDÃO (2009), defendida no Programa de Pós Graduação em Psicologia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada “Resiliência: de que se trata? O conceito e suas imprecisões” foi defendida no ano de 2009 e tem como autora Juliana Mendanha Brandão. Trata-se de um estudo teórico sobre o conceito de resiliência com base em referenciais da literatura nacional e internacional, onde são discutidas as origens históricas e etimológicas da resiliência, apresentando o estado atual das conceituações do *constructo*. De acordo com a autora, a motivação para desenvolvimento do estudo foi a identificação de uma grande variedade de conceitos sobre resiliência e a falta de consenso entre estes (BRANDÃO, 2009).

O terceiro trabalho foi a dissertação de COUTO-OLIVEIRA (2007), defendida na Universidade de Brasília, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Intitulada “Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência”, se trata de um estudo exploratório que visa compreender as dimensões das experiências de vida de mulheres pobres, identificando fatores de risco e de proteção para o adoecimento mental em um estudo de caso múltiplo envolvendo cinco mulheres. A autora aponta como sendo fatores de risco para essas mulheres a pobreza, a sobrecarga

no trabalho, a violência, angústia e o medo. Quanto aos fatores protetores, a autora destaca as redes de apoio dentro da família e no meio social, a espiritualidade e a atitude positiva diante das adversidades da vida. De acordo com Couto-Oliveira (2007) a interação entre estes fatores cria condições para a superação dos eventos adversos, da manutenção da saúde mental e do desenvolvimento da resiliência.

Considerando que o tema da violência contra a mulher é discutido de maneira especial nos periódicos, utilizou-se também como campo de busca a Revista Estudos Feministas, periódico de circulação nacional e internacional que reúne artigos que contribuem para a questão de gênero. Utilizando como descritor o termo “violência contra mulher” foram localizados quatorze artigos, dentre eles, sete serviram de base para fundamentar a análise.

Diante da complexidade da problemática envolvendo a violência contra as mulheres, a que se deve a ausência de estudos sobre o tema na área de Educação? Por que as/os pesquisadoras/res que se dedicam ao campo da Educação não têm atentado para a magnitude do problema?

Buscar respostas neste sentido é fundamental, tendo em vista a importância do desenvolvimento de espaços formativos e de empoderamento da mulher. Neste sentido, a presente pesquisa propõe-se a investigar a capacidade de resiliência de mulheres que foram vítimas de violência doméstica e que estão sendo atendidas pelo Centro de Referência da Mulher do município de João Pessoa- PB, almejando identificar o que ocorre com as mulheres vítimas de tal violência, quais são os fatores subjetivos, de ordem emocional que podem influenciar este processo e atuar na sua superação, como é o caso da resiliência.

1.1.1 Violência de gênero e educação popular

A violência é um fenômeno histórico, que aparece em todos os períodos da humanidade, sendo entendida como comportamento que causa dano à pessoa, seja ele físico ou não, de menor ou maior grau, configurando-se como um elemento estrutural inerente ao próprio fator social, que atinge qualquer grupo ou civilização (REIS, 2008). Nas palavras de Minayo (1990, p. 263) “a violência é uma construção histórica que tem a cara da sociedade que a engendra”.

A violência pode ser compreendida como uma prática que, abrangendo conflitos interpessoais, viola os direitos humanos e “envolve rompimentos nas relações de intimidade e confiança, permeados de julgamentos morais e modelos de masculinidade e feminilidade que desqualificam as mulheres no exercício de suas subjetividades” (HONADA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, p. 34). Como afirma Carvalho

A violência é um fenômeno psicossocial complexo, de causalidade múltipla e multifacetado em suas várias formas e contextos: verbal, física, simbólica, institucional, estrutural [...] Pode ser concebida, em sentido restrito, como ato intencionalmente destrutivo de um indivíduo sobre outro; e, em sentido abrangente, como violação dos direitos (CARVALHO, 2012, p. 93).

A violência contra mulher é compreendida com mais profundidade quando levamos em consideração a dimensão de gênero, posto que esta envolve a construção social, política e cultural das masculinidades e das feminilidades, bem como as relações entre homens e mulheres (Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011).

O conceito de gênero, enquanto construções de masculinidade e feminilidade culturalmente variáveis foi criado pela teorização feminista, resultante da inserção e legitimação do movimento feminista na academia, ainda que marginalmente (CARVALHO, 2010).

A ideia de gênero está ligada a atributos, qualidades e valores oposto, denominados masculinos ou femininos: forte versus fraco, ativo versus passivo, racional versus emocional. Trata-se de uma estrutura de dominação simbólica, que marca de maneira objetiva ou subjetiva objetos, lugares, práticas e pessoas (CARVALHO, 2012).

De acordo com Carvalho

Embora as expressões de masculinidade e feminilidade sejam historicamente/culturalmente variáveis, as relações de sexo e gênero são relações de poder, de dominação masculina nas culturas androcêntricas, centradas em normas e valores masculinos, como a competição e a violência. Convencionalmente, masculinidade é sinônimo de vigor, potência e poder, supostamente advindos da constituição biológica/sexual (da testosterona, da força física), podendo se expressar como agressividade e violência, individual e institucional ou estrutural, já que os homens governam (e

governam de acordo com normas e valores masculinos) (CARVALHO, 2012, p. 96).

O presente trabalho discute a violência na perspectiva de gênero, considerando violência de gênero o conjunto de agressões contra mulher que pode levar mulheres à morte simplesmente pelo fato de serem mulheres (CARAPIA, 2015). Em suas palavras, a violência contra a mulher apresenta “características particulares por la condición de sumisión y obediencia de las mujeres en la cultura patriarcal y por sus situaciones sociales de desigualdad, inequidad y marginación” (CARAPIA, 2015, p.39).

Diferenças de gênero implicam desigualdade. As relações de gênero, sendo hierárquicas, são relações de poder e integram uma estrutura de dominação ancoradas em construções cultural, social, política e educacional. Pesquisadores/as das relações sociais, entre este/as, teóricas feministas “apontam que as distinções de gênero (masculino/feminino) estruturam todos os aspectos da vida social e fazem parte de um complexo sistema de dominação masculina, fortemente institucionalizado e internalizado” (CARVALHO, 2010, p. 233).

Como afirmam Connel e Pearse:

Gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais. De maneira informal, gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse “lidar” para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 48).

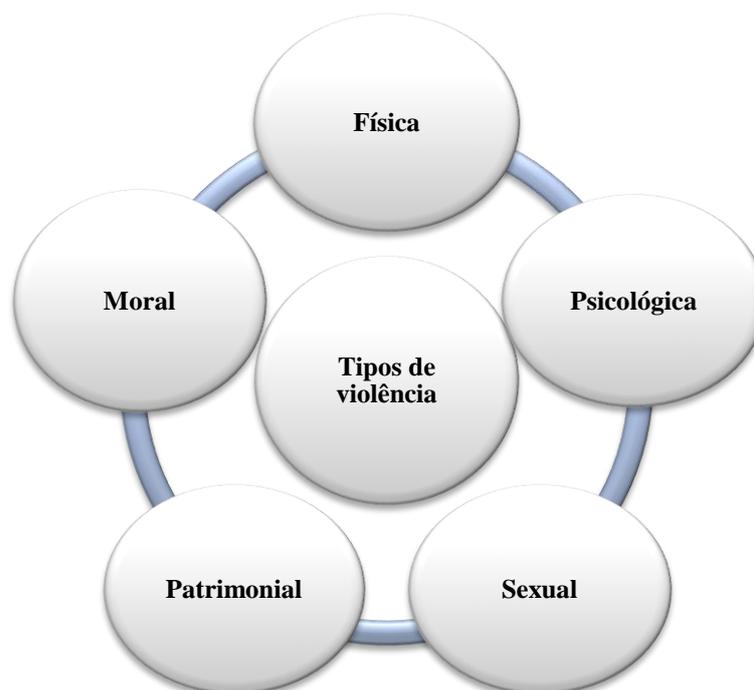
Nesses termos, a questão de gênero não diz respeito apenas à identidade nem ao trabalho; tampouco ao poder de maneira isolada ou apenas à sexualidade. A questão de gênero diz respeito a todos esses fatores que se relacionam entre si, formando uma totalidade implicadora. Assim, não se pode entender o ser mulher ou ser homem como experiências fixadas pela natureza. Há mulheres chefes da família, bem como existem homens que se encarregam de cuidar das crianças. Os esforços para compreender a inflexibilidade histórica do ser mulher ou ser homem enquanto papéis sociais, evidencia um mecanismo de afirmação da desigualdade social. A maioria da riqueza corporativa

está nas mãos de homens, as maiores instituições são lideradas por homens, a tecnologia em sua maioria é controlada por homens, e em diversos países as mulheres têm menos chances de aprender a ler e a escrever que os homens (CONNEL; PEARSE, 2015).

Como afirmam Connel e Pearse (2015), em seu uso mais comum, o termo “gênero” diz respeito a uma diferença cultural entre homens e mulheres baseada na divisão entre fêmeas e machos, e que essas diferenças geram desigualdades pautadas no gênero, desenvolvendo comportamentos hostis e relações emocionais nutridas pela violência simbólica e muitas vezes evoluindo para a violência física.

A violência contra mulher é um fenômeno que se manifesta no nível relacional e societal, e que requer mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento (Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011). Isto significa que enquanto não forem consolidados os preceitos trazidos desde 1988 pela Constituição Brasileira, que considera a equidade social e de gênero, o fenômeno da violência contra a mulher continuará em todas as esferas: família, escola, comunidade. Neste sentido, podemos considerar violência de gênero, segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011), como sendo uma forma de dominação que mantém a desigualdade hierárquica existente tendendo a prezar pela obediência e subalternidade de um sexo em relação ao outro.

Dentre os tipos de violência contra mulher existentes, podemos destacar as seguintes: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.



O artigo 7º da Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, define os tipos de violência doméstica e familiar da seguinte forma:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

A violência física é entendida como o uso da força física com a finalidade de ofender corporalmente a mulher, mesmo que não deixe marcas aparentes, e independente da intenção do agressor. Ela envolve empurrões, chutes, tapas, choques ou quaisquer outras ações que possam machucar fisicamente (REIS, 2008).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011) compreende a Violência Física como qualquer conduta que possa ferir a integridade ou saúde corporal da mulher. Todos os dias mulheres são agredidas fisicamente no âmbito familiar. Muitas mulheres, pelos mais diversos motivos, se submetem a conviver com o agressor, não conseguindo ou não podendo romper o vínculo.

Quanto à violência psicológica, esta é compreendida como ameaças, rejeição e humilhação, em que o agressor sente prazer de inferiorizar a vítima. Considerada a

forma mais frequente de violência, é a menos denunciada, uma vez que na grande maioria nem a própria vítima tem noção de que está sendo alvo deste tipo de violência (REIS, 2008).

A Violência Psicológica, mais comum entre as mulheres que sofrem violência no Brasil e no mundo, é entendida, segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulher (2011) como sendo qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher, visando controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

Por sua vez, a violência sexual configura-se como qualquer tentativa de obtenção de ato sexual sem o consentimento da vítima, consistindo em obrigar a mulher a manter relação sexual quando esta não deseja (REIS, 2008).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher conceitua a Violência Sexual, segundo a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, como sendo:

[...] a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Manifesta-se como: expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e voyerismo; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas - coerção física ou por medo do que venha a ocorrer (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, 2011, p.22).

No que diz respeito à violência patrimonial, esta é compreendida como a conduta de subtrair ou destruir de maneira total ou parcial pertences de outras pessoas, sejam eles objetos, documentos pessoais ou bens. Neste caso, trata-se de tomar para si ou subtrair pertences da mulher, sem o seu consentimento (REIS, 2008).

A violência moral, por sua vez, diz respeito a delitos contra a honra, além de injúria, calúnia e difamação contra a mulher. Na maioria das vezes, ocorre juntamente com a violência psicológica (REIS, 2008).

A violência praticada contra mulheres constitui uma das principais formas de violação dos Direitos Humanos, pois atinge o direito à vida, à saúde, bem como a integridade física. Os estudos de Attané (2011) afirmam que na Índia, em Bangladesh, no Paquistão, na China, em Taiwan, na Coreia do Sul, são vários os pretextos para

impedir a vinda de uma filha, assim como são muitas as atitudes tomadas para que estas não sobrevivam: abortos seletivos segundo o sexo, negligência em relação à saúde e/ou alimentação de meninas, infanticídios e abandono. O aborto seletivo, o infanticídio e o abandono de meninas recém-nascidas na China tomou tal proporção que as autoridades chinesas precisaram atenuar, na zona rural, a proibição de ter um segundo filho. Foi autorizado que os camponeses tivessem o segundo bebê, caso, por infelicidade, o primeiro tivesse sido menina (TREINER, 2011).

A violência é um fenômeno de origem complexa, por vezes contraditória e de mensuração problemática, uma vez que o reconhecimento de sua ocorrência envolve questões de valores e práticas culturais, bem como componentes sociais, históricos, econômicos e subjetivos. Segundo Attané (2011, p.40) “a discriminação das mulheres vem se apoiando em fatores complexos, essencialmente culturais e sociais, que em nada são amenizados pelos progressos econômicos. Em alguns casos, a modernização da economia chega a acentuar essas discriminações”.

Lamentavelmente, a violência contra a mulher encontra-se enraizada em nossa cultura. No início do século XX as denúncias eram conduzidas por escritoras, jornalistas, intelectuais e feministas da época que dispunham de meios como jornais e livros (BLAY, 2008).

A coragem de várias mulheres que deram testemunho de seu martírio, como é o caso das advogadas como Hina Jilari e Asma Jahangir, do Paquistão; das jornalistas Lima Nabeel e Rana Hussein, da Jordânia; além de militantes de Organizações Não Governamentais - ONGs humanitárias, ajudaram a colocar, a nível internacional, a questão fazendo com que a comunidade mundial descobrisse a amplitude da barbárie exercida contra as mulheres (TREINER, 2011).

Asma Jahangir, advogada, relatora da Organização das Nações Unidas - ONU, que dedicou sua vida a defender a igualdade das mulheres, afirma que, no Paquistão, a cada ano, pelo menos 300 mulheres são assassinadas por seus maridos, irmãos ou filhos “em nome da honra”, cujos fatores são: suspeita de ter olhado para outro homem ou recusa por um casamento arranjado. O assassino, naquele país, é beneficiado com a impunidade ou com penas mínimas (JAHANGIR, 2011).

No Brasil, país marcado por uma tradição cultural onde o machismo é bastante presente, ainda que a passos lentos, as mulheres têm caminhado de maneira a construir uma nova trajetória (CERONI, 2010). Entre as diversas mulheres brasileiras, várias são reconhecidas por sua capacidade resiliente. Reconhecendo a importância de muitas

delas no processo de construção do espaço que a mulher ocupa na sociedade por direito e no intuito de dar visibilidade a essas lutas, destacou-se, de acordo com o Dicionário Mulheres do Brasil (2000), a trajetória das seguintes mulheres:

– Jerônima Mesquita: nasceu em Leopoldina, em Minas Gerais, em 30 de abril de 1880, foi uma enfermeira e líder feminista, colaborou ativamente nas iniciativas de construção da cidadania feminina no país, como a luta pelo direito ao voto. Em sua homenagem, o dia 30 de abril é considerado, no Brasil, o dia nacional da mulher.

– Elvira Faria Paraná: professora, nascida em Rio Negro, no Paraná, em 1883, estudou na escola normal de Curitiba onde, preocupada com a condição feminina precária, empenhou-se de forma pioneira a preparar mulheres para o ato de ensinar. Escreveu diversos artigos sobre educação e o papel social da mulher em Curitiba.

– Alice Tibiriçá: ativista social e feminista, nasceu em 9 de janeiro de 1886. Dentre outras atividades, Alice se destacou na luta pelos direitos das mulheres. Representou a seção paulista da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, em 1931. Foi a primeira presidente da Federação de Mulheres do Brasil, entidade fundada em 1949, centrada em diversas organizações de atividades de mulheres no país.

– Alaíde Lisboa de Oliveira: nasceu em 22 de abril de 1905, em Lambari, Minas Gerais. Política, professora e escritora. Formou-se doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde tornou-se catedrática, através de concurso público, exercendo diversos cargos de direção na universidade. Foi a primeira coordenadora do Mestrado em Educação da mesma universidade. Reconhecida como grande personalidade da educação brasileira, foi membro da Academia Mineira de Letras.

– Cida Kopczak: feminista e líder de movimento social, nasceu em 28 de março de 1946, em Itapira, São Paulo. Sua militância na Associação das Donas de Casa e na resistência contra a ditadura militar fez com que ela criasse vínculo com algumas mulheres, fazendo com que estas iniciassem, em 1970, um debate sobre a condição feminina no país.

– Lélia Gonzalez: feminista e ativista política, nasceu em 1 de fevereiro de 1935, em Minas Gerais. Lélia se destacou por ser uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). Sua militância em defesa da mulher negra fez com que ela se tornasse membro do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Enquanto militante e pesquisadora, desenvolveu diversos trabalhos sobre a condição da mulher e da pessoa negra.

– Elisabete Teixeira: trabalhadora e líder camponesa, nasceu em 13 de fevereiro de 1925, em Sapé, na Paraíba. Juntamente com o marido, Elisabete fundou a liga camponesa de Sapé, com o objetivo de conscientizar as/os camponesas/es na luta por seus direitos. Tendo que abrir mão da guarda dos filhos e sob ameaça de morte, logo após seu marido ter sido assassinado, Elisabete foge para o Rio Grande do Norte com identidade falsa para trabalhar como lavadeira e logo em seguida, como professora. Depois de dada como morta pela repressão política, Elisabete aparece no filme “Cabra marcada para morrer”, de Eduardo Coutinho. O filme retrata a saga de Elisabete e a história de seu marido.

Optou-se por destacar os nomes das mulheres citadas por suas iniciativas na discussão sobre a condição da mulher e construção da cidadania feminina; dedicação ao processo de formação de mulheres para o ato de ensinar; pioneirismo em assumir lugares e cargos jamais assumidos por mulheres antes; militância em nome das mulheres negras do país e nas lutas pelas/os trabalhadoras/es camponeses.

Em se tratando de um dado histórico relevante no processo de resistência feminina, no Brasil, na passagem de 1964 a 1965, surgiram as primeiras ONGs de mulheres, como resistência ao regime militar. Tais organizações buscaram o reconhecimento e a defesa de direitos ignorados. Desde então, ONGs de mulheres estão envolvidas em mobilizações públicas, na luta contra a discriminação (CERONI, 2010).

Como afirma Blay (2008) a violência contra a mulher vem sendo produzida e reproduzida socialmente. As relações de gênero continuam hierarquizadas, atribuindo à população masculina o exercício da dominação. Historicamente, homem e mulher possuem relação de dominador e submissa (SAAD, 2010).

Nas palavras de Perrot

Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis [...] ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos” (PERROT, Michelle, 2017, p. 187).

Essa ideia é reforçada pela economia política ao distinguir produção, reprodução e consumo, atribuindo ao homem o papel de assumir a produção, enquanto que à mulher cabia o consumo e cooperar na reprodução (PERROT, 2017).

A mulher era descrita pelo homem, tendo dificuldade em se fazer ouvir. Aos homens, cabia ser porta-voz das mulheres, constituindo um ocultamento da voz feminina (PERROT, 2017).

A cultura europeia, de acordo com KEHL (2016, p.40) “produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado *feminilidade*”. A ideia de feminilidade vista como conjunto de atributos próprios das mulheres em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora permite à mulher ocupar um único lugar social: o doméstico, restringindo o destino das mulheres à maternidade e esperando delas o recato, a docilidade, bem como uma passividade quanto aos desejos dos homens (KEHL, 2016).

Esta feminilidade vista como uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem foi durante muito tempo, reproduzida pelas expectativas parentais, pelo senso comum, pela religião, bem como pela produção científica e filosófica. No entanto, os ideais de submissão feminina passaram a se contrapor aos ideais de autonomia de todo sujeito moderno; os ideais meramente domésticos atribuídos à mulher passaram a se contrapor aos de liberdade; a predestinação da mulher ao casamento e à maternidade passou a se contrapor a ideia, também moderna, de que cada sujeito deve ser livre para escolher seu próprio destino, de acordo com sua própria vontade (KEHL, 2016).

De acordo com Kehl (2016) foi em meio aos deslocamentos entre a esfera pública e privada que as mulheres passaram a sair às ruas, organizadas ou não, com sede de participação e atitudes vistas como revolucionariamente desobedientes.

O destino da mulher nas esferas econômica, política e social é um tema que passou a emergir dentre as preocupações a nível nacional há pouco tempo, não chegando a ser objeto de estudos verdadeiramente sistemáticos (TREINER, 2011). No entanto, eram fortes as organizações femininas em todo o mundo. De acordo com Gaspard

A partir da segunda metade do século XIX assistimos à criação de transnacionais femininas. [...] Em 1919, em Paris, paralelamente à Conferência de Versalhes sobre a paz, é feita uma conferência das mulheres interaliadas. Elas conseguem que, no tratado que institui a Sociedade das Nações, seja mencionado o direito das mulheres de obter assento nas organizações como representantes de seus países, e de ocupar funções em todos os níveis da administração – mesmo que, em muitos países membros, elas não dispusessem nem da cidadania

política, nem da plenitude dos direitos civis e profissionais (GASPARD, 2011, p. 774).

Em 1946, no Brasil, sob a pressão de feministas foi criada a Comissão Intergovernamental da Condição da Mulher, onde a maior parte de suas representações são mulheres. Em 1954, em São Francisco - EUA, é elaborada a Carta da Organização das Nações Unidas, que, no primeiro artigo, aponta que as nações que se unem devem proclamar a igualdade de mulheres e homens sem distinção de raça, sexo, de língua ou de religião (GASPARD, 2011).

No final da década de 1960 notava-se fortemente a obscuridade que envolvia a violência contra a mulher, em especial, a violência doméstica. Eram totalmente ignoradas as formas de violência no ambiente doméstico e, quando estas chegavam à mídia, eram acompanhadas de comentários preconceituosos que culpavam a mulher, como nos casos de estupro. Os homicídios contra mulheres eram justificados por uma suposta “natureza diferente” conforme o sexo biológico do indivíduo e, assim, a mídia continuava por reproduzir manchetes onde as vítimas acabavam por ser culpabilizadas (BLAY, 2008).

No final do século XIX e início do século XX nasce a primeira onda do feminismo, denominada “sufragismo”, que tinha como principal objetivo a reivindicação em prol do direito civil, com base na exclusão das mulheres na política. O movimento teve suas principais bases na Inglaterra e estava fortemente ligado aos interesses de mulheres brancas e europeias (MATUELLA, 2017).

A teoria feminista tem como principal preocupação explicar a subordinação a qual as mulheres estão submetidas, a assimetria entre homens e mulheres nas esferas políticas, sociais e econômicas e buscar encontrar soluções para essa problemática (MATUELLA, 2017).

A segunda onda feminista se deu da década de 1960 a 1990, quando diversas mulheres ativistas lutaram para colocar a demanda da desigualdade de gênero em diversas lutas (MATUELLA, 2017).

No Brasil, em 1969, se deu um grande avanço teórico do feminismo (movimento que milita em prol dos direitos das mulheres na sociedade), tendo como pioneiro, o trabalho de Heleieth Saffioti, socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira, autora do livro “A mulher na sociedade de classes”. O livro apresenta uma teorização sobre o sexo como forma de estratificação

social e faz um balanço sobre a divisão sexual do trabalho, da economia política da família, bem como da educação das mulheres, trazendo uma abordagem histórica da subordinação das mulheres (CONNEL; PEARSE, 2015).

Em 1975, no México acontece a primeira conferência mundial tendo como temática as mulheres. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres- CEDEF prevê a promoção da igualdade quanto aos direitos humanos, civis, políticos, sociais e econômicos (GASPARD, 2011).

Com o surgimento do Movimento pela Libertação das Mulheres no Norte Global, cujas discussões teóricas apontavam para o ponto de vista sobre a política tinha-se uma imagem dicotômica do poder. Neste sentido, o patriarcado deveria ser enfrentado por um movimento de mulheres e a libertação destas seria o ponto de virada da revolução social. O impulso da Libertação das Mulheres lançou algumas teorias, dentre elas uma teoria materialista, não marxista, que estava focada na divisão do trabalho, enfatizando a exploração econômica das mulheres no seio da família. A natureza da política das mulheres foi assunto de um imenso debate. O movimento de mulheres objetivava transformar silêncio em voz, uma vez que o problema das mulheres tinha sido visto historicamente como problema privado (CONNEL; PEARSE, 2015).

O movimento das mulheres passou a ter visibilidade em todo o mundo, fazendo com que a ONU declarasse, em 1975 o Ano Internacional da Mulher, lançando diversas conferências mundiais sobre as mulheres, sendo o início para muitos debates na área. O governo australiano designa a jovem filósofa feminista Elizabeth Reid como a primeira conselheira da mulher. Desta forma, novos aspectos da pesquisa feminista se desenvolveram, surgindo todo um campo de políticas públicas feministas ou inspiradas pelo feminismo. A história feminista foi se tornando um amplo empreendimento teórico e metodológico, provocado pela necessidade de corrigir vieses da história patriarcal (CONNEL; PEARSE, 2015). De acordo com as autoras houve um reconhecimento quanto à categoria de gênero, havendo um reconhecimento desta como importante para a análise histórica. Os estudos feministas floresceram, fazendo com que surgisse uma nova luz sobre uma área que já havia sido pensada em outro momento como prova da superioridade masculina (CONNEL; PEARSE, 2015).

Nas palavras de Gaspard (2011) as mulheres não se contentaram em elaborar estratégias individuais no intuito de escapar do controle patriarcal: “Elas também escreveram, debateram, provocaram, em diferentes momentos da história e em diferentes países, um debate intelectual e político sobre a miséria de sua condição, e

sobre a negação de sua participação na humanidade” (GASPARD, 2011, p. 772). A autora afirma que cada período de agitação feminista provocou um interesse pelo passado, no entanto, sofrendo de falta de continuidade, o tema não se integrava ao corpo geral dos conhecimentos.

Pode-se afirmar que a sociedade contemporânea nasceu sob o signo da discriminação contra a mulher, tornando comum, no campo do trabalho, os setores produtivos excluírem a mulher através de diversos mecanismos, colocando-as em lugares de menor remuneração, estando muitas vezes, sujeitas ao assédio sexual, acontecendo o mesmo no campo do ensino, onde as mulheres eram postas em lugares menos favorecidos. Nos cenários urbanos não havia a preocupação de construir passagens que garantisse a segurança da mulher. Em todas essas circunstâncias, as ações foram sendo tomadas, incorporando a relação de dominação de homens sobre mulheres (BLAY, 2008).

Após o período de 1975 surgiram no Brasil os dois primeiros jornais nacionais dirigidos a mulheres: o Brasil Mulher e o Nós Mulheres. Os temas versavam sobre a emancipação das mulheres e debates teórico-práticos sobre a dominação/exploração das mulheres e a superação da sociedade patriarcal, posicionando-se sobre todos os fatos que estiveram em pauta na conjuntura brasileira da época, em plena vigência da ditadura militar e do movimento popular (LEITE, 2003). Nas palavras de Leite

As feministas põem os jornais a serviço da organização popular de mulheres da periferia das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando direitos, superando a perspectiva de trocá-los por favores, avançando na prática para além da política reivindicatória dos bairros e da relação fisiológica e tutelar que caracterizava essa ação política no passado. Esses novos sujeitos coletivos, as feministas, criam seu próprio espaço de representação e favorecem com sua militância o debate das questões relacionadas com o convívio familiar, a intimidade, a sexualidade e as relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos etc., introduzindo-as no movimento popular (LEITE, 2003, p. 238).

O jornal era constituído por mulheres que se auto-organizavam nas periferias, buscando garantir seus direitos sociais, bem como feministas preocupadas com a emancipação feminina e a discriminação, buscando uma nova forma de fazer política junto às classes populares (LEITE, 2003).

Os jornais denunciavam a educação diferenciada entre meninas e meninos; o lugar reservado à mulher na sociedade; o aprendizado a que as mulheres eram submetidas para viver em função do homem, bem como as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho (LEITE, 2003).

No final da década de 1970, começo de 1980 iniciou o processo de redemocratização do país. Desde então foram inúmeras as conquistas das mulheres nas lutas por seus direitos. A exemplo disso podemos destacar a criação da Comissão Intergovernamental da Condição da Mulher, responsável por elaboração da carta da ONU, que proclama a igualdade entre homens e mulheres, o movimento do feminismo em prol dos direitos das mulheres; a primeira Conferência Mundial, que teve como temática as mulheres; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como todos os debates conduzidos pelos movimentos de mulheres. Este campo de lutas e enfrentamentos, de conquistas e resistências é o palco, por excelência, da Educação Popular.

Como afirma Carrilo (2012) a Educação Popular envolve um conjunto de práticas sociais subversoras cuja intencionalidade é de contribuir para que os diversos segmentos se tornem sujeitos protagonistas de transformações na sociedade em prol de seus interesses e utopias, passando a promover as mudanças sociais que garantam sua libertação. Isso inclui as mulheres nas lutas pela igualdade de gênero, contra a opressão a que estão submetidas.

A Educação Popular inicia um processo de refundamentação a partir do final dos anos de 1990, processo este marcado por uma autoavaliação e autocrítica acerca de seu discurso fundacional, de seus objetivos estratégicos e marcos teóricos. No campo teórico, este processo é impulsionado por uma busca de novas coordenadas epistemológicas. Trata-se de uma procura por fundamentos mais amplos para a Educação Popular, não no sentido de negar o seu discurso fundacional, mas querendo atualizá-lo, ampliá-lo, o que envolve a transição da formação da consciência política para a formação de uma consciência alargada, que além de política, seja ecológica, respeitadora da diversidade cultural, geracional, religiosa, étnica e de gênero, com uma visão integral e integrada de ser humano e de mundo, que vai envolver corporeidade, espiritualidade, emoção e racionalidade (MOTA NETO, 2015).

De acordo com Hurtado (2005) esta reflexão se desenvolveu no campo teórico e prático da Educação Popular, ampliando horizontes, adentrando para outros campos de conhecimento, espaços de influência e interação com outros sujeitos.

Carrilo (2012) destaca que os principais deslocamentos depois do processo de refundamentação da Educação Popular foram:

1. Una lectura clasista ortodoxa de la sociedade, a la incorporación de otras perspectivas y categorías analíticas como hegemonia, movimientos sociales, sociedade civil y sujetos sociales.
2. De una lectura revolucionaria de “toma del poder” como única vía del cambio, a la ampliación del sentido de lo político a todas las esferas de la vida social, la reivindicación de la democracia como forma de gobierno y defensa de lo público.
3. De una mirada económico política de los sujetos sociales a una mirada integral de los mismos, que da especial importancia a los procesos culturales de su identidad y de su dimensiones individual y personal.
4. De una énfasis en la toma de conciencia al enriquecimiento de la subjetividad individual y colectiva en todas sus dimensiones (intelectual, emocional, corporal...).
5. De las seguridades metodológicas centradas en el método dialéctico y el uso instrumental de las técnicas participativas, a la reivindicación de lo pedagógico de la EP, la incorporación de aportes de otras corrientes pedagógicas y el interés por el diálogo de saberes (CARRILO, 2012, p. 78).

Considerando estes deslocamentos, foi realizada uma autocrítica pelos próprios educadores populares da época, que afirmaram haver uma “cegueira”, onde só se enxergava a classe trabalhadora e os pobres, deixando marginalizados outros sujeitos, como os indígenas, os camponeses, os homossexuais, as crianças e as mulheres. A partir de então foi dado início ao processo de ampliação desses campos de atuação da Educação Popular, alargando-os (MOTA NETO, 2015). Este processo de refundamentação corresponde a uma transformação estrutural e radical, uma vez que é notório que a opressão não se expressa somente sobre as classes populares, envolve questões de outras dimensões, como a violência contra mulher.

O tema das emoções é relativamente novo para a Educação Popular em termos de pesquisas, apesar de todo o empenho de Paulo Freire, que atentava para a temática do amor na Pedagogia do Oprimido (1987) e na Pedagogia da Esperança (1992). Temas que correspondem ao campo das emoções foram destacados pelo autor, como por exemplo a afetividade, em Pedagogia da Autonomia (1996); e a questão do cuidado em Professora sim, Tia Não (1997). No entanto, durante muito tempo as questões relacionadas a esta temática não apareceram nas discussões no campo da Educação Popular. Nas palavras de Jasper (2012, p.49), “prácticamente todos los modelos culturales y los conceptos usados hoy estarían mal encuadrados si no admitieran

explícitos mecanismos causales de tipo emocional. Aunque, sin embargo pocos de ellos efectivamente lo hacen”.

No entanto, se a exploração é global, a resistência também. As mais diversas formas de dominação que acompanharam o processo de globalização não impediram que as classes ou grupos sociais subordinados se organizassem em defesa de seus direitos. Dentre eles, redes mundiais de movimentos feministas (BOAVENTURA, 2001). E se a dimensão emocional integra a constituição do Ser, é fundamental que ela esteja presente nas reflexões teóricas e metodológicas da Educação Popular.

1.1.2 Resiliência: para além da superação das adversidades

A resiliência pode ser entendida como a capacidade de superar adversidades, saindo destas mais fortalecida/o. No campo da Física, resiliência diz respeito à capacidade de um corpo físico recuperar sua forma original depois de submeter-se a algum tipo de deformação. Na Psicologia, o interesse em refletir sobre a resiliência humana se dá através de observações de histórias de vida em que algumas pessoas puderam sobrepor-se às dificuldades, reconstruindo suas vidas depois de terem vivido situações desfavoráveis (VANISTENDAEL, 2014).

Após passar por uma situação traumática, a pessoa que apresenta capacidade resiliente consegue ressignificar a situação, podendo superá-la e reestruturar-se. A resiliência permite o começo de uma nova vida, em um sentido diferente do que existia antes de haver o trauma. Como afirma Cyrulnik (2007, p. 124) “no existe reversibilidad posible después de un trauma, lo que hay es una perentoria obligación de metamorfoses”. Para a Psicologia, a resiliência desencadeia algo que perpassa o retorno ao que era antes, uma vez que envolve um crescimento a partir da superação da pressão sofrida (CHAVES, 2010).

A resiliência, nas palavras de Chacón e Araya

Implica una visión positiva de la vida, permitiendo rescatar y dar énfasis a las fortalezas más que a los obstáculos. Cree en la capacidad del ser humano de recuperarse, de cambiar a pesar de todo; cree en la búsqueda constante de algo mejor y en la superación, por lo que su aplicación a un sector de la población

que socialmente ha sido subordinado y que además sufre de situaciones adversas (CHACÓN, ARAYA, 2003, p.12).

A capacidade resiliente pode ser compreendida como uma alternativa para criar novas oportunidades de empoderamento pessoal e social (CHACÓN, ARAYA, 2003). Como afirma Chacón e Araya

La resiliencia posee un elemento base y es la capacidad de resignificar lo que se vive, a partir de lo cual se crean patrones distintos de comportamiento que “conducen a la liberación y al crecimiento”. Este proceso sucede a partir de una experiencia de choque que causa el auto cuestionamiento en la mujer y en consecuencia, la posibilidad de construir un proceso libre de violencia. Se identifican factores esenciales internos y externos que fungen como apoyo en el proceso (CHACÓN, ARAYA, 2003, p. 26).

Nos anos de 1950, Emmy Werber investigou a trajetória de trezentos garotos/as de rua do Hawai e constatou a capacidade de alguns deles lidarem com a situação sem dificuldade de adaptação. Werber foi quem usou pela primeira vez o termo resiliência. *A posteriori*, Michael Rutter estudou os fatores de proteção em contrapartida aos fatores de risco como respostas resilientes. Norman Garmezy, por sua vez, empreendeu um estudo longitudinal com crianças cujos pais sofriam de esquizofrenia, constatando que boa parte delas se desenvolviam de maneira satisfatória. Desde os anos de 1990, em uma perspectiva integrativa, Cyrulnik propaga o conceito de resiliência, abrindo caminho para diversas/os autoras/es que resolveram se dedicar ao tema (POURTOIS, 2014).

Esta capacidade de transformar as situações adversas, minimizando ou sobrepondo-se aos efeitos nocivos da adversidade, baseia-se na convicção de que sobre nós influi mais a forma como enfrentamos as situações do que as situações propriamente ditas (ORTS, 2009). Desta forma, é fundamental a percepção do sujeito, pois ela que vai determinar se a situação é um desafio ou uma ameaça.

Como afirma Sporn

El término resiliencia es tomado por las ciencias sociales del campo sematico de la ingeniería civil y la metalúrgica para describir la capacidad que poseen algunos materiales de

recobrar su forma original después de ser sometidos a una presión deformadora. Aplicado a los seres humanos, podemos decir que la resiliencia es la capacidad de afrontar y vencer la adversidad y, precisamente por eso, salir fortalecido gracias a esa experiencia; es aquello que permite a sujetos que nacen y viven en condiciones de alto riesgo desarrollarse – tanto desde lo psicológico como desde lo social – de manera sana e exitosa (SPORN, 2010, p. 30).

Resiliência é um *constructo* complexo e contínuo, em desenvolvimento, que se manifesta em comportamentos individuais e sociais. Madariaga et al afirmam que

la propia naturaleza de la resiliencia la define como respuesta dinámica, no estática, a la vez que creativa, en la que adquiere especial importancia la capacidad de construir nuevas interpretaciones de los contextos adversos y de las respuestas posibles que todos podemos encontrar ante ellos (MADARIAGA et al, 2014, p. 12)

Para tais autoras/es, a resiliência envolve, entre outras coisas, a capacidade de ressignificar os acontecimentos, dando a estes uma nova interpretação. A resiliência pode também ser entendida como sendo:

un proceso dinamico, constructivo, de origen interactivo y sociocultural que conduce a la optimización de los recursos humanos y permite sobreponerse a las situaciones adversas. Se manifiesta en distintos niveles del desarrollo, biológico, neurofisiológico y endócrino en respuesta a los estímulos ambientales (MADARIAGA et al, 2014, p.25).

Nesses termos, a resiliência pode ser compreendida como uma possibilidade de recuperar-se diante da adversidade, com o objetivo de se fortalecer, tornando-se mais forte emocionalmente (TRIGUEIRO et al, 2011).

O conceito de resiliência, tratando-se da capacidade humana de superar os eventos estressantes ou as adversidades da vida, remete a um processo mais dinâmico que qualquer indivíduo pode desenvolver em meio a uma variedade de condições, sendo elas biológicas, genéticas e ambientais (TRIGUEIRO et al, 2011).

Orts (2009) afirma que ser resiliente exige uma atitude ativa diante dos desafios. O autor destaca uma série de competências que podemos utilizar nas mais diversas

situações concretas do cotidiano. Ao conjunto destas competências o autor dá o nome de ilhas de competência: **autoestima** ou conjunto de juízos valorativos sobre si mesmo; **responsabilidade** ou capacidade de assumir e prever as consequências sobre os próprios atos; **criatividade** na tomada de decisões ou capacidade de transformar intenções em ações; **realizações** ou resultados positivos de nossas ações; **enfrentamento de problemas** ou capacidade de focalizar nas possibilidades de enfrentamento e não na dúvida se pode ou não superá-los; **capacidade de introspecção** ou refletir sobre o modo como enfrentamos situações difíceis para modificá-las quando for necessário; **capacidade de relacionar-se harmonicamente** com os demais; **iniciativa** ou capacidade de desenvolver ações criativas que favoreçam as metas estabelecidas; **humor** ou capacidade de lidar de forma positiva com situações adversas; **otimismo** ou capacidade de ver as situações com confiança; **equilíbrio emocional** que inclui o manejo das emoções.

Para Madariaga et al (2014, p.14) “la resiliencia implica, no sólo un afrontamiento, sino lo que és más importante, también una transformación, una aprendizaje, un crecimiento, que va más allá de la mera resistència a las dificultades”. Para tais autoras/es, a capacidade resiliente envolve tanto processos internos do sujeito, o que inclui a visão que se tem de si mesmo, como a interação com o meio.

Segundo Vanistendael (2014, p. 52) “la capacidad de una persona o de un grupo para crecer en presencia de muy grandes dificultades se construye en interacciones con lo entorno”, isto é, a capacidade resiliente emerge a partir das interações entre as pessoas, não se configurando em uma capacidade inata.

A conduta resiliente não se restringe apenas ao comportamento de resistir à situação. Ela integra três fases: **a resistència à destruição**, que consiste em resistir ao primeiro embate, suportando-o; **a reconstrução**, que se trata de refazer-se diante de situações desfavoráveis e o **fortalecimento de defesas**, que envolve criar mecanismos de defesa buscando uma atitude proativa, caso tais situações reapareçam (ORTS, 2009).

Em termos de síntese, pode-se apresentar o seguinte quadro sobre como as/os autoras/es apresentadas/os entendem o conceito de resiliência:

Quadro 3. Conceito de Resiliência

AUTOR/AUTORA	CONCEITO DE RESILIÊNCIA
ORTS (2009)	Capacidade individual de superar adversidades saindo mais fortalecido/a.
VANISTENDAEL (2014)	Capacidade de ressignificar situações traumáticas.
MADARIAGA et al (2014)	Processo dinâmico e construtivo que permite que a pessoa se sobreponha a situações adversas.
TRIGUEIRO (2011)	Capacidade humana de suportar eventos estressantes.
CYRULNIK (2007)	Capacidade de reestruturar-se depois de passar por situações traumáticas.
SPORN (2010)	Capacidade de enfrentar e vencer as adversidades.
POURTOIS (2014)	Processos de ressignificação visando bem estar e melhor qualidade de vida.

FONTE: A autora (2017)

Neste trabalho, a resiliência é compreendida como uma capacidade individual de enfrentamento e ressignificação de situações adversas tendo em vista o bem estar subjetivo. Configura-se, portanto, como uma capacidade aprendida no interior de processos sociais complexos e dinâmicos, que mobilizam a resistência à destruição do Ser e o fortalecimento da pessoa.

Os processos que levam à resiliência se orientam desde a perspectiva dos direitos humanos, buscando melhores condições de vida e de desenvolvimento, até posições éticas e princípios de respeito e autonomia, no sentido de permitir que a pessoa possa ressignificar e transformar a situação, visando bem estar e melhor qualidade de vida. Como afirma Pourtois (2014) a capacidade resiliente possui um caráter integrativo, que envolve aspectos genético, psíquico, neurobiológico, cultural, emocional, educativo e cognitivo.

Brooks e Goldstein (2004) afirmam que a mentalidade resiliente se caracteriza pelos seguintes elementos: ter capacidade de transformar as adversidades em desafios; ser consciente de que estamos no controle de nossas vidas; ter capacidade empática; ampliar a capacidade de comunicação efetiva com os demais; desenvolver sólidas habilidades para solucionar problemas e tomar decisões; estabelecer metas e expectativas realistas; estar em sociedade de maneira a contribuir para o bem estar comum; levar uma vida responsável, baseada em valores sensatos; sentir-se especial enquanto ajuda os demais a sentirem o mesmo - em outras palavras, ser capaz de desenvolver atitudes altruístas.

Becoña (2006) agrupou um conjunto de 26 características, criando uma classificação de quatro padrões que constituem a capacidade resiliente: o padrão **disposicional**, o padrão **relacional**, o padrão **situacional** e o padrão **filosófico**.

O padrão disposicional se refere aos atributos físicos e psicológicos que possuem relação com o ego. Quanto aos atributos psicológicos, estes estão ligados a competências pessoais e a maneira como nos colocamos diante do mundo, enquanto que os atributos físicos envolvem fatores como inteligência, saúde e temperamento.

O padrão relacional está ligado às relações que estabelecemos com o outro, o que envolve nossas experiências, habilidade de identificar as relações positivas com os demais, bem como a capacidade de confiar no outro.

O padrão situacional está ligado à capacidade de desenvolver habilidades cognitivas para lidar com os problemas, capacidade de ação frente aos problemas. Este padrão está ligado à capacidade de fazer avaliações realistas sobre suas próprias capacidades para agir, bem como as expectativas ou consequências dessas ações.

O padrão filosófico se manifesta através das crenças pessoais, dando ênfase ao autoconhecimento e à reflexão sobre nós mesmos. A convicção da importância de nossa contribuição para a sociedade é um fator de destaque no padrão filosófico.

São muitas as características da resiliência para as/os mais diversas/os autoras/es. Nas palavras de Villalta

Los constructos teóricos que sustentan los instrumentos revisados distinguen diversos dominios o capacidades de la persona resiliente, siendo las más recurrentes en las mediciones las siguientes: fortaleza o resistencia al estrés através de la reelaboración positiva de las experiencias traumáticas, el fortalecimiento de redes sociales y familiares, la valoración y confianza en sí mismo (VILLALTA, 2010, p. 163).

Madariaga et al (2014) elenca três fatores vitais em situações conturbadas. O primeiro fator está ligado às características da personalidade do indivíduo, que inclui a capacidade reflexiva para enfrentar novos desafios. O segundo se encontra na família e envolve fatores como o cuidado, atenção e carinho. O terceiro e último trata do apoio social em suas mais diversas formas, como o olhar cuidadoso de alguém.

De acordo com Madariaga et al (2014), reconhecer o trauma, superar o medo de cair novamente na situação traumática e a preservação do seu potencial de

desenvolvimento são condições que facilitam a transformação das situações adversas. Ser resiliente não significa estar livre de conflitos, mas ter confiança e, sobretudo, potencial para superar determinadas situações que não lhe trazem bem estar. Possui relação com a capacidade de transformar os problemas em possibilidades (FREIRE, 1979).

Brooks e Goldstein (2004) destacam uma série de atitudes que caracterizam as respostas resilientes: identificar os *scripts* negativos e assumir a responsabilidade de modificá-los, definir objetivos a curto e longo prazo, visualizar possíveis *scripts* ou planos de ação que se ajustem aos novos objetivos, capacidade de alternar tais *scripts* e refazer o caminho caso estes não estejam surtindo efeito.

Nas palavras de Saavedra (2014) algumas dimensões são fundamentais para desenvolver a capacidade de resiliência, sendo elas: **autonomia** ou sentimento de competência frente aos problemas; **satisfação** ou autovalorização, sentimento de desenvolvimento; **vínculos** ou condições sociais e familiares que constituem um apoio para o sujeito; **metas** ou objetivos definidos, ações encaminhadas, projeções para o futuro; **autoeficácia** ou sentimento de competência, **aprendizagem** ou capacidade de aprender com as experiências vividas; **generatividade** ou capacidade de criar respostas alternativas frente aos problemas.

Piaggio (2009) destaca quatro componentes importantes para a capacidade resiliente: competência social (trata-se de responder positivamente às relações sociais, comunicar-se de maneira positiva com as pessoas), autonomia (esta se mostra como fundamental no sentido de permitir que a pessoa), resolução de problemas (desenvolver capacidade de refletir sobre soluções para os desafios e as situações adversas da vida) e sentido de propósito e futuro (a pessoa desenvolve fatores protetores, expectativas saudáveis, objetivos claros e exequíveis).

Em termos de síntese, pode-se apresentar o seguinte quadro sobre os componentes da resiliência segundo as/os autoras/es.

Quadro 4. Componentes da Resiliência

AUTOR/AUTORA	COMPONENTES DA RESILIÊNCIA
BROOKS E GOLDSTEIN (2004)	Capacidade de transformar adversidades em desafios; capacidade empática; comunicação efetiva com os demais; habilidade para solucionar problemas e tomar decisões; estabelecer metas; desenvolvimento de atitudes altruístas e autoconhecimento.
ORTS (2009)	Autoestima; responsabilidade; criatividade; realizações pessoais; capacidade de enfrentamento de problemas; capacidade de introspecção; capacidade de relaciona-se harmonicamente; iniciativa; otimismo; humor e equilíbrio emocional.
PIAGGIO (2009)	Competência social; autonomia; capacidade de resolver problemas e propósitos para o futuro.
SAAVEDRA (2014)	Autonomia; autovalorização; capacidade de estabelecer vínculos; metas e objetivos claros; autoeficácia; capacidade de aprender com as experiências da vida e capacidade de generatividade.
VILLALTA (2010)	Resistência à situações de estresse; confiança em si mesmo e fortalecimento de vínculos sociais e familiares.
BECOÑÁ (2006)	Atributos físicos e psicológicos; habilidade de relacionar-se positivamente com os demais; confiança; capacidade de lidar com problemas e atitudes proativas.
POURTOIS (2006)	Aspectos genéticos; biológicos; neurobiológicos; culturais; emocionais; educativos e cognitivos.
MADARIAGA et al (2014)	Capacidade para enfrentar desafios e capacidade preocupar-se com o outro.

FONTE: A autora (2017)

Considerando as contribuições das/os autoras/es sobre componentes constituintes da capacidade resiliente, para efeito deste trabalho destacaremos quatro elementos fundamentais constituintes da resiliência:

- Capacidade de enfrentamento: identificar de forma realista o desafio e focalizar nas possibilidades para enfrentar a situação com intuito de superá-la.
- Capacidade de estabelecer metas exequíveis: traçar metas e organizar ações concretas tendo em vista atingir os objetivos estabelecidos.
- Capacidade de estabelecer vínculos com os demais: desenvolver relações harmoniosas com o outro, pautadas no respeito à diferença, e por conteúdos emocionais de altruísmo, empatia e gratidão.
- Atitudes proativas: capacidade de perceber o problema como um desafio a ser superado, identificando alternativas e colocando-se como protagonista no processo de mudança.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o fenômeno da resiliência em mulheres vítimas de violência, buscando identificar as emoções que integram esse processo.

1.2 O desenho teórico-metodológico da pesquisa

O objetivo desta pesquisa é o de compreender a capacidade resiliente de mulheres vítimas de violência doméstica e que estão sendo atendidas pelo Centro de Referência da Mulher – CRM do Município de João Pessoa- PB, destacando as emoções presentes. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo. Na área de Educação, investigações qualitativas se desenvolveram no final dos anos de 1960 (BOGDAN; BIKLEN, 1994) com o desafio de compreender os aspectos formadores/formantes do sujeito, de suas relações e construções culturais, com a proposição de ruptura da separação entre pesquisador/a e pesquisado/a (GATTI; ANDRÉ, 2011), não como contraposição aos métodos quantitativos, mas como novos enfoques diferentes da pesquisa social empírica (WELLER; PFAFF, 2011).

O desafio posto nesta pesquisa é o de investigar a capacidade de resiliência das mulheres vítimas de violência. Neste sentido, optou-se pela perspectiva fenomenológica enquanto orientação teórico-metodológica. Nas palavras de Creswell (2014, p.74) um “estudo fenomenológico descreve o significado comum para vários indivíduos das suas experiências vividas de um conceito ou um fenômeno. As/os fenomenologistas focam na descrição do que todos os participantes têm em comum quando vivenciam um fenômeno”.

Nas palavras de Moreira (2002) a fenomenologia trata do estudo ou a ciência do fenômeno, entendendo o fenômeno como sendo tudo que se manifesta por si mesmo. “O fenômeno é a aparência do monitor que percebo (ou seja, o dado que apreendo) em minha consciência” (MOREIRA, 2002, p. 65). O autor afirma que é tarefa da fenomenologia estudar as significações das vivências da consciência.

Nas palavras de Creswell:

Enquanto um estudo narrativo relata as histórias de experiências de um único indivíduo ou vários indivíduos, um *estudo*

fenomenológico descreve o significado comum para vários indivíduos das suas **experiências vividas** de um conceito ou um fenômeno. Os fenomenologistas focam na descrição do que todos os participantes têm em comum quando vivenciam um fenômeno. [...] O propósito básico da fenomenologia é reduzir as experiências individuais com um fenômeno a uma descrição da essência universal. [...] Para esse fim, os pesquisadores qualitativos identificam um fenômeno [...] como a insônia, o sentimento de exclusão, a raiva, a tristeza [...]. O investigador então coleta os dados das pessoas que vivenciaram o fenômeno e desenvolve uma descrição composta da essência da experiência para todos os indivíduos (CRESWELL, 2014, p. 72).

O estudo fenomenológico busca compreender o fenômeno em um nível mais profundo (CRESWELL, 2014). Como afirma Gray (2012, p. 140), “a fenomenologia busca entender o mundo do ponto de vista dos participantes. Isso só pode ser obtido se o/a pesquisador/a colocar “entre parênteses” suas preconcepções”. É importante destacar que se trata de uma suspensão, onde as/os investigadoras/es colocam de lado tanto quanto possível suas experiências no sentido de compreender melhor o fenômeno em uma nova perspectiva, que não se trata de neutralidade.

Como afirma Masini (2010, p. 73) “a pesquisa de enfoque fenomenológico constitui-se, pois como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno – que poderá ser retomado e visto sob nova interpretação”.

No método fenomenológico, o/a pesquisador/a não se limita a uma descrição passiva dos dados, é necessário uma interpretação, que sendo tarefa da hermenêutica, consiste em dar ênfase ao que o fenômeno tem de mais fundamental, que algumas vezes são menos aparentes. Por se tratar da arte de interpretar, a hermenêutica busca compreensão para as coisas de maneira que a verdade não se apoie nem no objetivismo cientificista, nem no absolutismo das soluções metafísicas. Na hermenêutica, o fundamento da verdade surge das articulações da vida cotidiana mediadas pelo discurso (BOLZAN, 2004). Parte-se de uma compreensão do fenômeno, e, ao se perceber novas características, elabora-se uma nova interpretação, que por sua vez levará a uma nova compreensão (MASINI, 2010). A autora afirma que a pesquisa pautada em um enfoque fenomenológico constitui-se de etapas de compreensão e interpretação do fenômeno.

Ao tratar da fenomenologia hermenêutica, esta não deve ser abordada com um conjunto de regras ou métodos, mas como um jogo dinâmico entre as atividades da pesquisa, em que as/os pesquisadores/as, ao se voltarem para um fenômeno de seu

interesse, refletem sobre temas essenciais que constituem a natureza dessa experiência vivida, redigindo uma descrição do fenômeno, mantendo forte relação do/a pesquisador/a com o item investigado, equilibrando as partes da escrita em relação ao todo, fazendo não apenas uma descrição, mas um processo interpretativo do significado atribuído às experiências vividas (CRESWELL, 2014).

A questão da percepção da ação do outro e da sua rede de produção de significados está intimamente relacionada com a capacidade da pesquisadora de compreender que a intenção pode ser comunicada e é acessível: “compreender um comportamento é percebê-lo, por assim dizer, do interior, do ponto de vista da intenção que o anima, logo, naquilo que o torna propriamente humano o distingue de um movimento físico” (DARTIGUES, 2005, p. 48).

Neste sentido, cabe ressaltar que “a vida psíquica antecede e excede a reflexão consciente, ela comporta formações antigas que lhe escapam e determinam sua visada antes que ela tenha podido esclarecê-la” (DARTIGUES, 2005, p. 49). Compreender o que nos é dado através da entrevista é:

Possibilidade de acesso a uma vivência psíquica que não é nossa. Por sua vez, esta possibilidade de acesso remete a certa forma de coexistência com outrem, outrem que está já-aí e com quem entretemos relações muito antes que estas relações tenham se tornado objeto (DARTIGUES, 2005, p. 57).

Apesar da impossibilidade de uma objetividade pura, no sentido de uma neutralidade, um percurso de investigação qualitativa exige um distanciamento, um estranhamento da pesquisadora com relação à situação pesquisada:

A percepção de outrem não é a de um manequim cuja vida interior eu teria de imaginar, ela é a de uma *totalidade* viva e expressiva, de modo que, de imediato eu percebo, não os olhos, mas o olhar, não o rubor da face, mas sim a vergonha. A expressão não é somente um fenômeno físico ao qual eu teria de acrescentar a significação psíquica assim como acrescento o sentido à palavra que acabo de aprender; a expressão e seu sentido constituem uma só coisa. Mas que eu possa perceber a interioridade de outrem como sua alegria ou sua tristeza, na sua expressividade corpórea, significa também que eu não me identifico com outrem, pois nesse caso não sairia de mim mesmo, perceberia os seus estados como meus e não como os seus próprios. A *simpatia* será, pois, um modo de conhecimento que me permite *compreender* estados que não *experimento*, que

eu talvez nunca tenha experimentado. [...] Mas que eu seja por essência aberto aos outros *enquanto outros* significa também que me distingo dos outros, que a compreensão de outrem é feita também da distância que dele me separa (DARTIGUES, 2005, p. 60-61).

Nas palavras de Creswell “a fenomenologia termina com uma descrição, discutindo a essência das experiências dos indivíduos e incorporando “o quê” e “como” eles têm experimentado. Essa essência é o aspecto culminante de um estudo fenomenológico” (CRESWELL, 2014, p.74). Nesses termos, o foco desta pesquisa fenomenológica é o de compreender as experiências vividas por mulheres em situação de violência, buscando identificar e descrever as emoções presentes em processos resilientes.

O discurso das mulheres foi obtido através de entrevista guiada, que de acordo com (RICHARDSON, 2012), é utilizada no sentido de compreender quais os aspectos de determinada experiência produziram mudanças na pessoa que vivenciou tal experiência. A pesquisadora conhecendo previamente aspectos a respeito do tema a ser pesquisado, formulou pontos a serem tratados, que serviram para orientar as entrevistas.

As entrevistas realizadas foram guiadas através de um roteiro contendo oito questões:

- A identificação da situação de violência;
- O apoio de outras pessoas;
- O que motivou a procura por ajuda;
- Quais as dificuldades encontradas para o enfrentamento;
- Em que momento foi percebido que precisava sair da situação;
- Como as mulheres se viam no início da situação e como se veem no momento;
- Qual a imagem que tem de si mesma;
- Como se relaciona com as pessoas de modo geral.

Com base nos preceitos da entrevista compreensiva, que destaca uma objetivação que vai sendo construída paulatinamente e que leva a uma visão do tema pesquisado sempre mais afastada do olhar inicial, mas sem romper com ele, a entrevistadora esteve ativamente envolvida com as questões, a fim de provocar o envolvimento das entrevistadas. Seguindo esta linha, a interpretação do material

constituiu-se como elemento fundamental para a análise dos dados (KAUFMANN (2013).

1.2.1 O trabalho de campo

A pesquisadora obteve total receptividade no Centro de Referência da Mulher do Município (CRM) de João Pessoa. O CRM de João foi implantado no dia 14 de setembro de 2007. Trata-se de um espaço onde as mulheres vítimas de violência são acolhidas, orientadas e encaminhadas para a Rede de Atendimento composta por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e arte educadoras.

O primeiro contato da pesquisadora com o CRM se deu no dia 04 de abril de 2017. Na ocasião, os objetivos da pesquisa foram colocados para uma das psicólogas do CRM e também para a assistente social. A psicóloga prontificou-se a dialogar com as possíveis entrevistadas, informando sobre a pesquisa e formalizando os convites para participação.

Nesse primeiro momento ficou acordado que a pesquisadora, na semana seguinte, deveria estar no CRM nos horários em que as entrevistadas seriam atendidas pelas psicólogas. Assim, após o atendimento de cada uma delas, as entrevistas poderiam ser realizadas, tendo em vista que algumas destas mulheres são de classes populares, o que tornaria inviável a ida ao local em outro dia apenas para a entrevista.

A segunda visita da pesquisadora ao CRM se deu no dia 10 de abril de 2017. No final da manhã daquele dia aconteceu a primeira entrevista. Natural de João Pessoa-PB, a Entrevistada A reside no bairro dos Bancários. Ela já havia sido atendida pelo CRM, tendo se afastado durante um tempo e voltava naquele dia, dispondo-se a participar da pesquisa. Chegou um pouco apressada, perguntando se a entrevista iria demorar. Formada em Enfermagem, atuando na área e cursando Direito, mostrou-se uma mulher atarefada. Cabelos soltos, olhos azuis, aparentava ser bem mais nova que os seus 37 anos. A Entrevistada A relatou que sofre violência por parte de seu ex-marido. A entrevista aconteceu durante a manhã e durou 19 minutos.

Chegando ao CRM pela terceira vez, no dia 11 de abril de 2017, a pesquisadora se deparou com a Entrevistada B, que é atendida pelo CRM há nove meses. A entrevistada já esperava para ser atendida pela psicóloga. Chegou para a entrevista bem

animada, mostrando-se bastante interessada em compartilhar sua história e colaborar com a pesquisa. Natural de João Pessoa-PB, reside em Santa Rita-PB e relatou que sofre violência por parte de seu ex-marido. Mostrou-se uma pessoa tranquila e bem humorada. Formada em Educação Física, especialista na mesma área, desde 2016 está desempregada. Morena, cabelos soltos, vestia um short jeans, uma blusa clara e mostrou-se uma pessoa que cuida de si, aparentando ter menos que seus 40 anos. A entrevista aconteceu durante a manhã e durou 30 minutos.

A terceira entrevista se deu ainda naquela manhã do dia 11 de abril de 2017. A entrevistada C é atendida pelo CRM há seis meses e chegou informando que pensou em não ir ao atendimento naquele dia devido ao tempo chuvoso, mas lembrou que havia se comprometido em participar da pesquisa, a qual considera de extrema importância e não poderia deixar de ir. A entrevistada chegou bastante emocionada. Ela acabara de sair do atendimento com a psicóloga e chorava bastante, precisou de um tempo para que fosse dado início à entrevista. Aos 55 anos, é aposentada, formada em Geografia e gosta de viajar. Vestia uma bermuda jeans abaixo do joelho, cabelo preso, mostrando alguns fios brancos, rosto limpo, sem maquiagem. Mostrou-se bastante disponível, falou com detalhes sua história e relatou ser vítima de violência por parte de seu atual marido. Foi a entrevista mais longa, durando 45 minutos.

No início da tarde ainda do dia 11 de abril de 2017, foi realizada a quarta entrevista. A entrevistada D, que é atendida pelo CRM há um ano - com algumas interrupções - chegou bastante tranquila, mostrando-se disponível e disposta a colaborar com a pesquisa. Natural do Piauí, residindo em João Pessoa-PB, a entrevistada estudou até a primeira série do ensino fundamental e sofre violência por parte de seu filho mais velho. Cabelo preso em um coque, rosto limpo, com a visível expressão facial da tristeza, a Entrevistada D vestia-se com uma saia jeans na altura do joelho, camiseta branca, mostrando simplicidade, aparentando mais que seus 55 anos. A entrevista durou 21 minutos.

A quinta entrevista se deu ainda na tarde do mesmo dia 11 de abril. Aos 36 anos, bem vestida, usando salto alto, vários anéis, pulseira, a Entrevistada E mostrava ser alguém que cuida da aparência, preocupando-se com sua imagem. Chegou apressada, se mostrou confusa com relação à situação em que vive, não querendo dar detalhes da situação. A entrevistada vem sendo atendida pelo CRM há sete anos, estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental, sofre violência por parte de seu atual marido. A entrevista foi curta, com duração de 11 minutos.

No dia 17 de abril de 2017, pela manhã, foi realizada a sexta entrevista. A Entrevistada F, que é atendida pelo CRM há sete meses relatou que sofre violência por parte de seu ex-marido, que não satisfeito com a separação, continua praticando violência psicológica e moral contra ela. Disposta a colaborar com a pesquisa, contou fatos sobre a situação vivida por ela, além de mostrar imagens que estão sendo usadas em processo judicial. As imagens são fotos suas que foram espalhadas pelo seu local de trabalho e pelas redondezas, acusando-a de ter cometido vários crimes. A Entrevistada F chorou enquanto mostrava as imagens. Segundo ela, esta situação foi responsável por sua demissão do emprego, o que a deixou desesperada, considerando que ela tem dois filhos que dependem dela. Tem 47 anos, é natural de Sousa-PB e reside em João Pessoa-PB. Estudou até o terceiro ano do Ensino Médio. A entrevista durou 28 minutos.

A segunda entrevista do dia 17 de abril foi realizada no período da tarde. A entrevistada tem 55 anos, é natural de Fortaleza-CE, reside em João Pessoa. É formada em Ciências Sociais e História e sofre violência por parte de seu filho. A Entrevistada G está sendo atendida pelo Centro de Referência há dois anos. Vestindo uma calça jeans e uma blusa social, mostrava ser uma pessoa que se preocupa com sua imagem. Aparentando ser uma pessoa retraída, não se prolongou muito, suas respostas foram curtas, ela fechava os olhos enquanto respondia praticamente todas as perguntas, mostrando sentir muito profundamente cada palavra que dizia. A entrevista durou 19 minutos.

O quinto e último dia da pesquisadora em campo foi no dia 18 de abril de 2017. No período da tarde foi realizada a oitava e última entrevista. A entrevistada H, que é atendida pelo CRM há um ano - com algumas interrupções -, chegou na sala se mostrando bastante serena, mas bastou começar a falar da situação que vive para que ela se emocionasse. Começou a entrevista chorando um pouco, com dificuldade para falar, tomada pelas lembranças da situação em que vive. Ela relatou a situação de violência que sofre por parte de seu ex-marido. A entrevista durou 45 minutos.

No quadro a seguir podemos destacar o seguinte perfil das mulheres entrevistadas:

Quadro 5- Perfil das Mulheres Entrevistadas

Entrevistada A	37 anos, enfermeira, não tem filhos, reside com a mãe, em João Pessoa-PB e sofre violência por parte do ex-marido.
Entrevistada B	40 anos, educadora física, tem dois filhos, reside com a mãe e os filhos, em Santa Rita-PB e sofre violência por parte do ex-marido.
Entrevistada C	55 anos, formada em geografia, aposentada, tem um filho, reside com o marido e o filho, em Bayeux-PB e sofre violência por parte do atual marido.
Entrevistada D	55 anos, estudou até a 1º série do ensino fundamental, diarista, tem dois filhos, reside com os filhos, em João Pessoa-PB e sofre violência por um dos filhos.
Entrevistada E	36 anos, estudou até a 5º série do ensino fundamental, não trabalha, não tem filhos, reside com o marido, em João Pessoa-PB e sofre violência por parte do atual marido.
Entrevistada F	47 anos, concluiu o Ensino Médio, desempregada, tem dois filhos, reside com os filhos, em João Pessoa-PB e sofre violência por parte do ex-marido.
Entrevistada G	55 anos, formada em ciências sociais e história, professora, tem um filho, reside com o filho e o neto, em João Pessoa-PB sofre violência por parte do filho.
Entrevistada H	42 anos, tecnóloga em gestão empresarial, tem dois filhos, reside com os filhos e o ex-marido, em João Pessoa-PB e sofre violência por parte do ex-marido.

FONTE: A autora (2017)

Todas as participantes mostraram-se disponíveis para colaborar com a pesquisa. Elas atribuíram essa vontade de contribuir à consciência de que os resultados da pesquisa serão úteis para diversas mulheres que se encontram em situações semelhantes e que por algum motivo, ainda não conseguiram procurar ajuda. Além disso, as participantes afirmaram que falar sobre a situação que vivenciam ou vivenciaram é uma espécie de libertação. Falar é denunciar, é compartilhar, é dar visibilidade à violência vivida. Falar é resistir, romper e se libertar.

1.2.2 Organização e análise dos dados

O trabalho de campo foi realizado a partir de uma amostragem de oito mulheres vítimas de violência doméstica no município de João Pessoa e que são acompanhadas pelo Centro de Referência da Mulher – CRM do mesmo município.

A amostra qualitativa envolve uma série de decisões sobre a compreensão dos atores sociais e não sobre quantos indivíduos serão ouvidos (MINAYO, 2017). Como afirma Minayo

Charmaz (2006) acena que a extensão do objeto e a complexidade do estudo é que devem orientar o tamanho da amostra, concordando com o que assinalo em O desafio do Conhecimento (MINAYO, 2015), sobre o mesmo assunto. Morse (2000) refere, como parâmetros, o escopo da investigação, a natureza do estudo e seu desenho metodológico (MINAYO, 2017, p.5).

O critério principal das pesquisas de cunho qualitativo não é numérico, muito embora precise justificar quase sempre a determinação da multiplicidade das pessoas que serão entrevistadas. O que deve prevalecer é a certeza intrínseca no/a pesquisador/a de que, mesmo que de maneira provisória, foi encontrada uma compreensão para o objeto de estudo (MINAYO, 2017).

Nas palavras de Minayo (2017, p.9) “quem faz pesquisa qualitativa trabalha com a ideia de que ciência se faz por aproximações e de que as investigações seguem e se aprofundam no futuro com ele ou com outros pesquisadores”. Desta forma, é possível afirmar que na pesquisa qualitativa, uma amostra ideal é a que mostra as múltiplas dimensões de determinado fenômeno, buscando a qualidade das ações e das interações no decorrer de todo o processo (MINAYO, 2017).

Para sistematizar e expor o tratamento e análise de dados foi utilizada a saturação teórica. Assim, a coleta de dados foi interrompida ao ser constatado pela pesquisadora que a relação entre ela e o campo de pesquisa já não apresentava novos elementos para aprofundar a teorização almejada naquele momento (FONTANELLA et al, 2011). Os passos procedimentais percorridos para constatação da saturação teórica nesta pesquisa podem ser descritos da seguinte forma:

Quadro 6- Passos procedimentais para a constatação da saturação teórica

Passos	Descrição
Passo 1: Registro de dados “brutos”.	Momento de acesso aos registros integrais de áudios e transcrições.
Passo 2: “Imersão” em cada registro.	São feitas leituras para identificar núcleos de significados nas falas das participantes.
Passo 3: Compilação das análises de cada entrevista.	São reunidos temas e enunciados em cada entrevista.
Passo 4: Reunião dos tipos de enunciados para cada pré-categoria ou nova categoria.	São agregadas as falas dos núcleos de sentido identificados.
Passo 5: Codificação dos dados.	São nomeados os temas enunciados contidos em cada pré ou nova categoria.
Passo 6: Alocação (em tabela) dos temas e tipos de enunciados.	Agrega-se os enunciados destacando quando se deu a primeira ocorrência.
Passo 7: Constatação da saturação teórica para cada pré-categoria ou nova categoria.	Quando novos temas ou enunciados não aparecem após novas entrevistas.

FONTE: A autora (2017), com base em Fontenella et al (2011).

A constatação da saturação teórica dos temas abordados nesta pesquisa foi registrada da seguinte forma:

Tipos de enunciado	Entrevistas								Total de recorrências
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Início da violência após separação	X								1
Início da violência após anos de casados		X							1
Início da violência após filho passar a se drogar				X			x		2
Existência da violência desde o início						X			1
Violência psicológica	X	X	x	X	X	X	x	X	8
Violência física	X				X	X		X	4
Violência moral	X							X	2
Violência sexual						X		X	2
Situação violenta associada à surpresa	X	X	x		X	X	x	X	7
Sinais de violência percebidos com antecedência				X					1
Presença do medo	X	X			X	X	x	X	6
Presença da raiva			X		X	X	x	X	5
Atitude de defesa frente à situação					X	X		X	3
Permanência de incômodo ainda hoje	X		x	X	X	X	x	X	7
Total de novos tipos de enunciados	7	1	1	2	1	2	0	0	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

x: recorrências; X: novo tipo de enunciado.

* Para esta categoria, a saturação foi constatada na 7ª entrevista.

A saturação teórica dos temas abordados na pesquisa permite dar ênfase aos enunciados mais recorrentes: violência psicológica, situação de violência associada à surpresa, permanência do incômodo até hoje, a presença do medo e a presença da raiva.

As transcrições das entrevistas foram lidas várias vezes, no intuito de compreender o significado que as entrevistadas atribuíram ao fenômeno vivenciado. Foram extraídas frases que dizem respeito diretamente ao fenômeno vivenciado pelas entrevistadas - a este processo dá-se o nome de “extração de assertivas significativas”.

Em seguida, foram organizados os sentidos das assertivas extraídas, criando o que é chamado de “conjuntos de temas”. Todos os resultados obtidos foram integrados em uma descrição exaustiva do fenômeno investigado (MOREIRA, 2002).

De acordo com Creswell (2014, p. 76) “os passos para a análise fenomenológica dos dados são geralmente semelhantes para todos os fenomenologistas”. Os dados são examinados, com base nas transcrições das entrevistas, onde são destacadas “declarações significativas”. Tais declarações são frases ou citações que permitem uma compreensão de como as/os participantes percebem o fenômeno vivenciado (CRESWELL, 2014). A este passo dá-se o nome de horizontalização. Em seguida, foram desenvolvidos grupos de significados para as declarações, onde tais declarações foram utilizadas para desenvolver uma descrição do que as pessoas participantes experimentaram. A esta fase dá-se o nome de descrição textual. Os significados foram agrupados em temáticas, permitindo o surgimento de temas comuns a todas as transcrições (CRESWELL, 2014).

As declarações foram utilizadas ainda para registrar descrições dos aspectos que influenciaram forma como as mulheres experimentaram o fenômeno. Esta fase é denominada variação imaginativa ou descrição estrutural (CRESWELL, 2014). O autor destaca também a fase da descrição, por parte das/os pesquisadoras/es, sobre suas próprias experiências, destacando o contexto e situações que serviram de influência.

Por fim, considerando a descrição textual e estrutural, a pesquisadora pretende apresentar a essência do fenômeno, etapa esta chamada de estrutura essencial variante (CRESWELL, 2014).

O rigor metodológico foi obtido através de buscas na literatura, da adesão ao método fenomenológico, de anotações de campo, bem como o uso de uma amostra adequada, que permitiu serem realizadas entrevistas até que a saturação dos dados tivesse sido atingida (CRESWELL, 2014).

Todo trabalho de campo foi realizado após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa- CEP, da Universidade Federal da Paraíba, sob protocolo de número 0688/16, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 60908216.6.0000.5188. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes, através de Termo de Consentimento Livre e esclarecido – TCLE.

2 MARCAS ANCESTRAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O presente capítulo é dedicado à discussão acerca da violência contra as mulheres, discutindo a temática a partir das desigualdades pautadas nas relações de gênero, apresentando um panorama histórico e global.

Pensar sobre a história das mulheres não é uma tarefa fácil. Isso porque durante muito tempo a mulher esteve fora dos relatos, destinada à obscuridade, confinada no silêncio. Esse silenciamento foi reiterado durante séculos, sendo legitimado pelos sistemas políticos, pelas religiões, bem como pelos manuais de comportamento (KAMADA, 2010).

De acordo com Kamada (2010), o que fez com que a invisibilidade da mulher se tornasse cada vez mais acentuada foi o interesse dado aos acontecimentos no espaço público, pertencente aos homens. Considerando que mulheres apareciam bem menos nesses espaços, ficavam sempre no lugar da invisibilidade. Cabia à mulher os cuidados com a casa e com os filhos (KAMADA, 2010).

A humanidade tem se constituído masculina. Historicamente o homem colocou-se em uma posição de dominador e em nenhum momento definiu a mulher como um ser autônomo; enquanto ele é pensável sem a mulher, ela não, sem o homem (BEAUVOIR, 1970). Em suas palavras

O homem [...] considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. "A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades", diz Aristóteles. "Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural". E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser "ocasional". É o que simboliza a história do *Gênese* em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um "osso supranumerário" de Adão (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

A relação entre homem e mulher, sendo constituída de natureza hierárquica, passou a ser moldada como autoridade-submissão, na qual reinava o controle por parte do homem e obediência por parte da mulher. Historicamente, tem se desenvolvido uma educação onde homens e mulheres são, respectivamente, dominantes e submissas (SAAD, 2010).

Nas palavras de Beauvoir (1970) existem casos em que um grupo domina durante muito tempo outro com base em um privilégio numérico, em que a maioria impõe as leis, enquanto que a minoria obedece. No entanto, não é o que acontece com as mulheres, tendo em vista que estas não são uma minoria. O que subordinou a mulher ao homem foi um acontecimento histórico. Por mais longe que retornemos na história, as pesquisas indicam que as mulheres sempre estiveram subordinadas ao homem, sua dependência não é consequência de um evento.

A realidade histórica, assim como a natureza, não é algo imutável. Faz-se necessário que a mulher se enxergue como o essencial. Os negros dizem “nós”, apresentando-se como sujeito, já as mulheres — salvo em certos congressos que permanecem manifestações abstratas — não dizem “nós”.

Os homens dizem "as mulheres" e elas usam essas palavras para se designarem a si mesmas: mas não se põem autenticamente como sujeito [...] vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social a certos homens — pai ou marido — mais estreitamente do que as outras mulheres. O laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro (BEAUVOIR, 1970, p. 13).

A mulher sempre foi a escrava do homem, ou ao menos sua vassala, uma vez que ambos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições. Até mesmo quando os direitos das mulheres são reconhecidos, isso ocorre de maneira abstrata, pois um longo hábito incorporado como segunda natureza (ELIAS, 1997) impede que estes se concretizem.

Os homens ocupam na indústria, na política, na ciência o maior número de lugares, bem como os postos mais importantes, os lugares mais decisórios. Além desses poderes concretos, possuem um prestígio que é mantido pela tradição: “o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 15). Quando as mulheres começam finalmente, a tomar parte na elaboração do mundo de forma ativa, esse mundo mostra-se ainda como pertencimento dos homens.

Ao movimentar o pêndulo da balança social, as mulheres foram arrastadas pela oscilação que sempre precede o reequilíbrio:

Seu comportamento, então, revestiu-se de tormentosa ambiguidade, passando a revelar-se, ora como submissão, ora

como exercício de surpreendente machismo, pois o fato é que o problema da exclusão como todas as vias complexas, tem, no mínimo, mão dupla, levando a situações contraditórias (BERTOLIN; CARVALHO 2010, p. 191).

Não devemos desprezar a capacidade de resistência à inscrição matriarcal presente em muitos homens e que até mesmo mulheres apresentam espontaneamente. Se a luta da mulher pela igualdade já nasceu fragilizada, é porque a cidadania sempre o foi. Desta forma, desatar os nós desta trama requer por parte das mulheres que estas encontrem seu lugar na sociedade como um todo (BERTOLIN; CARVALHO 2010).

É enorme o empenho de legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra. Como afirma Beauvoir (1970)

Em toda parte e em qualquer época, os homens exibiram a satisfação que tiveram de se sentirem os reis da criação. "Bendito seja Deus nosso Senhor e o Senhor de todos os mundos por não me ter feito mulher", dizem os judeus nas suas preces matinais, enquanto suas esposas murmuram com resignação: "Bendito seja o Senhor que me criou segundo a sua vontade" (BEAUVOIR, 1970, p. 16).

As mulheres ainda são inferiorizadas em detrimento dos homens; às mulheres ainda são oferecidas possibilidades menores. A emancipação da mulher ainda é vista como um perigo que ameaça a moral e os interesses da sociedade e certos homens ainda temem a concorrência feminina (BEAUVOIR, 1970).

O papel da mulher na sociedade mostra como a subalternidade da mulher ao homem incide de uma perspectiva em que o papel feminino é destituído de identidade cultural e histórica, classificado como algo natural, meramente biológico. De acordo com Beauvoir (1970), sempre foram atribuídos diferentes espaços para homens e mulheres, nos quais a mulher em sua maioria ocupa lugares de menor empoderamento, de desvalorização e de subalternidade, resultando por gerar uma diminuição das mulheres para com elas mesmas. Nas palavras de Kamada

Com a visão que tinha a sociedade sobre o corpo feminino, encontramos casos de mulheres que se masculinizavam: usavam calças, cortavam os cabelos, mudavam o jeito de falar, entre outras coisas, para se parecerem com os homens e assim

tentarem a emancipação, como foi o caso de George Sand, escritora francesa que usava um pseudônimo masculino e que se considerava homem; Flora Tristan, para entrar no Parlamento Britânico; Louise Michel, para combater na comuna, e muitas outras, por diversas razões (KAMADA, 2010, p. 21).

O problema envolve questões mal resolvidas, que têm origem na herança tradicional autoritária que assumimos. Bertolin e Carvalho (2010, p. 190) afirmam que “a este processo de absorção de condicionamentos de homens e mulheres, o filósofo francês da Complexidade, Edgar Morin, denominou *imprinting* cultural”. A expressão criada por Konrad Lorenz é utilizada por Morin para referir-se às impressões permanentes responsáveis por marcar culturalmente as pessoas, que resultam por contaminar sua postura social e seus relacionamentos (BERTOLIN; CARVALHO 2010).

A violência contra as mulheres, que tem por base a questão de gênero, remete a um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais. Como afirma Beauvoir:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham em presença, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão (BEAUVOIR, 1970, p. 81).

Segundo a autora, pode-se compreender que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher. No entanto, o que lhe permitiu satisfazer tal vontade?

Nos tempos primitivos da sociedade humana, o período de gestação, o parto, o período menstrual foram motivos para que a mulher fosse colocada no lugar de menor. Tais períodos diminuían a capacidade de trabalho da mulher e as condenavam a extensos períodos de impotência, necessitando da proteção, bem como dos produtos da caça e da pesca a que se dedicavam os homens. Desta forma, as maternidades repetidas

acabavam por absorver a maior parte das forças e do tempo das mulheres daquela época (BEAUVOIR, 1970). Nas palavras de Simone de Beauvoir

A fecundidade absurda da mulher impedia-a de participar ativamente na ampliação desses recursos, ao passo que criava indefinidamente novas necessidades. Imprescindível à perpetuação da espécie, perpetuava-se de maneira exagerada: o homem é que assegurava o equilíbrio da reprodução e da produção. Assim, a mulher não tinha sequer o privilégio de manter a vida em face do macho procriador; não desempenhava o papel do óvulo em relação ao espermatozoide, da matriz em relação ao falo; só tinha uma parte no esforço da espécie humana por perseverar em seu ser, e era graças ao homem que esse esforço se realiza concretamente (BEAUVOIR, 1970, p. 82).

Conceber um filho, aleitar, não eram consideradas atividades, por serem funções naturais. Não se via nenhum projeto empenhado em tais práticas. Desta forma, a mulher não encontrava motivo para uma afirmação ativa de sua existência através da concepção, passando a suportar passivamente seu destino biológico (BEAUVOIR, 1970).

As mulheres estavam voltadas aos trabalhos domésticos, uma vez que só eles eram considerados conciliáveis com as incumbências da maternidade, centravam-se na repetição dia após dia sob uma forma análoga que se perpetuava quase sem modificação e que, por sua vez, não produziam nada de novo. Já no caso do homem, acontece radicalmente diferente. O homem foi tido desde a origem dos tempos como um inventor: o bastão com que se armava para derrubar os frutos é instrumento com o qual ele aumenta seu domínio sobre o mundo (BEAUVOIR, 1970). Para a autora, o homem

Não se atém a transportar para o lar peixes pegados nas águas, cumpre-lhe primeiramente assenhorear-se destas fabricando pirogas: para apossar-se das riquezas do mundo, ele anexa o próprio mundo. Nessa ação, experimenta seu poder: põe objetivos, projeta caminhos em direção a eles, realiza-se como existente. Para manter, cria; supera o presente, abre o futuro. Eis porque as expedições de caça e pesca assumem um caráter sagrado (BEAUVOIR, 1970, p. 86).

Beauvoir (1970) afirma que esse orgulho os homens manifestam até hoje, quando constroem uma barragem, um arranha-céu, uma pilha atômica, etc. Como

afirma Beauvoir (1970, p.85) “o que as mulheres reivindicam hoje é o direito de serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade”. Esta é uma situação biológica que foi imposta às mulheres nos tempos primitivos, se perpetuou e evoluiu ao longo dos séculos. Segundo Beauvoir:

A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens. "A autoridade pública ou simplesmente social pertence sempre aos homens", afirma Lévi-Strauss ao fim de seu estudo sobre as sociedades primitivas. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pusesse *para si* em face do grupo masculino, nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens (BEAUVOIR, 1970, p. 91).

A mulher foi considerada fraca e com capacidade inferior de produção, sendo assim, excluída. O homem não reconheceu na mulher um semelhante pelo fato de ela não partilhar sua maneira de trabalhar, tornando-a assim, escravizada. Quanto ao homem, tornou-se seu opressor (BEAUVOIR, 1970). A autora afirma que “é essa ambivalência do Outro, da Mulher, que irá refletir-se na sua história; permanecerá até os nossos dias submetida à vontade dos homens” (BEAUVOIR, 1970, p. 102).

É importante destacar que essa condição da mulher de ser colocada como aquela que precisa obedecer a ordens de alguém do sexo masculino não se dá a nível nacional. Como afirma Beauvoir:

Em Atenas, a mulher era encerrada em seus aposentos, adstrita por leis a uma disciplina severa e fiscalizada por magistrados especiais. Durante toda sua existência, ela permanece menor; é dependente do poder de seu tutor: pai ou marido, ou herdeiro do marido, ou na ausência de um desses, do Estado por intermédio de funcionários públicos; são os seus senhores e dela dispõem como de uma mercadoria, estendendo-se o poder de tutor, a um tempo, sobre a pessoa e os bens; o tutor pode transmitir seus direitos à vontade, o pai dá a filha em adoção ou em casamento; o marido pode, repudiando a esposa, entregá-la a um novo marido (BEAUVOIR, 1970, p. 108).

O conflito entre a Família e o Estado define também a história da mulher romana. A mulher é escravizada ao patrimônio e as leis a privam de todas as garantias que eram reconhecidas às mulheres gregas. A mulher passa a existir na incapacidade e

na disponibilidade para servir. Desta forma, é totalmente excluída dos negócios públicos e na vida civil ela é sempre tida como menor. O primeiro tutor da mulher é o pai; depois de casada, a mulher passa "para a mão" do esposo (BEAUVOIR, 1970).

A romana da antiga República apesar de ter um lugar na terra, continua de mãos atadas em consequência da ausência de direitos, bem como de dependência econômica. Podemos chamar de uma falsa emancipação. Ela é livre "para nada" (BEAUVOIR, 1970). Segundo Beauvoir:

Numa sociedade em que toda capacidade encontra sua fonte na força brutal, a mulher era de fato inteiramente impotente; mas reconheciam-lhe direitos que a dualidade dos poderes domésticos de que ela dependia lhe assegurava; escravizada, era contudo respeitada. É essa tradição que se perpetua durante a Idade Média. A mulher acha-se na absoluta dependência do pai e do marido (BEAUVOIR, 1970, p. 119).

Já no século XVI as mulheres são ainda pouco instruídas. No terreno intelectual, elas se distinguem somente no século XVII, com a expansão da cultura. O papel desempenhado por algumas mulheres passa a ser considerável. Não estando empenhadas na construção do mundo, elas passam a ter lazes para se dedicar à conversação, às artes, às letras (BEAUVOIR, 1970).

A história do Brasil reflete todo o percurso histórico vivenciado pelas nossas ancestrais. A entrada da mulher no mercado de trabalho se acentuou de maneira significativa no Brasil apenas nas últimas décadas. Ainda assim, em atividades menos qualificadas e/ou com menor remuneração, em funções com menores possibilidades de elevação profissional e, em sua maioria, no trabalho doméstico (BERTOLIN; CARVALHO, 2010). De fato, “no mundo do trabalho, ainda que as atividades desempenhadas por mulheres sejam minuciosas, requerendo extrema atenção, tendem a ser desvalorizadas e rotuladas como “atividades leves” (BERTOLIN; CARVALHO, 2010, p. 197). No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho é vista por elas como uma oportunidade de liberdade e autonomia. Como afirmam Araújo, Lima e Borsoi:

O emprego formal e o salário certo no final do mês proporcionaram autonomia e mais liberdade dentro da família, alterando hábitos de consumo e de comportamento. Algumas usaram o termo “poderosa” para expressarem a sensação vivenciada. Sentem-se mais livres para tomar decisões em suas

relações conjugais, discutindo, agora, não só o casamento, mas também a separação (ARAÚJO; LIMA; BORSOI, 2011, p. 711).

Não se trata de uma associação reducionista entre o trabalho assalariado e empoderamento feminino. No entanto, é importante compreender a relevância do trabalho na vida das mulheres. “Precisamos considerar as maneiras pelas quais as mudanças nas condições de emprego afetam a produção de identidades de gênero, tanto masculinas quanto femininas” (ARAÚJO; LIMA; BORSOI, 2011, p. 712).

As atividades mais valorizadas são aquelas que demandam grandes esforços físicos e intelectuais, que são socialmente concebidas como tarefas masculinas. O que é atribuído à mulher é tudo o que é mais leve, fácil, que poderia ser feita por “qualquer um”. Essa menção à leveza do trabalho feminino remete ao mais ancestral estereótipo: “mulher tem vida fácil” (BERTOLIN; CARVALHO 2010).

Historicamente, as atividades econômicas são reconhecidas como produtivas e dignas de prestígio social, enquanto as tarefas domésticas têm sido vistas como reprodutivas, destituídas de qualquer reconhecimento social. Desta forma, as primeiras devem ser por obrigação, destinadas aos homens, e as segundas, às mulheres (BERTOLIN; CARVALHO, 2010). Em suas palavras: “a classe trabalhadora sempre contou com a presença de mulheres, mas elas predominavam em determinados setores, como o têxtil. Hoje ela é fundamentalmente feminina em diversas áreas, “coincidentalmente” aquelas com menor remuneração” (BERTOLIN; CARVALHO 2010, p. 196).

A partir da década de 1970, com o movimento feminista, diversas críticas surgem em relação à dicotomia das esferas pública e privada destinadas a homem e mulher. Hoje, busca-se uma integração maior entre homens e mulheres nos processos de desenvolvimento social (ALVIM, 2010).

Bertolin e Carvalho (2010) afirmam que os movimentos feministas, movidos pela indignação, movimentavam-se para garantir que fosse reconhecida a igualdade entre os sexos, no entanto, ao tentar ultrapassar as barreiras do mundo dito para os homens, ao lutar por igualdade, tropeçavam na diferença:

Durante muito tempo, a diferença foi usada como sinônimo de desigualdade dentro da hierarquia imposta pela dominação masculina. Mas a luta pela igualdade já nasceu capenga, (...)

uma vez que as mulheres se esforçavam para assimilar os modelos masculinos. Elas queriam ocupar os espaços dos homens, comportando-se, agindo, sentindo e falando como eles. E assim, acabaram se defrontando com uma crise de identidade, ao perceberem que com esses comportamentos supervalorizavam as qualidades consideradas masculinas, em detrimento das femininas, denotando um forte sentimento de inferioridade internalizado (BERTOLIN; CRAVALHO, 2010).

Muito embora não se trate da maioria, essa postura reforça o consenso social que coloca a mulher como um ser frágil, carente da proteção de um “macho” provedor, mantendo-se “naturalmente” inferiorizada (BERTOLIN; CARVALHO 2010).

A entrada da mulher no mercado de trabalho tem sido um processo difícil, tendo em vista a cultura patriarcal que marca o Brasil, e que isola a mulher no espaço privado, considerando-a rainha do lar (BERTOLIN; CARVALHO 2010). No entanto, é pelo trabalho que a mulher vai aos poucos conquistando sua dignidade, mas, foi uma conquista árdua, lenta e com salários absurdos.

A ONU sugeriu que a igualdade de direitos tanto para homens como para mulheres fosse reconhecida por todas as nações e visando fazer desse estatuto legal uma realidade concreta (ALVIM, 2010).

A história mostra que os homens detiveram todos os poderes concretos desde os primeiros tempos do patriarcado, mantendo assim a mulher em estado de dependência, fazendo com que a mulher aos poucos se constituísse concretamente como Outro (BEAUVOIR, 1970).

Assim, a subordinação da mulher em virtude da dominação do homem tem raízes antigas e que durante muito tempo foram ocultadas. Como afirma Gaspard (2011) ela foi explicada e acomodada por pensadores, filósofos, que se referiam à mulher como seres fracos, e essa condição se naturalizou, perpetuou e ultrapassou fronteiras.

No entanto, nas últimas décadas, estudos sinalizam para o destaque das mulheres em ações de âmbitos estadual e local, assim como em gestão de espaços escolares, prefeituras, governos, secretarias, ministérios (CERONI, 2010). Este avanço político é significativo e mostra o vigor e a fecundidade das lutas feministas.

2.1 Tempos de violência e territorialidades implicadas

Atualmente, apenas El Salvador, Colômbia e Guatemala, três países latino-americanos, bem como a Federação Russa, evidenciam taxas superiores às do Brasil quando se trata da violência contra a mulher. No entanto, as taxas do Brasil são muito superiores às de vários países tidos como civilizados: 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido, 24 vezes mais homicídios femininos que Irlanda ou Dinamarca e 16 vezes mais homicídios femininos que Japão ou Escócia (WAISELFISZ, 2015).

O problema da violência contra a mulher não é brasileiro, está presente em diversas culturas, de diversos países, sendo eles países avançados ou não. Em novembro de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas sanciona a Lei nº 10.048 sobre as medidas a serem tomadas com vistas a eliminar os crimes de violência contra a mulher, que são tidos como crime de honra. Votada em 120 países, faz apelo a estes para redobrar os esforços a fim de prevenir e eliminar os crimes de honra recorrendo a medidas legislativas, educativas e sociais, e para instituir e apoiar a criação de estrutura de ajuda às vítimas. Todavia, 25 países se abstiveram – a maior parte deles mulçumana, mas também a Rússia, a China e El Salvador (TREINER, 2011). No Paquistão, a lei torna os autores de crimes de honra passíveis de pena de morte. [...] No entanto, em diversos países como na Argentina, em 2002, certos códigos penais concediam circunstâncias atenuantes para crimes desta natureza (TREINER, 2011).

Na China, bem como na Índia, a jovem, uma vez casada, deixa sua família para fazer parte da família de seu marido. A prática de um filho único, imposta a partir de 1978 em um país em que a preferência por meninos é tão sólida quanto tão antiga e aceita, tem aumentado de maneira avassaladora a eliminação das meninas (BRISSET, 2011).

Nas palavras de Attané (2011), as autoridades chinesas, sabendo da gravidade da situação, tentam de alguma maneira diminuí-la. Neste sentido, foi criada a lei de proteção dos menores, em 1991 e, em seguida, a lei para proteção dos direitos e interesses das mulheres. Em 1992 estipularam a proibição de afogamento e abandono de meninas, bem como a interdição das práticas de maltrato ou discriminação das mulheres que não tiveram filhos ou que tiveram somente filhas. Nas palavras de Attané (2002, p. 40) “o estatuto milenar da mulher de ser dominada, submetida à autoridade dos homens

é, na sociedade chinesa atual, reforçado por uma visão pouco propícia de seu papel na globalização e em todas as novas rivalidades que ela engendra”.

Na África, a eliminação física das meninas parece nunca ter existido. No entanto, foi encontrada outra forma de estigmatização, de dominação sobre o corpo da mulher e que continua a ser praticada. Em grande parte do continente a quase totalidade das meninas é mutilada: seus órgãos genitais externos são excisados e, algumas vezes, no Leste, chegam a ser costurados (BRISSET, 2011). Nas palavras de Brisset (2011), há cerca de 20 anos, mulheres, em grande parte juristas, juntamente com associações e até mesmo políticos, desenvolvem uma luta corajosa para combater essa calamidade. Catástrofe esta que, além de seu impacto simbólico, destrói a vida de mulheres, deixa inúmeras sequelas, por vezes gravíssimas e irremediáveis.

Na Ásia, a condição feminina é também deplorável. Muitos dos países asiáticos têm em comum uma apavorante peculiaridade: a de “faltar mulheres”. Por serem vítimas de discriminação de todo tipo, atualmente uma centena de milhões de mulheres são excluídas no mundo. China, Índia, Indonésia, Paquistão, Bangladesh, Taiwan, Coreia do Sul, são países que sozinhos representam três dos 6,4 bilhões de habitantes do planeta e todos, de um modo ou de outro, discriminam suas mulheres, seja por eliminação das meninas por aborto seletivo, seja por tratamento desigual das crianças com base no sexo. Estas práticas colocam o continente asiático, como aquele das “mulheres faltantes” (ATTANÉ, 2011, p. 39).

Meninas são negligenciadas, deixadas para trás em detrimento de filhos homens o tempo todo. Há um descaso quanto à alimentação, cuidados, vacinação de meninas, o que acaba por resultar em uma crescente mortalidade no decorrer da primeira infância. Em Bangladesh e no Paquistão, essa disparidade de tratamento constitui-se como a primeira forma de discriminação das mulheres. Em qualquer que seja a idade, é difícil ser mulher (ATTANÉ, 2011).

A dominação masculina ainda prepondera em Bangladesh, onde a sociedade permanece profundamente marcada pelo patriarcalismo. Desta forma, qualquer atitude que represente descontentamento por parte das mulheres é considerada uma afronta que merece punição. De acordo com o relatório das Nações Unidas, as mulheres de Bangladesh seriam as mais maltratadas do mundo: cerca de metade delas é vítima de violências por parte de seu companheiro. Dentre as formas de violências, a mais comum é o ataque com ácido sulfúrico. Cada vez mais, mulheres e jovens são desfiguradas por

jatoss de ácidoo por terem recusado uma proposta de casamento ou até mesmo uma relação sexual (ATTANÉ, 2011).

As mulheres se tornaram alvo central em El Salvador, sofrendo violência por parte de seus maridos, vizinhos e pelos bandos organizados que semeiam o terror no país. “Corremos risco de morte”, afirma Zoila de Innocenti, diretora executiva do Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher – ISDEMU (FERNANDEZ; RAMPAL, 2011, p. 168).

A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas indica que no Afeganistão são raras denúncias judiciais contra autores de atos criminosos cometidos contra mulheres. A violência, desde que exercida no meio familiar, é considerada como algo privado (TREINER, 2011).

Na Índia, grande potência econômica emergente, estando atualmente no sétimo lugar das potências industriais, também exclui suas mulheres e bane suas meninas, talvez de maneira mais acentuada que seus vizinhos muçulmanos (ATTANÉ, 2011).

A discriminação contra a mulher, lamentavelmente, é regra no campo da educação. Em várias partes do mundo, há séculos é considerado mais importante ou mais “legítimo” que os meninos tenham acesso à escola. As meninas são consideradas mais úteis em casa, onde podem cuidar dos irmãos menores, dos doentes, das pessoas de idade. A escola daria às meninas perigosas ideias de emancipação ou de igualdade. A escola afastaria as meninas do mundo ancestral: por ser menina, deveria, antes de tudo, se tornar esposa e mãe (BRISSET, 2002).

Segundo Gaspard (2011, p. 766) “quando se nasce (ou se vai nascer) mulher, as discriminações e seus efeitos [...] renovam e aumentam, de certa forma, e perduram através do tempo e do espaço, reproduzindo-se de geração em geração”. Em diversos países, antes mesmo de seu nascimento, inúmeras mulheres são eliminadas somente porque são mulheres. Como afirma Gaspard (2011)

É porque se presume que sua sexualidade futura será incontrolável que se inflige meninas, na maior parte das vezes em tenra idade, atrozes mutilações genitais (Leste e Oeste da África). É porque não valem mais que os serviços que podem prestar que se perpetua a escravidão das meninas provenientes de castas baixas e/ou de famílias miseráveis (Índia, Sudeste da Ásia, África). [...] É porque não devem sobreviver à morte do marido que se as imola pelo fogo (Índia). Ou é porque não devem viver sozinhas, fora do controle dos homens, que, uma vez viúvas, se as obriga ao levirato (África), uso que as condena a se casarem com um dos irmãos do defunto. E o que dizer da

tradição do “limpador” (contra a qual as quenianas de hoje se revoltam corajosamente), que consiste em designar um homem da comunidade para manter uma relação sexual com a viúva com vistas a expulsar o espírito do defunto? É porque transmitem a vida que o estupro é usado como arma de guerra: a mulher que é dele vítima será desonrada para sempre, e o filho do inimigo será banido da comunidade. É porque são presas nas engrenagens da subordinação e da dependência, principalmente econômica, que são objeto de tráfico, tendo por fim a prostituição. E são em todos os lugares, em todas as categorias sociais e em todas as regiões do mundo o objeto de violências domésticas cuja amplitude continua a ser difícil mensurar – dado que muitas mulheres hesitam em denunciar os fatos, ou se encontram na impossibilidade de fazê-lo (GASPARD, 2011, p. 767).

Em 2003, eram 127 milhões de crianças em idade escolar e que não estão sendo escolarizadas. Mais de dois terços dessas crianças eram meninas. Essa situação acentua-se no ensino fundamental, tornando-se ainda mais grave no ensino médio e ainda muito pior na universidade (BRISSET, 2011). Nas palavras de Brisset:

Esse desequilíbrio, flagrante em imensas partes da Ásia, também é muito marcado na África, principalmente na subsaariana, e em nada decresceu, apesar de inúmeros esforços, no decorrer das últimas décadas. No total, as Nações Unidas identificaram 25 países em que vivem 64% das crianças não escolarizadas do planeta, entre as quais uma grande maioria de meninas (BRISSET, 2011, p. 32).

Todas essas meninas que são privadas do acesso à educação, são parte significativa da economia de seu país. Trabalham nos campos, são domésticas, fabricam tapetes, em países como Marrocos, Paquistão e Índia. Ainda fazem cigarros, fósforos, braceletes, fabricam bonecas, diversos afazeres artesanais ou industriais (TREINER, 2011).

Na imensa massa das crianças trabalhadoras, a maioria é de meninas (TREINER, 2011). Na África, desde pequenas, ainda com cinco anos de idade, são colocadas como “mini empregadas domésticas”, sendo privadas de estudar, exploradas desde a madrugada, sem descanso, dormindo no chão da cozinha. [...] Uma vez adolescentes, muitas se tornam objetos sexuais dos homens da família. Se estas chegarem a

engravadar, são expulsas pela família que as explorou durante anos sem direito a indenização (TREINER, 2011). Como afirma Carvalho:

É importante lembrar que a história da educação das mulheres foi marcada pela exclusão e, posteriormente (bem recentemente), pela inclusão com segregação. Elas só conquistaram o direito à educação com a instituição da escolarização compulsória, no século XIX, mas foram incluídas em escolas, classes, ramos do ensino ou áreas curriculares separadas – caneta para os meninos, agulha para as meninas. No século XX, generalizou-se a coeducação no sistema público de educação básica de muitos países ocidentais e, finalmente, com a luta feminista pela igualdade dos sexos, desapareceram as barreiras formais ao acesso das mulheres a quaisquer cursos superiores, porém persistem trajetórias diferenciadas por sexo e gênero na educação profissional e superior, e no mercado de trabalho (CARVALHO, 2010, p.238).

Por que a segregação da mulher ainda persiste? Por que para milhares de mulheres, seus direitos ainda permanecem inacessíveis? A questão delicada da igualdade dos sexos está presente no centro de todas as convulsões da história, tal como ela se constitui, em todas as suas contradições, em suas múltiplas dimensões: econômica, cultural, sexual, social e educativa (GASPARD, 2011).

2.2 Violências contra a mulher no Brasil: dados locais, traços globais

De acordo com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011), no ano de 1985 a ONU declara a década da Mulher. No Brasil, é inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher. No mesmo ano foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) por meio da Lei nº 7.353/85. No ano seguinte foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher- CNDM, órgão de caráter consultivo e deliberativo da sociedade civil junto ao Governo e vinculado ao Ministério da Justiça, tendo como missão promover políticas para assegurar condições de igualdade às mulheres.

Considera-se que a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, que se deu em Viena, entre os dias 14 e 25 de junho de 1993 foi decisiva, uma vez que definiu o conjunto das violências contra a mulher. No artigo 18 da Declaração e do Programa de Ação da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, foi afirmado que os direitos

humanos das mulheres, bem como das meninas, constituem uma parte integral, inalienável e indivisível dos direitos humanos universais da pessoa. A declaração afirma também que deve ser assegurada a participação plena das mulheres, em condição de igualdade, nas esferas política, civil, econômica, social e cultural, a nível nacional e internacional. A declaração defende ainda que a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo deve constituir objetivos prioritários da comunidade internacional (TREINER, 2011).

Em 1995 a Conferência de Beijing, marco definitivo das conquistas feministas no plano das relações internacionais, reforça a relevância das questões de gênero, dando maior visibilidade e concretude às reivindicações feministas (GUARNIERI, 2010).

Em 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passaram a ter maior investimento. A política foi ampliada no intuito de promover a criação de novos serviços, dentre eles, o Centro de Referência de Atendimento às Mulheres, as Defensorias da Mulher, as Promotorias Especializadas, a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2011).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres é ligada ao Ministério da Justiça e Cidadania e tem como objetivo assessorar direta e imediatamente a Presidência na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres. A Secretaria é um órgão estratégico, que tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2011).

Como afirma a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011, p.11) “as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticado por seus companheiros e ex-companheiros”. Considerando as consequências psíquicas, sociais, emocionais e econômicas, e em resposta às recomendações do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher foi promulgada no Brasil, no ano de 2006, uma lei específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha.

A Lei recebeu o nome de Maria da Penha como forma de homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes que, em maio de 1983, na cidade de Fortaleza- CE, enquanto dormia, foi atingida por um tiro de espingarda dado pelo seu marido, o economista Marco Antônio Heredia Viveiros, colombiano naturalizado brasileiro. O tiro a deixou paraplégica. Marco Antônio era professor universitário. Maria da Penha, também professora universitária, depois de passar dias no hospital, volta para casa e, mais uma vez, é vitimada pelo marido enquanto tomava banho, recebendo uma descarga elétrica no chuveiro (REIS, 2008).

Foram encontradas no inquérito policial, provas que incriminavam o agressor, servindo de base para a denúncia pelo Ministério Público em setembro de 1984. O agressor foi condenado a oito anos de prisão pelo Tribunal do Júri, no ano de 1991, recorrendo em liberdade e, um ano depois, teve seu julgamento anulado. No ano de 1996, foi condenado a dez anos e seis meses de prisão, no entanto, recorrendo novamente em liberdade, somente em 2002 Antonio foi preso. Atualmente está em regime aberto (REIS, 2008).

Considerando a repercussão desses crimes e a morosidade da tutela jurisdicional, o Brasil foi denunciado em âmbito internacional por ser conivente com a violência doméstica. A Organização dos Estados Americanos – OEA condenou então o país ao pagamento de uma indenização em favor de Maria da Penha, responsabilizando-o por negligência e omissão. Os crimes foram cometidos contra Maria da Penha em 1984. Apenas em março de 2008, vinte e quatro anos depois, é que o Governo do Ceará aprovou o pagamento da indenização concedida a Maria da Penha, por conta da demora no julgamento do caso.

Após esta Lei, ficou estabelecido que os crimes devem ser julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instrumentos criados a partir desta legislação (Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2011).

O Brasil conta com 965 serviços especializados em atendimento à mulher vítima de violência, dentre eles 408 Delegacias da Mulher; 103 Núcleos Especializados em Delegacias Comuns; 202 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; 71 casas abrigo; 66 juizados especializados; 27 varas adaptadas; 64 promotorias especializadas e 36 núcleos ou defensorias especializadas. Serviços estes que constituem a rede especializada em atendimento e são fundamentais para o trabalho de prevenção e assistência à violência doméstica, previstas pela Lei Maria da Penha (CAMPOS, 2015).

As conquistas em termos de políticas públicas para atender mulheres vítimas de violência foram muitas, no entanto, os serviços não foram suficientes, considerando a demanda crescente (CAMPOS, 2015). Com base no Mapa de Violência do Brasil:

Se num primeiro momento, em 2007 [com a Lei Maria da Penha], registrou-se uma queda expressiva nas taxas, rapidamente a violência homicida recuperou sua escalada, ultrapassando a taxa de 2006. Diversos estados evidenciaram pesado crescimento na década, como Roraima, onde as taxas mais que quadruplicaram, ou Paraíba, onde mais que triplicaram. Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza encabeçam as capitais com taxas mais elevadas no ano de 2013, acima de 10 homicídios por 100 mil mulheres. Em termos regionais, o Nordeste se destaca pelo elevado crescimento de suas taxas de homicídio de mulheres (WAISELFISZ, 2015, p13).

Além do aumento crescente dos números de mulheres vítimas de violência, está fortemente enraizada na sociedade ao longo do tempo a cultura do machismo, que tem levado ao não cumprimento das leis. Mesmo com a ampliação de políticas e planos de enfrentamento à violência contra as mulheres, é notório o aumento das taxas de violência em determinado período de tempo. Essa despreocupação em relação ao cumprimento das leis pode ser observada a seguir, na fala de uma das entrevistadas:

[...] Ele mesmo, o agressor dizia assim: “você vai me ver na página do Jornal JÁ, mas não é como vítima não”. Quando eu denunciei ele, eu dizia: você quer conhecer a Maria da Penha de perto? Porque você sabe que não pode chegar perto de mim. E ele dizia: “você está muito íntima de Maria da Penha. Tu sabes que depois dessa lei morre mais mulher do que quando ela não existia não é? Hoje é assim: se o cara bater ou matar, dá no mesmo, para mim tanto faz (ENTREVISTADA B)

O desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres tem sua importância consolidada quando é lançado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007:

O Pacto Nacional foi parte da Agenda Social do Governo Federal e consiste numa estratégia de integração entre governo federal, estadual e municipal no tocante às ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e de

descentralização das políticas públicas referentes à temática, por meio de um acordo federativo, que tem por base a transversalidade de gênero, a intersetorialidade e a capilaridade das ações referentes à temática (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2011, p. 17).

O conceito de violência contra a mulher, segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, fundamenta-se na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra a mulher constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2011, p. 10).

De acordo com Iriny Lopes, Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, as ações de enfrentamento à violência contra mulher que antes eram isoladas e se restringiam a duas estratégias (a capacitação de profissionais da rede de atendimento a mulheres vítimas de violência e criação de serviços especializados, como casas de abrigo e delegacias especializadas em atendimento a essas mulheres vítimas de violência), com a Secretaria de Políticas para as Mulheres passam a ser fortalecidas (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2011).

Aos poucos foram elaborados conceitos, diretrizes, normas, ações e estratégias de gestão e monitoramento no que diz respeito à temática. Foram criadas normas e organizados padrões de atendimentos, houve um aperfeiçoamento na legislação, bem como um incentivo à constituição de redes de serviços, além de apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e o acesso de mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2011).

Esta ampliação é retratada em diversos documentos e leis: Lei Maria da Penha; a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência; as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; a Norma Técnica do Centro de

Atendimento à Mulher em situação de Violência e a Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Cabe destacar que

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional. Além disso, está estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2011, p.9).

É notório que grandes passos foram dados na direção de atentar para ações que tivessem como objetivo o enfrentamento da violência contra a mulher. Nas palavras de Blay

A imprensa que anteriormente tinha uma posição de desconfiança para com a mulher, enfatizando por vezes que ela era a culpada da violência e da própria morte, progressivamente foi se modificando, tornando-se investigativa e abandonando os antigos julgamentos que condenam a vítima (BLAY, 2008, p. 216).

No ano de 2012 começa a ser traçado o mapa de violência no Brasil que traz como pauta as questões de gênero. Neste mapa são trazidas questões registradas até o ano de 2010. Em 2015, focalizando somente nas questões de gênero, é elaborado o mapa da violência contra mulher no Brasil, incorporando análises feitas anteriormente, além de outras informações, como a Pesquisa Nacional de Saúde- PNS de 2013 e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Segundo os registros do SIM, entre 1980 e 2013, em um ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. Waiselfisf (2015, p. 11) afirma que “efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%”. Com base no Mapa, no período entre 2006 e 2013,

com a vigência da Lei Maria da Penha, o crescimento do número desses homicídios cai para 2,6% ao ano e o crescimento das taxas cai para 1,7% ao ano.

A Lei Maria da Penha efetiva os compromissos assumidos pelo Brasil com tratados internacionais que impõem a edição de leis visando assegurar proteção à mulher. A Lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos propostos pelas diretrizes internacionais, bem como alterou a forma como as partes eram encaradas em um processo relacionado à violência. Nos casos de violência contra a mulher antes da Lei, ocorria uma valorização dos papéis sociais desenvolvidos pelas partes, deixando o crime como secundário, uma vez que se considerava, primeiramente, o papel dos envolvidos na relação, para só depois pensar o fato em si (REIS, 2008).

Com a vigência da Lei, a violência doméstica é definida, no Artigo 5º desta, como sendo:

Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação

(BRASIL, 2006).

Em termos de síntese, de acordo com a nova Lei, qualquer ação de um homem contra uma mulher que lhe cause dano, seja ele físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial, no âmbito doméstico, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto, é tida como crime próprio sujeito à prisão. O conceito de família trazido pela nova Lei engloba todas as estruturas de convívio marcadas por uma relação íntima de afeto, de acordo com o atual entendimento de direito das famílias (BRASIL, 2006).

Com a expansão do sistema educacional brasileiro em todos os níveis, na década de 1990 houve um considerável crescimento das taxas de escolaridade feminina, de maneira que, no final da mesma década, as mulheres haviam ultrapassado os homens no que diz respeito à conclusão do ensino fundamental, médio e superior. No entanto, a

presença de mulheres em cargos de chefia, na ciência, na tecnologia continuou reduzida, mostrando que a divisão de gênero do conhecimento e do trabalho permanece segregando as mulheres, onde estas ocupam cargos menos valorizados, onde muitas vezes são mal pagas (CARVALHO, 2010).

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011, p. 21) “não se trata, portanto, de diferenças, mas de desigualdades que são produzidas e reproduzidas em diferentes espaços – no âmbito doméstico, no trabalho, nas religiões, nas profissões, etc”.

3 VIOLÊNCIA E RESILIÊNCIA: A VOZ DAS MULHERES

Este capítulo versa sobre os tipos de violência existentes e vivenciados pelas participantes da pesquisa, estabelecendo-se relações com as emoções que são desencadeadas nesses processos de violência e que constituem-se como fatores inerente à capacidade resiliente.

Durante muito tempo a mulher foi considerada parte do patrimônio do homem. Primeiramente do pai, e em seguida, do marido. Essa relação hierárquica, estabelecida ao longo do tempo, tem se perpetuado até os dias atuais:

Uma das vezes que ele bateu no meu rosto foi no meio da rua, ele chegou na frente e foi se queixar com meu pai, e meu pai disse: “eu vou conversar com ela”. [...] Então além da violência doméstica de um ex-marido, eu ainda tenho esse histórico com relação ao meu pai [...] Faz sete anos que eu não tenho mais nada com ele e quatro anos que estamos divorciados, cada um tem sua certidão de divórcio, mas meu pai continua deixando ele lá e então ele cara de pau, canalha, pensa: “ah, o pai dela está gostando, quem é ela para não aceitar?” [...] A palavra que eu consigo encontrar para o meu pai é maldade. Ele já chegou a me dizer muitas coisas pesadas e uma delas foi que eu iria pagar o preço porque eu casei contra a vontade dele. Ele também não queria meu casamento. Então é de um machismo terrível, doente, maligno, criminoso (ENTREVISTADA H).

A afirmação cotidiana do lugar menor da mulher, sempre tutelada por uma figura masculina é construção histórica (BEAUVOIR, 1970) que persiste na sociedade contemporânea. Esta subordinação ao homem possui uma grande força moral capaz de transferir a mulher, como propriedade privada do pai para o genro. Esta herança tradicional autoritária, a qual muitas vezes não é objeto de denúncia, faz parte do *imprinting* cultural da sociedade (BERTOLIN; CARVALHO, 2010), isto é, do processo de condicionamento de homens e mulheres, neste caso, para reproduzir desigualdades.

Essa condição da mulher foi sendo desenvolvida de maneira naturalizada, a ponto de muitas vezes não haver sequer um estranhamento com relação a algumas atitudes dos homens. Os mecanismos utilizados para a manutenção deste *imprinting*

cultural são eficientes ao ponto das mulheres serem vítimas da situação de violência e não a reconhecerem como tal. Ao ser questionada sobre o comportamento agressivo de seu ex-marido, a entrevistada B responde:

Foram nove anos de relacionamento e depois de sete anos é que eu comecei a sentir que aquilo não era uma situação normal. Tinha a violência psicológica e tinha toda uma situação mais íntima: o sexo pelo sexo, independente da minha vontade. E tudo isso foi acumulando, e quando eu vi que tudo aquilo era uma violência, desde uma coisa mais simples, como uma ligação e querer saber com quem você está falando, aí eu vi que estava realmente dentro de uma cova de leões (ENTREVISTADA B).

É importante atentar para a importância do processo de escolarização para a tomada de consciência acerca da violência. No Brasil, desde a primeira escola construída pelos jesuítas, em 1549, com a finalidade de formação para ler e escrever, o alvo era a elite branca e masculina. As mulheres já eram excluídas do sistema escolar estabelecido ainda no período colonial, estando destinadas ao lar, ao casamento, aos trabalhos domésticos e ao controle do pai e do marido (STAMATTO, 2002).

Aos poucos a situação foi se modificando. Com as reformas pombalinas, foram abertas escolas régias para o público feminino. No entanto, o ensino ainda se dava separadamente por sexo. Meninas não frequentavam as mesmas salas de aula que meninos (STAMATTO, 2002).

Somente em 1910 grupos escolares estavam institucionalizados em todo o país, havendo igualdade ou até mesmo superioridade numérica de mulheres nas escolas. No entanto, os hábitos e as práticas cotidianas ainda prendiam as mulheres a velhos costumes. O lugar da mulher continuava sendo o matrimônio e o magistério era considerado a alternativa mais decente, pois a colocaria sob a tutela masculina. Algumas delas se deram conta da importância da escolarização como uma via de autonomia para suas vidas. No entanto, muitas das mulheres que entendiam os estudos como uma possibilidade profissional ainda precisavam lidar com as discriminações (STAMATTO, 2002).

A Educação, enquanto prática de liberdade é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (FREIRE, 1979). É possível agirmos conscientemente sobre a realidade objetivada. A conscientização mostra-se, neste sentido, como um teste

de realidade: quanto maior o nível de conscientização, quanto mais se conhece a realidade, maior é o aprofundamento na essência fenomênica do objeto ao qual precisamos analisá-lo (FREIRE, 1979). A questão da importância da educação para o desvelamento desta realidade está presente na fala da entrevistada da seguinte maneira:

Eu não sabia que essa situação que eu vivia era um tipo de violência. A luz foi uma amiga, no ano passado, que estava fazendo um trabalho de TCC, ela estava formando em serviço social e a temática do TCC dela foi a violência doméstica. Então a partir do momento que eu comecei a auxiliá-la na coleta de dados, em todo o processo, porque ela trabalhava, então o pouco tempo que ela tinha eu me dispus a ajudar nesse sentido, e foi onde eu descobri o que era a violência doméstica. Aí eu me assustei. Poxa, eu vivi a minha vida inteira sob violência, que até então, para muitos, era uma situação normal dentro de um relacionamento, e isso realmente assustou. [...] A minha defesa era a informação, porque mesmo que eu fosse uma halterofilista, a gente sabe que a força da mulher não se compara à força de um homem. Então a minha defesa era a informação, e quando eu me cerquei dessas informações, do que era direito e do que era dever, aí eu tive mais coragem de firmar minha decisão, e o que aconteceu (ENTREVISTADA B).

A educação é uma experiência social, que constitui-se como fundamental na descoberta de si mesmo e no desenvolvimento das relações com os demais (DELORS, 2010). Nas palavras do autor

ela situa-se, mais do que nunca, no âmago do desenvolvimento da pessoa e das comunidades; sua missão consiste em permitir que todos, sem exceção, façam frutificar seus talentos e suas potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de assumir sua própria responsabilidade e de realizar seu projeto pessoal (DELORS, 2010, p. 10).

O reconhecimento de si mesmo enquanto ser histórico que de maneira contínua se educa em movimento dialético no mundo que o cerca permite a compreensão do outro em sua totalidade (FREIRE, 1987). Compreender o outro em sua especificidade, como afirma Delors (2010, p. 10) “além de compreender o mundo em sua busca caótica de certa unidade [...] convém começar pela compreensão de si mesmo em uma espécie de viagem interior, permeada pela aquisição de conhecimentos”.

Compreender o outro e o mundo, a compreensão mútua mostra-se como a base de um dos quatro pilares da educação: aprender a conviver, que constitui-se como uma das chaves para a educação ao longo da vida, que conduz a uma gestão acertada dos inevitáveis conflitos, capacidade necessária “para sair do ciclo perigoso alimentado pelo cinismo ou pela resignação” (DELORS, 2010, p13).

A desvalorização da mulher é notória na história da humanidade. O lugar da mulher na sociedade foi sempre estabelecido pelos homens, nunca por elas mesmas. Como afirma Beauvoir (1970, p. 97) “o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos”. Isso acaba por desenvolver um comportamento hostil no sexo masculino. O homem descobre na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência e passa a afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto (BEAUVOIR, 1970).

3.1 Violências e emoções em ato

A emoção da hostilidade presente no agressor também aparece nos depoimentos das entrevistadas. Muitas vezes pode atuar como desencadeadora de comportamentos agressivos, entendendo a agressão como atitudes de ataques ou ações que prejudiquem o outro (ABASCAL et al , 2015). Este tipo de comportamento é assim descrito:

Ele casou porque a mãe dele tinha falecido, ele tinha sido criado por uma madrasta que ele dizia que era muito ruim para ele, então ele queria uma mulher para tomar conta dele, porque essa madrasta, nem a roupa dele lavava. Então ele sentia falta de uma pessoa para tomar conta das coisas dele, tipo uma empregada. Então foi o que aconteceu: eu queria um pai para o meu filho e ele queria uma pessoa para tomar conta dele. Então casamos (ENTREVISTADA C).

Eu só servia como uma pessoa útil para ele: para lavar roupa dele, fazer comida dele, cuidar do filho e satisfazer as necessidades sexuais dele. Não tinha respeito, não era valorizada, ele não respeitava os meus limites como ser humano, como mulher, como mãe (ENTREVISTADA H).

Nas palavras de Iacovella e Troglia (2003, p.54) “La Hostilidad es el resultado de las influencias que puede haber recibido un sujeto por parte de su medio ambiente a

lo largo de su vida [...] Las demás personas constituyen una fuente de amenaza y tienen intenciones malevolentes con respecto a nosotros”.

A hostilidade pode ser caracterizada pelo resultado das influências sofridas pela pessoa ao longo de sua vida. Como afirmam Iacovella e Troglia

Las definiciones de hostilidad consideran que ésta implica la presencia de una serie de creencias, expectativas y actitudes negativas relativamente duraderas y estables acerca de las personas y de las cosas [...] Los sujetos que presentan hostilidad se caracterizan por esperar lo peor de los demás, estar siempre a la defensiva, crear ambientes de tensión y competitividad y percibir al entorno como un espacio de lucha para lograr objetivos (IACOVELLA; TROGLIA, 2003, p. 54).

Quando se tem um autoconceito exacerbadamente elevado, as pessoas estão mais propensas a comportamentos hostis, assim, “qualquer interlocutor que lhes falte com o respeito e os ofenda, mesmo que de leve, com certeza receberá de chofre uma resposta hostil” (RICARD, 2015, p.323).

A hostilidade pode ser compreendida como um impulso que faz com que a pessoa se sinta motivada a ofender a outra. Este impulso é acompanhado de uma mescla de raiva, desprezo e ressentimento, muitas vezes acompanhado de cinismo e tendência a denegrir o outro. O estudo da hostilidade possui relação direta com o estudo da agressividade e da raiva (ABASCAL et al , 2015).

A hostilidade apresenta como características a ironia (quando a pessoa procura humilhar alguém de maneira covarde, ocultando a ofensa direta, com um tom sádico e perverso) e o humorismo (que caminha junto com a ironia, uma vez que seu propósito é “fazer rir” através de algo que deixe outra pessoa em situação inferior) (MIRA y LÓPEZ, 2012).

Apesar de Mira y López (2012) configurar a ironia e o humorismo como disfarces da raiva, tais fatores constituem-se como características inerentes à hostilidade, estando diretamente relacionadas com a desqualificação do outro. Como afirma Ricard (2015, p.318) “na raiz de toda forma de violência se encontram a falta de altruísmo e a desvalorização do outro. Não lhe atribuindo suficiente valor, nós o prejudicamos deliberadamente, física ou moralmente”.

Perceber o outro como menor, desvalorizar outra pessoa pode ser o início de atitudes violentas, podendo surgir através de reações a insultos, conflitos familiares, brigas, xingamentos, ciúmes ou sentimento de traição (RICARD, 2015). Como afirma Ricard (2015, p. 326) “o exercício reiterado da violência leva a uma dessensibilização em relação ao sofrimento do outro, quer seja na guerra, em um genocídio ou, em um nível menor”. A pessoa considera a violência um meio completamente aceitável de resolver conflitos e impor sua vontade. Desta forma, é possível afirmar que a desvalorização do outro constitui-se como fator fundamental para a origem da violência (RICARD, 2015).

De acordo com Beauvoir (1970) a emancipação da mulher é vista por grande parte dos homens como um perigo que ameaça sua moral e interesses. Desta forma, muitos homens ainda temem a concorrência feminina. As condutas dos demais, se vistas como ameaçadoras, podem servir como desencadeadoras de comportamentos agressivos, sendo utilizadas como justificativas para comportamentos hostis. Nas palavras de Abascal et al:

La atribución hostil se refiere precisamente a la percepción de las otras personas como potenciales agentes amenazantes, por lo que las personas que experimentan la hostilidad son muy proclives a manifestar reacciones agresivas contra dichas personas [...] La conducta de los demás pueda ser interpretada como antagonista o amenazante y pueda servir como justificante de la hostilidad que se manifiesta de cara a las conductas antagónicas de los demás (ABASCAL et al , 2015, p. 378).

Durante muito tempo foi comum crimes contra mulheres ficarem impune. Durante as décadas de 1920 até 1980, era tendência absolver homens que haviam assassinado mulheres. Como afirma Blay (2008) advogados renomados entravam em defesa de seus clientes argumentando que as mulheres mereciam morrer porque eram adúlteras, não cumpriam com os deveres domésticos ou queriam se separar de seus maridos. A justificativa não mudava muito, quase sempre era “matou por amor”.

O número exacerbado de mulheres assassinadas motivou feministas a criar uma campanha contra os “crimes de paixão”. Um grupo de promotores com a ajuda dessas feministas fundou o Conselho Brasileiro de Higiene Social, no intuito de reeducar a sociedade visando transformá-la. A partir da criação do movimento, vários assassinos de mulheres foram presos, no entanto, em 1940 a paixão/emoção passa a ser novamente

justificativa para absolver criminosos. Assim foi durante muito tempo: a justiça absolvía os que matavam em “legítima defesa de honra” (BLAY, 2008). A autora afirma que a mensagem da época era que crimes passionais, ou crimes praticados sob forte emoção não mereciam condenação e durante muito tempo foi fortalecida a aceitação de tais crimes, bem como passou-se a ensinar aos advogados quais as condutas que deveriam ser tomadas para sustentar o argumento “matei por amor”.

Blay (2008, p. 39) afirma que “o modelo paradigmático da didática de defesa dos assassinos “por amor” se encontra no livro de Evandro Lins e Silva, *A defesa tem a palavra* (1991). Nele, eminente jurista ensina aos jovens advogados como defender um assassino, mesmo que confesso”.

Na maioria das vezes, a defesa do culpado vem acompanhada de comportamentos hostis que desqualificam a vítima, como se a vítima fosse autora da própria morte. O comportamento hostil atrelado à incapacidade de lidar com os conflitos cotidianos desenvolve comportamentos agressivos, que sendo vivenciados de forma inadequada implica na violência (BLAY, 2008).

É preciso atentar para a importância da educação no processo de conscientização das mulheres. A conscientização é exigência humana, é natural ao ser que, se percebendo como inacabado, busca caminhos para por em prática a curiosidade, a busca por saber mais (FREIRE, 1996).

O ato violento contra a mulher acontece envolto em diversos fatores, dentre eles, a emoção da surpresa. Na fala das entrevistadas

Pra mim foi surpresa. Eu não esperava isso daquela pessoa. Pelo que eu tinha convivido com ele, ele não demonstrava ser uma pessoa tão agressiva (ENTREVISTADA A).

Eu nunca esperava por aquilo não. Pela pessoa dele eu não esperava não[...] Da primeira vez não teve como me defender porque eu não esperava. Não pensei que ele iria fazer aquela desgraça comigo não (ENTREVISTADA E).

Para mim foi surpresa. Eu não esperava que isso tudo acontecesse (ENTREVISTADA F).

A surpresa é considerada a emoção básica mais singular e breve de todas as emoções. Ela é desencadeada quando a pessoa entra em contato com acontecimentos repentinos ou inesperados, a atenção e a memória se dedicam a processar o estímulo

responsável pela ação (ABASCAL et al, 2015, tradução nossa). A surpresa se produz de forma súbita, e desaparece com a mesma rapidez. Como afirmam Abascal et al (2015, p. 228) “la emoción de sorpresa prepara al individuo para afrontar de forma efetiva los acontecimientos repentinos e inesperados y sus consecuencias”.

Bisquerra (2000, p.109) entende a surpresa como “una reacción provocada por algo imprevisto o extraño”, afirmando que ela se manifesta de maneira rápida e facilmente se combina com outras emoções, colocando a pessoa em estado de alerta em relação à possíveis acontecimentos futuros. Em suas palavras “és la emoción mas breve. Suele convierte rapidamente en otra emoción congruente con la situación que la ha desencadeado (miedo, alegría, tristeza, ira). Prepara o sujeto para afrontar acontecimientos inesperados” (BISQUERRA, 2000, p. 109). Nas palavras de Redorta, Obiols e Bisquerra:

Al ser una emoción tan breve, es frecuente que la sorpresa se transforme rápidamente en otra emoción. Por ejemplo, la sorpresa que sentimos al haber olvidado acudir a una cita importante, se transforma de inmediato en angustia, mientras que la sorpresa ocasionada por una fiesta de cumpleaños que nos esperábamos, rápidamente se transforma en una emoción de alegría (Redorta; Obiols; Bisquerra, 2006, p. 78).

A surpresa tem a função de preparar a pessoa para enfrentar de forma efetiva os acontecimentos inesperados, bem como suas consequências. Do ponto de vista evolutivo, a emoção da surpresa tem a capacidade de facilitar o processo de adaptação quanto ao inesperado (REDORTA; OBIOLS; BISQUERRA, 2006). A surpresa apresenta-se, pois, como um mecanismo de ação/reação, muitas vezes de consequências imprevisíveis que podem levar à frustração profunda ou raiva incontrolável. Neste sentido, é natural a reação das mulheres diante dos atos de violência: surpresa, decepção e frustração.

A pessoa quando entra em contato com a emoção da surpresa tem capacidade de enfrentar de forma efetiva as mudanças da vida que acontecem de forma inesperada, bem como limpar o sistema nervoso de todas as atividades que possam interferir no enfrentamento da situação (ABASCAL et al, 2015). A este processo Gonsalves (2015) dá o nome de focalização, uma estratégia de educação emocional através da qual a pessoa desenvolve cenários futuros para desenvolver capacidade de dar a melhor resposta para determinada situação naquele momento.

A emoção da surpresa ativa uma capacidade de enfrentamento, já que é responsável por provocar os processos ligados à atenção, facilitar o surgimento de condutas investigativas, bem como provocar o interesse ou curiosidade por novas situações (ABASCAL et al, 2015).

Considerando os depoimentos de que a violência contra a mulher ocorre, em muitos casos, de forma inesperada, estimulando a emoção da surpresa, é importante compreender as consequências disso na corporeidade. A princípio, pode-se imaginar que a mulher se surpreende e que, por ser uma emoção de pouca durabilidade no tempo, ela se esvai. Entretanto, a questão não é tão simples. A surpresa aciona processos de atenção, facilitando a aparição de condutas investigativas e de interesse por novas situações, colocando a mulher, mesmo que de forma inconsciente, em estado de alerta.

Nesses termos, é possível afirmar que a emoção da surpresa prepara a mulher para enfrentar acontecimentos futuros. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a emoção da surpresa faz parte do processo de violência contra a mulher, ela também se constitui, do ponto de vista emocional, como primeiro elemento constituinte da resiliência.

A surpresa, por colocar em alerta a mulher, colabora de forma decisiva na construção do processo de resistência à destruição (ORTS, 2009), alertando sobre os embates futuros, preparando a mulher para agir com resistência. Neste sentido, a surpresa pode ser considerada o primeiro passo para a construção de novas interpretações da situação de violência (MADARIAGA et al, 2014).

A violência contra mulher adquire muitas formas. Por mais longe que retornemos, é comum mulheres serem violentadas fisicamente:

No início tinha física também. Depois passou a ser mais psicológica e moral. Ele usando terceiros para me agredir [...] hoje ele usa terceiros. Inclusive eu tive uma audiência semana passada de um rapaz que ele usou. Primeiro ele deu uma arma a um rapaz para ele atirar em mim, o rapaz no depoimento dele confessou isso e também uma faca para ele me esfaquear (ENTREVISTADA A).

Eu estou com ele há 14 anos, e em 2009, foi o espancamento que eu sofri, muito forte. E desde esse dia ainda existe: palavrão, palavras de baixo calão, humilhação, de vez em quando quer me empurrar, me gritar, se eu deixar ele me bate... Muita coisa. [...] Baixei no hospital, imobilizei a perna, fiquei cheia de hematoma, não conseguia nem andar (ENTREVISTADA E).

No início eu apanhei muito dele, depois era mais a psicológica. Ele me dopava, ele me estuprava, porque eu não queria mais ele e depois é que eu fui percebendo como as coisas estavam acontecendo. Quando foi no dia 31 de dezembro de 2015 ele tentou me matar com uma faca, ele iria me matar e depois matar o menino pegado na mão do menino. Imagina uma criança passar por isso, e na época ele tinha 5 anos. [...] No início eu apanhei muito dele [...] eu tinha um ano de casada quando ele me espancou muito, eu fiquei até com problema de visão, ele bateu muito nos meus olhos, me machucou muito (ENTREVISTADA F).

É física, é psicológica, é tudo [...] Ele já apertou meu braço, já me agrediu, quebrando tudo dentro de casa, essas coisas (ENTREVISTADA G).

Tinha violência física, psicológica, sexual, patrimonial. São cinco tipos. Todos os cinco tipos eu sofri (ENTREVISTADA H).

A violência física é, lamentavelmente, comum no cotidiano de diversas mulheres em diferentes lugares do mundo e se constitui em uma das principais formas de violação dos direitos da mulher, não apenas no que diz respeito à integridade física, mas também o direito à saúde, à vida. A relação hierárquica estabelecida ao longo do tempo permitiu que o homem exercesse um papel de dominação (BEAUVOIR, 1970), inclusive com o poder sobre o corpo da mulher. À mulher coube historicamente acomodar-se ao lugar menor que lhe é atribuído, passando a estar sujeita às mais diversas formas de agressão, até mesmo física (REIS, 2008).

A Violência Sexual é um tipo de violência que também acontece em relações matrimoniais. Podemos perceber tal afirmação observando as falas a seguir:

Tinha a violência psicológica e tinha toda uma situação mais íntima: o sexo pelo sexo, independente da minha vontade (ENTREVISTADA B).

Já fazia dois anos que eu vivia com ele e não queria mais ser mulher dele, aí foi quando ele passou a me dopar e me estuprava. É um estupro porque eu não queria mais ele de jeito nenhum. Mas eu não sabia. Ele me dopava e eu só sentia no outro dia as minhas partes. [...] Eu gosto de tomar uma cervejinha nos finais de semana, eu vi o pó branco no copo, e era para eu ter guardado para fazer um exame. Quando eu comecei a desconfiar, eu ainda fui tão boba, tão besta, que eu não tive essa iniciativa (ENTREVISTADA F).

Eu casei virgem e fui estuprada [ela afirma aos prantos]. Quando eu era moça era o que eu tinha medo era da minha noite de núpcias. Eu pedia muito a Deus que me desse um marido carinhoso, porque eu ouvia muitos comentários de umas amigas que diziam que se perderam na adolescência e eu fiquei impressionada com algumas coisas que me contaram e eu passei a ter pânico. Acho que eu tinha doze anos, treze anos, e eu pedia a Deus que ele me desse um marido carinhoso, principalmente na área sexual. E eu casei aos trinta anos, tenho quarenta e dois hoje, e ele foi um animal comigo. Teve uma vez que ele quase me mata asfixiada. Eu tinha saído do banheiro, passei do banheiro para o quarto de toalha, quando eu fui fechar a porta, ele estava na porta, ele tem quase dois metros, é lindo ele, mas... Ele parou na porta, arregalou o olho para o meu lado e sinalizou que queria transar naquela hora, me empurrou na cama e veio para cima de mim. Ele apoiou o braço no meu peito e já foi abrindo minhas pernas. Eu estava nua, que tinha saído do banho... Ele foi forçando e eu começando a ficar sem respirar e ele não escuta... E aquilo me sufocando, e ele estava só olhando para baixo, concentrado em abrir minha perna para penetrar, e eu não tinha mais força para gritar por socorro, tive a ideia de apertar a genitália dele (ENTREVISTADA H).

Nas palavras de Treiner (2011) a particularidade desse tipo de violência é que muitas vezes, ocorre por parte de pessoas ligadas à vítima por relações afetivas: marido, ex-marido, namorado, ex-namorado, pessoas próximas, em quem as vítimas depositam confiança, e que muitas vezes exercem uma posição de autoridade sobre elas.

Nos Estados Unidos, na Malásia e no México é comum mulheres serem espancadas e em seguida, obrigadas a manter relação sexual com o agressor. É perceptível que o problema do estupro mostra-se mundial. No Norte de Londres, 23% das mulheres afirmam ter sido vítima desse tipo de violência. No Zimbábue 25%, na Nicarágua 21,7%, na Suíça 11,6%, no Canadá 8% e na Finlândia 5,9% (TREINER, 2011). Nas palavras de Machado

O estupro, tal como representado hoje, não só pelo senso comum como pela legislação e jurisprudência brasileira vigente, desliza porosamente entre a ideia de um ato que deve ser entendido como um crime hediondo contra a pessoa; a ideia de um ato que é crime grave contra os costumes e a ideia de um ato que não é um crime, quando visto como a realização do mais banal e cotidiano dos atos de relações sexuais entre homens e mulheres – o defrontamento da esperada iniciativa masculina com uma das respostas femininas possíveis: “a mulher que diz não para dizer sim” (MACHADO, 1998, p. 233).

O motivo do estupro é sempre acompanhado de um “não saber” o porquê de ter cometido um crime, que aponta para a ideia de que “os homens sempre souberam que podiam se aproveitar das mulheres quando aparecesse uma oportunidade, ou quando quisessem produzir a oportunidade” (MACHADO, 1998, p. 235).

Os números altíssimos caracterizam o estupro como sendo abuso de poder e de confiança que passa por cima da tendência de incriminar a mulher pela incapacidade do homem de controlar seus impulsos sexuais, usando como justificativa a forma de se vestir de algumas mulheres, bem como saídas noturnas por parte de algumas delas, tirando assim a responsabilidade do agressor, passando a culpabilizar a vítima, atribuindo à mulher comportamentos que favorecem o estupro (TREINER, 2011).

Nas palavras de Sousa

Tais valores são repassados para toda a sociedade, que revitimiza a mulher principalmente por, segundo a concepção geral, colocar-se nas chamadas ‘situações de risco’, nas quais a mesma é culpada por não seguir as chamadas regras de conduta. Regras de conduta, que, por sua vez, são inseridas na socialização da mulher desde o momento do nascimento, ensinando-a que tipo e tamanho de roupa vestir, que tipo de maquiagem usar, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair de casa, e, assim, sucessivamente, depositando na mulher a responsabilidade de terceiros contra a sua integridade sexual (SOUSA, 2017. p.13).

Essa cultura do estupro é responsável por ensinar que cabe aos homens aproveitar toda oportunidade de consumação sexual, e, que, muitas vezes as mulheres dizem não porque foram ensinadas a não dizer sim na primeira vez, cabendo ao homem transformar aquele não em sim (SOUSA, 2017). Segundo Sousa (2017, p. 21) “o agressor parte da ideia de que o não é um sim que ainda não foi revertido, e de que, no fundo, a mulher quer aquilo tanto quanto ele; que precisa apenas de um estímulo a mais como drogas, álcool ou força física para ceder”.

De acordo com Sousa (2017, p. 16) “parece haver, na sociedade, um sentimento muito mais definido de justiça em casos de violação da propriedade do que da violação da dignidade”. No geral, quando alguém tem um objeto roubado, não é comum questionarem a vítima sobre o modo como ela lidava com o objeto antes do roubo. Em

casos de estupro, não basta constatar o ato consumado, seja lá como tenha se dado, também é feita uma apuração de como a vítima de comportava antes do ocorrido (SOUSA, 2017). Além de ser estuprada, a vítima precisa mostrar para a sociedade que merece ser reconhecida como inocente. Como afirma Sousa (2017, p. 19) “a violência sexual [...] praticada contra a mulher é muito mais comum do que se pensa”.

Alice Sebold descreve os efeitos do pânico que viveu ao ser estuprada por um desconhecido armado com uma faca no campus universitário onde estudava. Depois de ter sido esmurrada e ameaçada, resolveu adotar uma postura conciliadora e se deixar levar sem resistir, dizendo: “Você é forte, é um verdadeiro homem, obrigada, eu estava precisando”. Nas palavras dela: “Depois, acabou. Ele gozou e se deixou cair sobre mim. Eu estava deitada debaixo dele. Meu coração parecia explodir. Meu cérebro pensava na minha mãe, em qualquer coisa”. Alice precisaria explicar-se sobre sua passividade para os seus pais, depois novamente durante o processo contra o agressor, no qual ela ganhou a causa, e em seguida precisaria enfrentar todos os sintomas de um estresse pós-traumático, mas alguns anos depois, ela escreve: “Agora o tempo passou e vivo num mundo em que duas realidades coexistem, em que o inferno e a esperança repousam juntos na palma de minha mão” (TREINER, 2011).

O estupro é a forma mais evidente da dominação exercida de maneira violenta dos homens sobre as mulheres. “É também a forma mais arcaica, a partir do momento em que repousa sobre uma desigualdade dos sexos fundada numa relação de força amplamente física” (TREINER, 2011, p. 207). Segundo a autora, o estupro é um fenômeno calado pelas mídias em escala mundial, sendo ignorado pelos poderes públicos e estudado de maneira insuficiente. Em contrapartida, as lacunas em termos de informação e prevenção, são gritantes. Nas palavras de Treiner

Evidentemente, é difícil tratar do estupro numa perspectiva internacional. As diferenças são consideráveis, segundo os países e as culturas. [...] Nos países europeus, por exemplo, o estupro é sancionado por lei. Na França, é reconhecido como crime qualificado, mesmo quando ocorre no universo familiar, e mesmo entre casais. Apesar disso, basta ler os testemunhos disponíveis para constatar que o assunto levanta questões comuns a todas as mulheres do mundo e a todas as sociedades humanas (TREINER, 2011, p. 209).

O estupro está presente em diversos lugares do mundo em números alarmantes. Nos Estados Unidos, 14,8% das mulheres com mais de 17 anos de idade foram estupradas, enquanto 2,8 % delas foram vítimas de tentativa de estupro. Na República Tcheca, 11,6% de uma amostragem representativa da população feminina com mais de 15 anos afirmou ter sido forçada a contatos sexuais. Na África do Sul chega a ocorrer 1,5 milhão de estupros por ano. Na França, cerca de 50 mil mulheres por anos são vítimas de estupro (TREINER, 2011). Nas palavras da autora, o nível de educação nesses países funciona de maneira paradoxal: as mulheres mais instruídas, conseqüentemente, mais independentes, são mais expostas a um risco de violência, uma vez que mais independentes, as mulheres reagem mais frequentemente às normas patriarcais, o que faz com que os homens recorram à violência.

Ainda é fortemente presente o patriarcado como uma instituição que coloca o corpo da mulher como sendo posse do homem. Os discursos de posse e de controle são usados em benefício dos agressores, como frases do tipo: “mas ela era minha”, “ela tinha que ter ficado em casa”. São diversos os crimes contra mulheres que se apoiam na justificativa de que o cometeu em legítima defesa da honra. Tais crimes respondem pela expressão do ódio à mulher, muitas vezes desencadeada pelo sentimento de perda de poder e de controle sobre o corpo feminino (BLAY, 2008, p. 10).

Resolver uma situação de agressão significa enfrentar conflitos das mais diversas naturezas. Nas palavras de Blay (2008, p. 219) é “difícil superar as juras de arrependimento do agressor, na esperança de uma real transformação, ilusão logo desmentida pela realidade do dia seguinte”.

Até certo ponto eu pensava que tudo fazia parte das situações dos altos e baixos de um relacionamento. Porque a conduta agressiva dele era mais quando ele estava alcoolizado. Então passava o efeito do álcool, passou o final de semana, ele voltava à vida normal. Então sempre tinha a expectativa de que aquilo não iria se repetir, e foi assim durante muitos anos (ENTREVISTADA B).

Eu acho que toda mulher que sofre as violências fica naquela esperança de que amanhã vai ser melhor [fala chorando]. Levei uma vida, perdi minha vida inteira, porque passei 28 anos ao lado desse homem (ENTREVISTADA F).

Ele bateu no meu rosto enquanto noiva, mas a maior parte do tempo ele era carinhoso demais. Eu cheguei a dizer para ele que se aquela situação se repetisse, ele não fosse mais nem lá em casa que eu não queria mais saber dele. Eu já estava noiva,

de aliança. Ele me pediu desculpa, pediu perdão, disse que me amava muito, isso sinalizando porque ele não fala, é surdo. Disse que me amava muito, que queria estar perto de mim, que queria fazer amor, essas coisas. Eu disse a ele: “eu entendo você, mas então você vai ter que procurar uma jovem que tenha seu pensamento que o meu é diferente”. Pelas minhas crenças pessoais e religiosas eu queria casar virgem, e isso eu consegui, mas foi com o homem totalmente errado (ENTREVISTADA H).

É bastante comum mulheres em situação de violência silenciarem, por receio de que as pessoas não entendam, e, que ao invés de criticarem o agressor, critiquem a própria vítima. “Essa é uma reação típica de insegurança de quem vive em uma sociedade machista” (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009, p. 453).

As mulheres acreditam na vulnerabilidade a qual estão inseridas, seja em razão da cultura machista, seja por vergonha de serem julgadas por optarem pela separação ou até mesmo pela falta de apoio da familiar e da sociedade como um todo (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009).

Nas palavras dos/as autores/as

os mecanismos existentes na sociedade que inviabilizam a saída de uma relação violenta: baixa da autoestima; crença de que a violência é temporária, que seus maridos possam mudar; dificuldades econômicas; dúvidas se podem viver sozinhas; crença de que o divórcio é como um estigma; o fato de que é difícil para uma mulher com filhos encontrar trabalho; vergonha de ser vista como uma mulher espancada; pena do marido; ou pelo fato de amarem os seus companheiros (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009, p. 447).

As situações de violência, segundo as mulheres entrevistadas vêm acompanhadas da emoção do medo:

Eu sinto muito medo, é uma angústia muito grande. Cada audiência que eu vou é como se viesse à tona tudo que eu passei, entendeu? (ENTREVISTADA A).

Eu sentia medo sim, mas eu não podia demonstrar, porque ele já chegou a me ameaçar de morte, inclusive na frente dos filhos. Então eu tinha medo, mas não demonstrava aquele medo. E ele sempre tinha aquela história assim: “ah, você acha

que é assim, então procure seus direitos”. Então tinha esse tipo de coisa (ENTREVISTADA B).

Mas quando eu penso em voltar pra casa eu tenho medo (ENTREVISTADA D).

A gente sente medo! Mas hoje eu não tenho medo mais não, eu estou mais segura porque eu estou aqui [no CRM] e aqui a gente recebe apoio para isso. Para se defender dessas coisas. Mas se eu deixar ele quer dar em mim ainda (ENTREVISTADA E).

Eu sinto medo e raiva (ENTREVISTADA G).

Enquanto eu estava casada, com aliança, eu tinha medo. Eu me submetia por medo, e por amor também. Por sentimento eu fiquei calada muito tempo. Aí eu comecei a pedir a Deus que me desse uma luz porque eu não tinha me casado para passar por aquilo. Eu não tinha estudado, me preparado para passar por aquilo (ENTREVISTADA H).

O medo é uma reação que coloca a pessoa em alerta diante de algo ameaçador. Como afirma Possebon (2017, p. 20) “o medo é uma resposta primária e imediata e é ativado mediante a percepção da presença de uma ameaça, isto é, ele aparece quando a pessoa interpreta que algum dano ao seu bem estar físico e/ou psíquico está por vir”.

Ao vivenciar algo que é ameaçador ou que não é familiar para a pessoa, esta passa a sentir um desconforto. “Evidentemente, diante do perigo um indivíduo não vai sentir prazer, ao contrário, ele experimentará uma sensação de tensão, de desassossego, mal estar, preocupação ou receio da sua própria segurança ou saúde” (POSSEBON, 2017, p. 20).

Sendo um estado extremamente importante para a sobrevivência humana, o indivíduo, ao sentir medo pode evitar se expor a situações que ameacem a própria vida. O medo pode ser compreendido como uma emoção choque que tem por objetivo preservar a vida do indivíduo. Delumeau compreende o medo como sendo

uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela consciência de um perigo iminente ou presente. Alerta, o organismo reage por comportamentos somáticos e alterações endócrinas que podem ser muito contrastes dependendo das pessoas e das circunstâncias: aceleração ou diminuição do ritmo cardíaco, respiração muito rápida ou muito lenta, contração ou dilatação dos vasos sanguíneos, aumento ou diminuição da secreção das glândulas, paralisação ou exteriorização violenta e, no limite, inibição ou ao contrário,

movimentos desconexos e atabalhoados (DELEMEAU, 2007, p. 39).

A manifestação do medo, seja ela interior ou exterior, faz com que a pessoa libere uma energia pouco corriqueira, que é disseminada por todo o organismo como uma reação de legítima defesa (DELEMEAU, 2007).

Segundo Possebon (2017, p.22) “a emoção do medo integra um sistema de condutas de emergências que proporcionam uma ativação imediata para proteger a vida [...] e é conhecida por todos os animais”.

A emoção do medo pode ser vista também, nas palavras de Navas e Bozal, como:

Una señal que interpretamos de un estímulo o situación con potencial suficiente para producimos algún tipo de daño, perjuicio o desequilibrio, tanto en el plano físico como en el plano psicológico. Esta señal estimula a nuestra mente y cuerpo a poner en marcha las conductas y actividades (la huida, la lucha, la evitación o la resistencia) que estimamos oportunas para superar esa situación. No obstante, también puede producirse una respuesta de bloqueo, probablemente como consecuencia de la incapacidad del individuo para encontrar y/o ejecutar una de las distintas conductas que podría llevar a cabo en esse momento(...) Dependiendo de nuestras creencias y expectativas de como enfrentarnos a los que no da miedo nuestras respuestas o estrategias pueden ser activas (se afronta) o passivas (e evita o se huye de la situación que nos da miedo). Cuanto más convencidos estemos de nuestras habilidades para regular esta emoción, más probable será que el individuo lo afronte de una manera (NAVAS; BOZAL 2012, p.121-122).

A sensação de medo é produzida pelo cérebro ao perceber um estímulo como ameaçador, podendo ser físico ou psicológico. Gonsalves e Souza (2015, p.50) afirmam que “a emoção do medo [...] pode incluir uma ameaça real (você sentir que a terra está tremendo e perceber que está diante de um terremoto) ou de algo que você imagina que seja uma ameaça, mas que de fato não existe”.

Nas palavras de Delemeau (2007, p. 42) “durante muito tempo, os principais perigos que ameaçaram a humanidade, e, portanto, os principais medos, vinham da natureza: as epidemias [...] os tremores de terra, as erupções vulcânica. [...] O medo tornou-se, cada vez mais, o medo do próprio homem [...] o homem é agora capaz de perturbar a natureza”. De mãos dadas com inquietações vindas do fundo de nós

mesmos, devemos lembrar dos medos mais culturais, como por exemplo, o medo do outro (DELEMEAU, 2007). “O medo é certamente necessário e mal percebemos como a humanidade poderia ter progredido sem ele, quer dizer, sem a tomada de consciência dos perigos que sucessivamente aparecem no meio do caminho” (DELEMEAU, 2007, p. 47).

O medo pode ser compreendido também enquanto uma resposta primária e imediata do organismo, ao perceber que está diante de um perigo, seja ele real ou imaginário, sendo ativado com base na percepção da presença de uma ameaça, isto é, quando a pessoa percebe que algum dano ao seu bem estar físico e/ou psíquico está por vir. O processo de valoração da emoção do medo está relacionado com a percepção de que algo é desagradável ou ameaçador ao seu bem estar, apresentando um grau de urgência para enfrentar a situação de perigo, visando seu próprio bem estar. Envolve a atitude de retirar-se, desviar da situação ameaçadora ou fuga, a pessoa evita enfrentar a situação ameaçante (ABASCAL et al, 2015).

De acordo com Navas e Bozal (2012) uma resposta menos frequente, mas que também ocorre é a resposta de bloqueio. “Não é raro fazer referência a situações em que houve uma tendência a petrificar-se e a emudecer para se proteger” (POSSEBON, 2017).

A emoção do medo está relacionada com a capacidade de proteção. Ela é responsável por produzir respostas adaptativas, colocando a mulher em estado de alerta, fazendo com que ela consiga detectar o perigo e responder ao mesmo (ABASCAL et al, 2015). O medo, sendo uma emoção que indica a existência de perigo, orienta a sobrevivência, a força de viver (CONANGLA, 2007). Como afirma Possebon (2017, p.35) “o medo sinaliza no sentido de evitar situações de perigo, que coloquem em risco a preservação do indivíduo – daí ser a morte o medo primordial do ser humano”.

A emoção do medo pode atingir diferentes formas e graus de intensidade (POSSEBON, 2017). Dentre as principais funções do medo, podemos destacar as seguintes: preparar a pessoa para que ela se torne capaz de se distanciar do estímulo; contribuir para que a pessoa produza respostas de fuga ou distanciamento; prevenir a interação com estímulos que se mostrem de risco; facilitar vínculos sociais que contribuam para a defesa coletiva (ABASCAL et al, 2015).

Nas palavras de Possebon (2017, p.39) “existem diversas gradações, existe também uma constelação emocional do medo e, algumas vezes, ele pode ser o ponto

inicial para a geração de pânico, fobias e processos de ansiedade”. Em termos de síntese, a autora apresenta as seguintes características do medo:

Facilita o surgimento de respostas de fuga ou desvio de situações perigosas; focaliza quase que exclusivamente a atenção no estímulo temido, facilitando o modo rápido como o organismo reage; mobiliza uma grande quantidade de energia, o que permite executar respostas intensas e rápidas (POSSEBON, 2017, p.40).

É normal sentir medo diante de algo que nos ameaça (BISQUERRA, 2000). Delemeau (2007) afirma que o medo nos acompanha durante toda nossa existência, no entanto, nossos medos podem mudar perante os tempos, os lugares e as ameaças que nos cercam.

Assim, considerando que as mulheres afirmaram que a situação de violência é responsável por desencadear nelas a emoção do medo, faz-se necessário um olhar mais atento para as consequências disso no processo de superação. Enquanto resposta do sistema nervoso as situações vistas como ameaçadoras, o medo coloca a pessoa em estado de alerta. Nesses termos, pode-se afirmar que a emoção do medo, além de atentar para situações de risco que possa acontecer, prepara a mulher para enfrentar tais situações, constituindo-se, assim como a surpresa, como um elemento constituinte da capacidade de resiliência.

Do ponto de vista da Educação Emocional, enquanto a surpresa traz em si a capacidade de deixar o corpo em estado de alerta, o medo, além de ativar ainda mais aquele estado, organiza o corpo para que a mulher possa lutar contra a situação ou fugir dela. Ao criar mecanismos de defesa que lhe permitam ter uma atitude proativa diante da vida, preparando-se para reagir, caso tais situações reapareçam (ORTS, 2009), a mulher desenvolve capacidade resiliente, conseguindo se refazer e buscando sair da situação de violência.

A violência do ponto de vista emocional que diversas mulheres sofrem diariamente causam sequelas cujas consequências são dificilmente visíveis, diferente dos casos de lesões corporais (BLAY, 2008).

A violência psicológica, vista como uma das mais devastadoras, pode trazer danos irreversíveis à saúde da pessoa e aparece no discurso de todas as mulheres entrevistadas. Ameaças, constrangimentos, humilhação, diminuição da autoestima são formas de desqualificação presentes no cotidiano das mulheres:

Eram ameaças, intimidação... Ele nunca me agrediu fisicamente, mas existia todo um processo psicológico e isso foi minha vida inteira (ENTREVISTADA B).

A violência do meu filho comigo não é física, é mais me esculhambando. De me agredir, ele não agride. Se eu disser que ele me agride eu vou estar mentindo para você. São só palavras: rapariga, me manda tomar naquele canto, desgraça, misera, são os nomes que ele chama comigo. Vagabunda... (ENTREVISTADA D).

A língua que não para de me machucar, de dizer palavras duras, me chamar de ignorante, dizer coisa comigo. É agressão verbal, só verbal, entendeu? Manda eu ir embora..."(ENTREVISTADA C).

Ele ficava torturando e repetindo aquela coisa. Me maltratando, me machucando, me humilhando, e eu sabia que eu não era aquilo. Eu sempre estudei e ele dizia que eu era analfabeta, que eu era burra, que não sabia de nada. Hoje é que eu entendo, ele me chamava de burra porque eu aguentei todas as agressões e vivi com ele a vida toda. Sofrendo, mas ficava ali, calada. A psicológica é uma tristeza. Eu acho que se você não for forte o suficiente você não consegue (ENTREVISTADA F).

Ele não vê o meu sacrifício para criar meu filho especial. Eu não durmo direito, eu não faço nada direito. Eu cuido do meu filho, eu levo meu filho para terapia, para lazer, para médico quando precisa, mas ele só abre a boca para dizer a mesma coisa: eu não cuido dos meus filhos, que eu sou inconsequente, irresponsável, que eu não quero nada com a vida. No entanto, eu tenho uma experiência acadêmica, já trabalhei, tenho experiência profissional, mas o que é que eu posso pensar de um pai desse? Não posso pensar nada bom (ENTREVISTADA H).

O tipo de violência destacado pelas entrevistadas denomina-se de violência verbal, que se apresenta como parte da violência psicológica e é entendida como um ato de violência que é manifestado através de palavras que atacam e agridem a vítima. Sendo mais difícil de serem percebidas pelos demais, as violências verbais não deixam cicatrizes visíveis. A pessoa vítima da violência verbal vive em um mundo cada vez mais confuso, uma vez que o agressor adota diferentes disfarces, por vezes mostrando-se como uma pessoa totalmente diferente, tratando bem em alguns momentos, e em outros, com sarcasmo ou indiferença. O abuso verbal é um meio encontrado pelo

agressor para manter o controle sobre a outra pessoa através da prepotência, humilhação, arrogância, manipulação, intimidação. O abuso verbal é uma espécie de agressão hostil (HERRERA RODAS, 2004).

Este tipo de violência afeta diretamente a autoestima da mulher. Aos poucos ela é colocada no lugar de menor e perde a capacidade de acreditar em seus valores (ORTS, 2009). A mulher passa a desacreditar que possui atributos físicos e psicológicos; perde também a capacidade de identificar relações positivas com os demais, deixando de confiar nas pessoas; além de perder a capacidade de ação frente aos problemas e o autoconhecimento.

3.2 Violência moral e a emoção da raiva

A Violência Moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, segundo o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulher, também aparece nos discursos das mulheres entrevistadas:

No início tinha física também. Depois passou a ser mais psicológica e moral. Assim, ele usando terceiros para me agredir (ENTREVISTADA A).

É briga por cima de briga, ele só me humilha, só me pisa, só me machuca muito, tudo de negativo ele acha em mim. O que ele puder fazer para achar coisa negativa em mim, para me pisar e me humilhar, ele me pisa e me humilha. [...] Ele não é amigo meu, nunca foi. Teve um tempo que ele me olhava e dizia: “vai emagrecer, vai ajeitar esse cabelo, por que tu és tão desmantelada?” E eu ficava me sentindo a mulher mais feia do mundo (ENTREVISTADA C).

São só palavras: rapariga, vagabunda, desgraça, “misera”, me manda tomar naquele lugar, são os nomes que ele chama comigo (ENTREVISTADA D).

Ele me expôs. Eu acredito que ele pagou a duas pessoas para ir à direção da empresa onde trabalho com esse papel e pedir para me demitir, senão, essa pessoa não compraria mais no supermercado [...] O papel diz que eu uso uma tornozeleira eletrônica e coloca entre aspas “de bandido”, que quando o cliente passava no meu caixa, que eu era operadora de caixa, eu dizia que houve problema e que pedia para repetir a operação do cartão, e quando chegava a fatura do cliente, vinham duas cobranças. [...] Eu sempre estudei e ele dizia que eu era analfabeta, que eu era burra, que não sabia de nada. (ENTREVISTADA F).

A violência moral, por trazer consigo componentes como difamação, injúria, calúnia, resulta por desencadear a emoção da raiva. Quando nos sentimos ameaçados, tratados de maneira injusta ou desagradável, entramos em contato com a emoção da raiva. Podendo ser uma resposta de irritação, de fúria, de ira, de cólera, a raiva é desencadeada quando nos sentimos feridos ou ameaçados e vem de um sentimento de protesto, insegurança contra algo ou alguém.

Raiva eu sinto. Eu sinto muita raiva dele e eu digo na cara dele que eu tenho raiva dele Tenho raiva de não olhar nem para a cara dele, já perdi a conta de vezes. Desde ontem que eu não olho nem para cara a dele de tanta raiva (ENTREVISTADA D).

Sinto muita raiva dele. Nem sei bem o quanto sinto raiva dele (ENTREVISTADA G).

De vez em quando dá aquela raiva, aquela ferida dentro da gente. E daqui a pouco não tem nem como cicatrizar mais (ENTREVISTADA E).

Quando ele me fazia raiva, eu trincava os dentes (ENTREVISTADA H).

Raiva eu sinto muita [...] de não olhar nem para cara dele, já perdi a conta de vezes (ENTREVISTADA C).

Você sente raiva, mas você acaba aceitando aquela pessoa assim mesmo (ENTREVISTADA F).

A raiva aparece na mulher como uma emoção autodefensiva e apresenta-se como um comportamento fundamental diante de uma ameaça. Ao entrar em contato com algo considerado ameaçador, a mulher mobiliza a emoção da raiva, se colocando em estado de alerta e passa a avaliar as possibilidades de enfrentamento (ABASCAL et al, 2015).

Mira y López (2012, p. 73) compreende a raiva como “expressão do protesto vital contra aquele (o medo), já que pretende expulsar o mal-estar letal, descarregando-o para o exterior”.

A expressão facial da raiva corresponde a uma contração dos músculos movendo o maxilar inferior, expressão conhecida como “ranger os dentes”. Há um aceleração

da respiração e da circulação, uma leve ansiedade, espécie de sobressalto (MIRA y LÓPEZ, 2012). Nas palavras de Myra y López (que compreende ser a ira o primeiro estágio desencadeado diante de uma ameaça), pode registrar a seguinte escala de intensidade:

A forma mais leve de apresentação da Ira consiste em um suave sentimento de exaltação ou “facilidade de ação”, que, por assim dizer, nos prepara para a consecução de nossos objetivos imediatos. Então enfrentamos a situação, como se costuma dizer, **decididamente**. [...] A segunda fase, surgida dos primeiros obstáculos que se acham no caminho da ação, é a fase de **protesto interior**, que marca, por sua vez, o impacto, no Eu, das resistências conflitivas, e o princípio de sua reafirmação dominante. [...] Um grau acima, e esse protesto interno adquirirá o aspecto de uma **rebelião pessoal** e constituirá o primeiro passo para a conduta **ofensiva**, que é característica da Ira. [...] O quarto grau de intensidade já nos mostra a **Ira desenfreada**: iniciada nossa ofensiva (que nós consideramos unicamente como “contra-ofensiva”), não nos detemos no justo limite senão depois de descarregarmos uma reação mais violenta e nociva que o motivo do aborrecimento. [...] O quinto nível de ação, a Ira toma o nome de **Raiva** e já se apoderou por completo da direção da conduta individual. [...] Ainda outra ascensão na orgia oriunda, e surgirá o estado de **Fúria**, durante o qual o sujeito não só perde o controle de seus atos, mas inclusive a consciência ou percepção dos mesmos (MIRA y LÓPEZ, 2012, p. 82-83).

Quatro elementos apresentam-se como desencadeadores da raiva: frustração; acontecimentos irritantes; provocações sejam elas verbais ou não; falta de ética e injustiça. Como afirma ABASCAL et al (2015, p. 317), “la ira es el sentimiento que emerge cuando la persona se ve sometida a situaciones que le producen frustración o que le resultan aversivas”.

De acordo com Conangla (2007) a raiva pode ser desencadeada diante de um obstáculo, uma ofensa ou uma ameaça. Como afirma Bisquerra (2000): “la ira se genera cuando tenemos la sensación de haber sido perjudicados. La ira es una reacción de irritación, furia o cólera desencadenada por la indignación y el enojo de sentir vulnerados nuestros derechos”. A raiva também pode ser desencadeada diante de um obstáculo, impedimento, manipulação, enganação, ameaça, injustiça ou frustração (CONANGLA, 2007).

A raiva pode estar presente em conflitos familiares, sociais, políticos, religiosos (REDORTA; OBIOLS; BISQUERRA, 2006). Ao nos sentirmos ameaçados em nosso Eu, ao estarmos diante de algum obstáculo que nos limita, nos menospreza, nos fazendo sentir fracassado, sentimos então acender a chama da raiva (MIRA y LÓPEZ, 2012).

A raiva se expressa de diversas maneiras, entre elas: “elevação do volume da voz, praguejo, dores de cabeça, dores de estômago, aperto na garganta, aumento do ritmo cardíaco, aumento da pressão sanguínea, punhos cerrados [...]” (GONSALVES; SOUZA, 2015, p. 20).

A emoção da raiva envolve características como avaliação efetiva, valoração e enfrentamento da situação. Quanto à avaliação, esta envolve um fator central, que é a novidade. Uma vez que a emoção da raiva emerge como resposta a um estímulo que surge de maneira súbita e surpreendente, de pouco ou nenhum conhecimento, acaba por gerar sentimentos conflituosos na pessoa. Quanto à valoração da situação, esta possui relação com o significado atribuído à situação. No que diz respeito ao enfrentamento, acontece que a urgência imposta pela situação desencadeadora da raiva permite que a pessoa se mobilize para o enfrentamento (ABASCAL et al, 2015).

Com base nos depoimentos de que a violência contra a mulher desencadeia a emoção da raiva, uma vez que esta é desenvolvida quando algo frustra, irrita, provoca ou indigna, é possível afirmar que diante do sentimento de estar sendo ferida, seja através de violência física, moral, sexual, psicológica ou patrimonial, é legítimo a mulher sentir a emoção da raiva. Neste sentido, a raiva assim como a surpresa e o medo, constitui-se, do ponto de vista emocional, como um elemento constituinte da resiliência.

Neste sentido, do ponto de vista da Educação Emocional, a raiva traz em si a capacidade de organizar o corpo para o enfrentamento da situação. A emoção da raiva vivenciada de maneira adaptativa permite que a mulher desenvolva uma capacidade de autodefesa (ABASCAL et al, 2015). Nas palavras de Abascal et al (2015, p. 317), a emoção da raiva se manifesta “actuando como defensa en situaciones que comprometen la integridad física o la autoimagen y la propia estima”. Ao entrar em contato com a emoção da raiva, a mulher que possui capacidade resiliente apresenta capacidade de enfrentar e superar as adversidades, reestruturando-se. Não se trata de voltar a ser o que era antes, mas metamorfosear-se, com o olhar para uma nova direção (CYRULNIK, 2007).

Quando se trata de violência contra a mulher, a capacidade resiliente significa uma nova possibilidade de intervenção, implica em centrar a atenção nas próprias

potencialidades internas e externas, permitindo que a mulher possa ressurgir diante da situação. Neste sentido, recursos pessoais, profissionais e familiares permitirão à mulher reconstruir sua realidade, saindo destas mais fortes (CHACÓN, ARAYA, 2003).

Sobre serem fortes, as mulheres entrevistadas afirmaram o seguinte:

Forte entre aspas porque consegui chegar até aqui e sobreviver (ENTREVISTADA A).

Considero-me forte por saber que por mais que a justiça seja falha, por mais que enxerguem sempre a mulher como vilã da história, por mais que a gente saiba das brechas que existem nas leis que as tornam mais lentas, que nem sempre favorecem a mulher, mas eu sei que elas existem, eu sei que têm meios de chegar até elas e tem uma equipe de profissionais ali, cercando, para fazer com que elas aconteçam (ENTREVISTADA B).

Considero-me por estar aguentando esse tempo todinho, mas ao mesmo tempo me sinto muito fraca por não ter resolvido essa minha vida. De ter arrumado a mala e ido embora de casa. Eu admiro muito uma mulher que separa do marido, vai embora de casa e vai viver sua vida, arranja outra pessoa, trabalha, estuda, faz faculdade e esquece aquele cara. Eu acho que deveria ter feito isso, não hoje, logo no início, há dez anos (ENTREVISTADA C).

Hoje sim. Primeiramente Jesus, segundo o pessoal daqui [Centro de Referência da Mulher] (ENTREVISTADA E).

Sim. Eu tenho enfrentado todas essas agressões e com sabedoria (ENTREVISTADA F).

Muito forte, senão eu já tinha pirado (ENTREVISTADA G).

[Risos] Sim. A vida de uma maneira muito bruta está me empurrando para ser (ENTREVISTADA H).

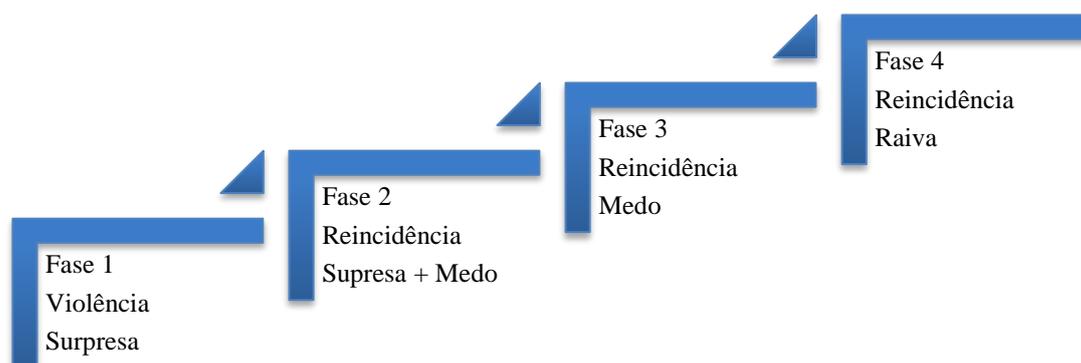
Em síntese, a situação de violência à qual as mulheres estão submetidas pode ser registrada de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 6. Situação de Violência

SUJEITO	COMPORTAMENTO	EMOÇÃO
AGRESSOR	Atos de violência física, moral, psicológica e sexual	Hostilidade
VÍTIMA	Sufrimento físico, moral, psicológico e sexual	Surpresa Medo Raiva

FONTE: A autora (2017).

Considerando que os atos de violência praticados pelo homem contra a mulher incluem a surpresa como emoção primeira, passando à vivência do medo e da raiva a partir de atos reiterados, pode-se organizar, em termos de síntese, a seguinte escala:



A surpresa, o medo e a raiva são emoções presentes nas mulheres que estão sendo vítimas de um processo de violência. Tais emoções são desencadeadas durante processo de violência e são constituintes da capacidade resiliente, uma vez que permitem à mulher resistir à situação vivenciada, suportando-a, preparando-a para se tornar capaz de refazer-se e criar mecanismos de defesa, buscando atitudes proativas diante da vida, colocando em movimento um conjunto de capacidades como autovalorização (reconhecendo-se como uma pessoa empoderada, com capacidade de enfrentar o problema, nutrindo por si uma percepção positiva) e aprendizagem (atribuindo significado às situações vivenciadas, abrindo-se para aprender com experiências passadas), que organizam e dão vida à resiliência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a violência, enquanto fenômeno histórico está presente ao longo da história da humanidade quando ela passa a afirmar a lógica da desigualdade. A violência contra a mulher, por sua vez, não se mostra de maneira diferente. Apesar das inúmeras conquistas, a violência contra mulher continua se perpetuando das mais diversas formas no Brasil e no mundo. Com o objetivo de compreender a capacidade de resiliência de mulheres vítimas de violência no município de João Pessoa – PB, a pesquisa destacou três pontos relevantes.

Verificou-se que a resiliência não está estritamente ligada a fatores psicológicos, como afirmam alguns estudos. Foi possível perceber que não se trata apenas do enfrentamento da situação, mas enfrentar a situação para gerar melhor qualidade de vida. Ou seja, as mulheres que demonstraram capacidade resiliente mobilizaram algumas dimensões fundamentais, como autovalorização, objetivos definidos com projeções para o futuro, sentimento de competência e capacidade de criar alternativas frente aos problemas.

A resiliência compreendida como uma capacidade aprendida a partir de processos sociais complexos e dinâmicos que permitem o enfrentamento e ressignificação de situações adversas e permite o fortalecimento da pessoa, além de gerar melhor qualidade de vida, está na dependência de aspectos genético, psíquico, neurobiológico, cultural, emocional, educativo e cognitivo (POURTOIS, 2014) e se mostra como fator indispensável para que a mulher que esteja inserida em situação de violência desenvolva capacidade de resistir a tais situações, buscando superá-las e sair delas mais fortalecidas. Apesar da constatação óbvia de que só existe possibilidade de superação mediante um desafio, esta pesquisa identificou um novo elemento: o de que, no processo de superação, a capacidade resiliente está vinculada diretamente a um núcleo nutritivo, contando com fatores como o cuidado, carinho e proteção, além de apoio social em suas mais diversas formas, como o olhar cuidadoso de alguém. Essa rede nutritiva é compreendida como fator vital em situações conturbadas (MADARIAGA et al, 2014). Neste sentido, foi possível perceber que o apoio de amigos/as, familiares, bem como da equipe que compõe o Centro de Referência da Mulher foram imprescindíveis para que as mulheres pudessem se fortalecer e romper com a situação de agressão, mostrando competência frente aos problemas, capacidade que está diretamente ligada à autonomia.

O segundo ponto trata das emoções da surpresa, do medo e da raiva como fundamentais para o enfrentamento da situação de violência. As três emoções são vivenciadas pelas mulheres durante o processo de violência e constituem-se como fatores que compõem a capacidade resiliente. A emoção da surpresa ativa na mulher a atenção, a memória e a curiosidade em situações inesperadas, sendo responsável por colocar a mulher em estado de alerta. A surpresa prepara a mulher para enfrentar futuros acontecimentos inesperados (BISQUERRA, 2000), facilita o processo de adaptação, alertando-a sobre embates futuros.

O medo, ativado durante uma situação de ameaça, está relacionado com a capacidade de autoproteção e assim como a surpresa coloca a mulher em estado de alerta (ABASCAL et al, 2015), além de permitir que a mulher procure preservar a própria vida diante da percepção de que algo pode ser ameaçador para o seu bem estar físico e/ou psíquico, uma vez que contribui para que a pessoa produza respostas de fuga ou distanciamento daquilo que ameaça.

A raiva, por ser uma emoção autodefensiva, torna-se fundamental diante de uma ameaça. Com base nos achados desta pesquisa, a emoção da raiva surge diante da violência moral. Se a raiva surge diante de algo que frustra, irrita, provoca ou indigna, é autêntico que a mulher sinta raiva diante de uma situação de violência. Além disso, a emoção da raiva organiza o corpo para o enfrentamento da situação (ABASCAL et al, 2015).

O terceiro ponto trata da aprendizagem adquirida diante da superação de situações adversas que tem como referência a Educação Popular, cujas práticas sociais subversoras visam contribuir para que cada pessoa se torne protagonista de sua vida, promovendo as mudanças sociais que garantam sua libertação, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Falar da Educação Popular neste sentido é falar de uma educação que vai de encontro às mais diversas formas de opressão impostas pela sociedade. Uma pedagogia decolonial, subversiva, insurgente, de resistência, de lutas contra as mais diversas formas de violência, opressão, submissão ou segregação (COLARES, 2016), que permite que a pessoa insatisfeita com a realidade social em que se encontra, procure reconstruí-la a partir de novas pautas libertadoras (MOTA-NETO, 2016).

O estudo da resiliência e da violência contra a mulher me permitiram enquanto pesquisadora, compreender que as situações de violência que acompanham as mulheres em todos os períodos da humanidade, faz parte de uma herança de uma relação

hierárquica que foi estabelecida ao longo do tempo, permitindo que estas se perpetuassem até os dias atuais. Pensar a violência contra a mulher como um problema de gênero que implica desigualdades que precisam ser rompidas deve ser campo de investigação da Educação, especialmente da Educação Popular, por suas histórias de lutas e de resistências que tem sempre como pano de fundo, projetos emancipatórios.

Ciente de que toda pesquisa tem seus limites e revela a compreensão do fenômeno alcançada naquele momento, principalmente quando se trata de um fenômeno de tamanha complexidade, como é o caso da violência contra a mulher, é necessário fazer emergir outras investigações que além de aprofundar a discussão, possibilitem explorar lacunas que permitam a compreensão de questionamentos como: até que ponto o núcleo afetivo contribui para a superação da situação de violência? Quais emoções além da surpresa, do medo e da raiva podem contribuir para o desenvolvimento da capacidade de resiliência de mulheres diante de situações de violência?

REFERÊNCIAS

ABASCAL, Enrique G. Fernández et al. **Psicología de la emoción**. Madrid: Editorial universitaria Ramón Areces, 2015.

ALVIM, Marcia Cristina de Souza. **Os direitos da mulher e a cidadania na Constituição Brasileira de 1988**. In: BERTOLI, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCI, Ana Cláudia Pompeu Torezan (Orgs.). *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Rideel, 2010.

ASSIS, Simone Gonçalves; PESCE Renata Pires; AVANCI, Joviana Quintes. **Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, Iara Maria; LIMA, Jacob Carlos; BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. **Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica**. Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro, p. 705-732, 2011.

ATANNÉ, Isabelle. **As “mulheres faltantes” na Ásia**. OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine (Orgs.). In: *O livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

BARBOSA, George Souza. **Resiliência em professores do Ensino Fundamental de 5º a 8º série: uma validação e aplicação do questionário do índice de resiliência: adultos reivich- Shatté/ Barbosa**. São Paulo, 2006. 331 p. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BARBOSA, Renata Jordani. **Tradução e validação da escala de resiliência para crianças e adolescentes de Sandra- Prince- Embury**. São Paulo, 2008. 135 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BARLACH, Lisete. **O que é resiliência humana? Uma contribuição para a construção do conceito**. São Paulo, 2005. 118 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, 2005.

BATISTA, Rosimeire Luiza. **Percepção de suporte organizacional, afeto positivo, afeto negativo e resiliência: antecedentes da confiança do empregado na organização**. Uberlândia, 2010. 145 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – a Experiência Vivida**; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. **O segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BECOÑA, Elisardo. **Bases científicas de la prevención de las drogodependencias**. Madrid: Plan Nacional sobre drogas, 2002.

BELANCIERI, Maria de Fátima. **Promoção do processo de resiliência em enfermeiras: uma possibilidade?** São Paulo, 2007. 201 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

BERTOLIN, Patrícia; CARVALHO, Suzete. **A segregação ocupacional da mulher: será a igualdade jurídica suficiente para superá-la?** In: BERTOLI, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCI, Ana Cláudia Pompeu Torezan (Orgs.). *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Rideel, 2010.

BEZERRA, Gilson de Medeiros. **Educar para a vida: uma pedagogia da resiliência na escola**. Natal, 2005. 114 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

BISQUERRA, Rafael. **Educación emocional y bienestar**. 6 ed. Barcelona: praxis, 2000.

BLASIUS, Luciano. **A resiliência na formação policial-militar**. Curitiba, 2008. 149 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2008.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2008.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORBA, Daniela. **Individuação e expatriação: resiliência da esposa acompanhante**. São Paulo, 2008. 187 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Clínica. São Paulo, 2008.

BOLZAN, Jose. **Aproximações sobre hermenêutica e educação**. Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista, n. 3, p. 19-32, 2004.

BRANDÃO, Juliana Mendanha. **Resiliência: do que se trata? O conceito e suas imprecisões**. Belo Horizonte, 2009. 137 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

BRASIL. Lei nº 11340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL, Lei Maria da Penha, 2006. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/spmrn/DOC/DOC000000000076385.PDF>. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRANDÃO, Juliana Mendanha. **Resiliência: de que se trata? O conceito e suas imprecisões.** Belo Horizonte: UFMG, 2009. 137 pág. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BRISSET, Claire. **Desde a infância...** OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine (Orgs.). In: O livro negro da condição das mulheres. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.
BROOKS, Robert; GOLDSTEIN, Sam. **El poder de la resiliencia.** Barcelona: Paidós, 2004.

CAMPOS, Carmen Hein de. **A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha.** Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto, p. 519-531, 2015.

CARAPIA, Julia del Carmen Chavéz. **Mujeres, género y violencia una vision nacional: el caso de Mexico.** In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org). Mulheres, gênero e violência. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CARRILO, Alfonso Torres. **Educación popular y producción do conocimiento.** La Piragua, Panamá, n. 32, p. 8-25, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Conferência de encerramento: gênero, educação e ciência.** In: MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **VIOLÊNCIAS NA ESCOLA: O QUE ISSO TEM A VER COM VIOLÊNCIAS DE GÊNERO?** In: ANDRADE, Fernando (Org). ESCOLA: faces da violência, faces da paz. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CARVALHO, Virgínia Donizete de. **Resiliência e socialização organizacional de novos servidores: um estudo transcultural.** Natal, 2009. 272 p. Tese (Doutorado) – Programa Integrado de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

CERONI, Mary Rosane. **A mulher brasileira na contemporaneidade: liderança, educação e interdisciplinaridade.** In: BERTOLI, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCI, Ana Cláudia Pompeu Torezan (Orgs.). Mulher, sociedade e direitos humanos. São Paulo: Rideel, 2010.

CHACÓN, Noily Quesada; ARAYA, Maribel Robles. **Factores de resiliencia de las mujeres sobrevivientes de violencia conyugal.** Costa Rica, 2003. 151 p. **Monografía (Graduação)** – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Costa Rica, 2003.

CHAVES, Ana Lúcia Galvão Leal. **Resiliência e formação humana em professores do ensino fundamental I da rede pública municipal – em busca da integralidade.**

Recife, 2010. 254 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

CHEQUINI, Maria Cecília Menegatti. **Resiliência e Espiritualidade em Pacientes Oncológicos: Uma abordagem Junguiana.** São Paulo, 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

CONANGLA, Maria Mercè. Crisis emocionales: **La inteligencia emocional aplicada a situaciones límite.** Barcelona: AMAT Editorial, 2007.

CONNELL, Raewyn.; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global.** Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

COUTO, Maria Clara Pinheiro de Paula. **Fatores de risco e de proteção na promoção de resiliência no envelhecimento.** Rio Grande do Sul, 2007. 144 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência.** Brasília, 2007. 284 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade Federal de Brasília, 2007.

CYRULNIK, Boris. **Los patitos feos: la resiliencia: una infancia infeliz no determina la vida.** 9. ed. Barcelona: Gedisa, 2007.

CRESWELL, John. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DALBEM, Juliana Xavier. **Características da representação do apego em adolescentes institucionalizados e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas.** Porto Alegre, 2005. 140 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** São Paulo, Centauro, 2005.

DECHANDT, Vilmar Sabim. **O processo de construção dos vínculos afetivos em crianças abrigadas: um aspecto da educação não formal.** Ponta Grossa, 2006. 170 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir.** Brasília: UNESCO, 2010.

DELEMEAU, Jean. **Medos de ontem e de hoje.** In: NOVAES, Adauto (Org.). Ensaios sobre o medo. São Paulo: Edições Sesc SP, 2007.

ELIAS, Norbert. **Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

FERNADEZ, Marc.; RAMPAL, Jean-Christophe. **Os assassinatos de mulheres na Guatemala**. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine (Orgs.). O livro negro da condição das mulheres. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

FERREIRA, Camomila Lira. **Resiliência e velhice: um estudo de fatores de risco e de proteção na saúde do idoso**. Natal, 2010. 77 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

FONTANELLA, Bruno José Barcelos; LUCHESI, Bruna Moretti et all. **Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 389-394, 27 fev. 2011.

FORGERINI, Mariana. **Sobreviver ao câncer de mama: vivências de mulheres fora de tratamento e o fenômeno da resiliência**. Bauru, 2010. 210 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança – Um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 2e. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

GATTI, Bernardete; ANDRÉ, Marli. **A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação**. In: WELLER, Wivian; PFAFFE, Nicole (Orgs.). Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação.

GASPARD, Françoise. **Pósfacio**. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine (Orgs.). O livro negro da condição das mulheres. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Educação e Emoções**. Campinas: Editora Alínea, 2015.

_____. **Escola e Trabalhador: Revisitando o Tema da Ascensão Social pela Educação Escolar**. Curitiba: Editora Universitária, 1996.

GONSALVES, Elisa Pereira; LIMA, Francisca Alexandre. **O Livro das Emoções: uma abordagem neurofisiológica, comportamental e educativa dos estados emocionais**. Curitiba: Editora CRV, 2015.

GONSALVES, Elisa Pereira; SOUZA, Andressa Raquel de Oliveira. **Sem ter medo da própria sombra.** In: GONSALVES, Elisa Pereira.; LIMA, Francisca Alexandre (Orgs.). O Livro das Emoções: uma abordagem neurofisiológica, comportamental e educativa dos estados emocionais. Curitiba: Editora CRV, 2015.

GONSALVES, E. P.; SOUZA, Andressa Raquel de Oliveira. **RAIVA: Perdi as estribeiras, e agora?** In: GONSALVES, E. P. LIMA, F. A. O Livro das Emoções: uma abordagem neurofisiológica, comportamental e educativa dos estados emocionais. Curitiba: Editora CRV, 2015.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real.** Porto Alegre: Penso, 2012.

HARRIS, Ryan; NOLTE, Dorothy. **As crianças aprendem o que vivenciam.** Califórnia: Sextante, 1954.

HERRERA RODAS, Claudia Lorena et al. **El abuso verbal dentro de la violencia domestica.** *Med. leg. Costa Rica* [online]. 2004, vol.21, n.1, pp. 45-90. ISSN 1409-0015.

HONADA, Heloisa; D'Oliveira Ana Paula Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência.** Estudos Feministas, Florianópolis, jan-abril, p. 33-59, 2010.

HURTADO, Carlos NUNEZ. **Contribuições para o debate latino-americano sobre a vigência e a projeção da educação.** In: PONTUAL, Pedro.; IRELAND, Timothy (Orgs.). Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas. — Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

IACOVELA, Jorge.; TROGLIA, Marisa. **La hostilidad y su relación con los trastornos cardiovasculares.** *Psico-USF*, v. 8, n. 1, p. 53-61, Jan./Jun. 2003.

JAHANGIR, ASMA. **Uma advogada no Paquistão.** In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine. O livro negro da condição das mulheres. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

JASPER, James. M. **Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación,** *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, Argentina, n. 10, p. marzo. 2013.

JUNIOR, Jair Fortunato Borges. **Resiliência e sucesso escolar: um estudo de caso com afrodescendente no ensino público.** Ribeirão Preto, 2009. 88 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Moura Lacerda, 2009.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva. Um guia para pesquisa de campo.** Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florencio. Petrópolis: Vozes, 2013; Maceió: Edufal, 2013.

KAMADA, Fabiana Larissa. **As Mulheres na História: do silêncio ao grito**. In: BERTOLI, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCI, Ana Cláudia Pompeu Torezan (Orgs). *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Rideel, 2010.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAMPERT, Simone Steyer. **Rede de apoio social, resiliência e marcadores imunológicos em idosos cuidadores de pacientes com demência**. Porto Alegre, 2009. 67 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

LEITE, Rita de Cássia Nascimento. **Da relação educação/resiliência: o projeto mestre pastinha**. Salvador, 2004. 125 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Bahia, 2004.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan/jun, p. 1-11, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

LOPES, Vanessa Rodrigues. **O papel do suporte social no trabalho e da resiliência no aparecimento de Burnout – um estudo com bombeiros militares**. Uberlândia, 2010. 204 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. **Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade**. *Cadernos pagu*, Campinas, p. 232-255, 1998.

MADARIAGA, José Maria et al. **La construcción social de la resiliencia**. In: MADARIAGA, José María. *Nuevas miradas sobre la resiliencia: ampliando ámbitos e prácticas*. Barcelona: Gedisa, 2014.

MASIERO, Cristina Martins Torres. **A resiliência em pessoas com lesão modular que estão no mercado de trabalho. Uma abordagem psicossomática**. São Paulo, 2008. 170 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

MASINI, Fortes Elcie Salzano. **Enfoque fenomenológico de pesquisa em Educação**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia de pesquisa educacional*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATUELLA, Iazana. **Conflitos armados e a agenda internacional: a questão da mulher**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1277-1295, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

_____ **Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1990.

MIRA Y LOPEZ, Emilio. **Quatro Gigantes da Alma – o medo, a ira, o amor, o dever.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOTA-NETO, João Colares de. **Educação Popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda.** Pará, 2015. 368 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade federal do Pará, 2015.

MOTA NETO, João Colares de. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda.** Curitiba: editora CRV, 2016.

NAVIO, Victor Luis Ramos. **Resiliência: significados e usos do conceito por psicólogos na área da infância e adolescência.** Salvador, 2008. 185 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2008.

OLIVEIRA, Julia Barros de. **Resiliência e controle do stress em juízes e servidores públicos.** São Paulo, 2007. 188 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

ORTS, Joan Vaello. **El profesor emocionalmente competente: un puente sobre <<aulas>> turbulentas.** 1. ed. Barcelona: Graó, 2009.

PARENTE, Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. **Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia.** Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto, p 445-465, 2009.

PEREIRA, Maria Luiza Pigini Santiago. **SENTA A PUA! Resiliência em ambiente de aviação: a experiência do grupo de aviação de caça do Brasil na segunda guerra mundial.** São Paulo, 2007. 386 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PIAGGIO, Ana Maria Rodríguez. **Resiliencia.** Rev. Psicopedagogia. São Paulo: 2009, p. 291-302. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000200014>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PIZARRO, Maria Antonia Ribeiro Pinto. **AIDS, Resiliência e Escola**. Santo Ângelo, 2006. 156 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação nas Ciências, Universidade Regional do Ijuí, 2006.

POLLETO, Michele. **Contextos ecológicos de promoção de resiliência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade**. Porto Alegre, 2007. 104 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

Política Nacional de enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/ Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

POSSEBON, Elisa Gonsalves. **As emoções básicas: medo, tristeza e raiva**. João Pessoa: Libellus, 2017.

POURTOIS, Jean-Pierre. **Los recursos de la resiliencia**. MADARIAGA, José María (Org.). Nuevas miradas sobre la resiliencia: ampliando ámbitos e prácticas. Barcelona: Gedisa, 2014. cap. 4.

RACHMAN, Vivian Carla Bohm. **Resiliência: o emprego desse conceito nas área de Educação e Psicologia da Educação no Brasil (2002-2007)**. São Paulo, 2008. 255 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Católica de São Paulo, 2008.

REDORTA, Josep; OBIOLS, Maritxell; BISQUERRA, Rafael. **Emoción y conflicto. Aprenda a manejar las emociones**. Barcelona: Paidós, 2006.

REIS, Carolina Elohá Stumpf. A evolução da problemática da violência de gênero na legislação brasileira. Porto Alegre, 2008. 103 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidad de La Empresa de Montevideo, Porto Alegre, 2008.

RICARD, Matthieu. **A revolução do altruísmo**; tradução Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAAD, Martha Solange Scherer. **A evolução jurídica da mulher na família**. In: BERTOLI, Patrícia Tuma Martins; ANDREUCI, Ana Cláudia Pompeu Torezan. **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

SAAVEDRA, Eugenio. **La construcción de la respuesta resiliente, un modelo y su evaluación**. MADARIAGA, José María (Org.). Nuevas miradas sobre la resiliencia: ampliando ámbitos e prácticas. Barcelona: Gedisa, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma concepção multicultural dos direitos humanos**. Rio de Janeiro, nº 1, p. 7-34, 2001.

SCHUMAHER, Schuma.; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/ Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

SEIDL, Marisol Lurdes de Andrade. **Fatores de risco e mecanismos de proteção nas narrativas das famílias em situação de violência conjugal**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. 134 pág. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SILVA, Adriana Nunes da. **Famílias especiais: resiliência e deficiência mental**. Porto Alegre, 2007. 107 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SILVA, Ana Neri Nascimento da. **Ritos terapêuticos: uma abordagem do sofrimento à resiliência na terapia familiar sistêmica**. São Leopoldo, 2007. 78 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação Religião e Educação, Escola Superior de Teologia, 2007.

SILVA, Régis Maliszewski. **Ludoterapia com crianças em situação de risco e resiliência: estudo de caso**. São Leopoldo, 2009. 93 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

SOUSA, Renata Floriano de. **Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres**. Estudos feministas, Florianópolis, n 1, v, 15, p 1-21, 2017.

SPORN, Selma Azar de. **Terapia sistemática de ela resiliencia: abriendo caminos, del sufrimiento al bienestar**. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola. (Brasil: 1549 - 1910)**. II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal, 2002.

TREINER, Sandrine. Introdução. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine (Orgs). **O livro negro da condição das mulheres**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

TREINER, Sandrine. **Os crimes de “honra” na Europa**. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine. **O Livro Negro da Condição das mulheres**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

_____. **Os estupros no mundo**. In: OCKRENT, Christine; TREINER, Sandrine (Orgs). **O livro negro da condição das mulheres**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

TRIGUEIRO, Tatiane Herreira et al. **O processo de resiliência de mulheres vítimas de violência doméstica: uma abordagem qualitativa.** Cogitare Enferm. Curitiba, 443 p. Jul/set. 2014.

VANISTENDAEL, Stefan. **Resiliencia: el reto del cambio de mirada.** MADARIAGA, José María (Org.). **Nuevas miradas sobre la resiliencia: ampliando ámbitos e prácticas.** Barcelona: Gedisa, 2014.

VILLALTA PÁUCAR, Marco Antonio. **Factores de resiliencia asociados al rendimiento académico en estudiantes de contextos de alta vulnerabilidad social.** Venezuela: 2010. 29 p. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/659/65916617007.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil.** 1 ed. Brasília: 2015. 83 pág. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 18 Jun. 2017.

WELLER, Wivian. PFAFF, Nicole. **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação.** In: WIVIAN, Weller. PFAFF, Nicole. Metodologia da pesquisa qualitativa em educação. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZANELATO, Luciana Silva. **Manejo de stress, coping e resiliência em motoristas de ônibus urbano.** Bauru: 2008. 113 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2008.